

UFRRJ
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS / INSTITUTO
MULTIDICIPLINAR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

DISSERTAÇÃO

**“Desculpe Estar Interrompendo o Silêncio do
Conforto de Sua Viagem”: O Trabalho Informal de
Jovens no Circuito Inferior da Ferrovia no Rio de
Janeiro**

Maria Julia Batista De Oliveira Reis

2022



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS / INSTITUTO MULTIDICIDPLINAR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**“DESCULPE ESTAR INTERROMPENDO O SILÊNCIO DO
CONFORTO DE SUA VIAGEM”: O TRABALHO INFORMAL DE
JOVENS NO CIRCUITO INFERIOR DA FERROVIA NO RIO DE
JANEIRO**

MARIA JULIA BATISTA DE OLIVEIRA REIS

Sob a Orientação do Professor
Maurilio Lima Botelho

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestra em Geografia**, no Programa de Pós-Graduação em Geografia, Área de Concentração em Espaço, Questões Ambientais e Formação em Geografia

Seropédica, RJ
Agosto de 2022

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

“This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code 001”.

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

R347? Reis, Maria Julia Batista De Oliveira , 1995-
“Desculpe estar interrompendo o silêncio do conforto de sua viagem”: O trabalho informal de jovens no circuito inferior da ferrovia no Rio de Janeiro / Maria Julia Batista De Oliveira Reis. - Seropédica - RJ, 2022.
94 f.: il.

Orientador: Maurilio Lima Botelho.
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2022.

1. Precarização do trabalho. 2. Circuito superior e inferior. 3. Ferrovia. 4. Jovens ambulantes. I. Botelho, Maurilio Lima, 1978-, orient. II Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Geografia III. Título.

É permitida a cópia parcial ou total desta dissertação, desde que seja citada a fonte.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



HOMOLOGAÇÃO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO N° 7/2022 - PPGGEO (12.28.01.00.00.35)

N° do Protocolo: 23083.010010/2022-08

Seropédica-RJ, 16 de fevereiro de 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA / INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

MARIA JULIA BATISTA DE OLIVEIRA REIS

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Geografia, no Programa de Pós-Graduação em Geografia, área de concentração em Espaço, Questões Ambientais e Formação em Geografia. DISSERTAÇÃO APROVADA EM 12/02/2022. Conforme deliberação número 001/2020 da PROPPG-UFRRJ, de 30/06/2020, tendo em vista a implementação de trabalho remoto e durante a vigência do período de suspensão das atividades acadêmicas presenciais, em virtude das medidas adotadas para reduzir a propagação da pandemia de Covid-19, nas versões finais das teses e dissertações as assinaturas originais dos membros da banca examinadora poderão ser substituídas por documento(s) com assinaturas eletrônicas. Estas devem ser feitas na própria folha de assinaturas, através do SIPAC, ou do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e, neste caso, a folha com a assinatura deve constar como anexo ao final da tese / dissertação.

MAURILIO LIMA BOTELHO, Dr. UFRRJ

LEANDRO DIAS DE OLIVEIRA, Dr. UFRRJ

MARIELA NATALIA BECHER, Dra. UERJ

(Assinado digitalmente em 16/02/2022 13:08)

LEANDRO DIAS DE OLIVEIRA

COORDENADOR - TITULAR

CoordPesq (12.28.01.00.00.44)

Matrícula: 1286368

(Assinado digitalmente em 17/02/2022 09:25)

MAURILIO LIMA BOTELHO

PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR

DeGEOIA (11.39.39)

Matrícula: 2685497

(Assinado digitalmente em 16/02/2022 13:20)

MARIELA NATALIA BECHER

ASSINANTE EXTERNO

Passaporte: AAF470537

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ufrrj.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número:7, ano: 2022, tipo: HOMOLOGAÇÃO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO, data de emissão: 16/02/2022 e o código de verificação: 1117c796e3

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer e dedicar esta dissertação aos jovens trabalhadores entrevistados em nossa pesquisa, que enriqueceram a proposta de trabalho de campo. Agradeço a contribuição dos professores na pesquisa e todo diálogo possível para enfrentamento do distanciamento social com o ensino no formato EAD.

Agradeço a minha família por todo apoio, incentivo e por todo carinho. A minha avó (in memoriam) que transformou minha vida com a experiência de cuidado e acolhimento. Aos meus amigos que vibram com minhas conquistas. A Ori, Yemojá e Şàngó minhas fortalezas e a Èsù por guiar meus caminhos. Agradeço a Òrúnmilà-Ifá a oportunidade de aprender e reaprender coisas novas e assim, expandir minhas percepções.

Por fim agradeço ao meu orientador Maurílio Lima Botelho, pela compreensão e dedicação e ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro por permitir essa experiência enriquecedora para minha trajetória acadêmica e profissional. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

RESUMO

REIS, Maria Julia Batista de Oliveira. **“Desculpe estar interrompendo o silêncio do conforto de sua viagem”**: O trabalho informal de jovens no circuito inferior da ferrovia no Rio de Janeiro. 2022. 83p. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geociências / Instituto Multidisciplinar. Departamento de Geografia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2022.

As transformações econômicas e sociais vivenciadas pela população brasileira resultaram em uma maior incidência de desemprego entre os jovens. Temos como objetivo compreender as dinâmicas de trabalho de jovens ambulantes no circuito inferior representado pela ferrovia do ramal Santa Cruz a partir de uma pesquisa qualitativa. Acreditamos que é de grande relevância o exercício da interdisciplinaridade para formação de políticas sociais eficientes, sobretudo no que diz respeito a ações voltadas para inserção do jovem no mercado de trabalho. Nosso trabalho é voltado a entender como são manifestadas as expressões da questão social no espaço geográfico nos dias atuais. Tendo em vista que o objeto de trabalho do Serviço Social e da Geografia são as expressões da questão social e o espaço geográfico, respectivamente. Consideramos que o Serviço Social concretiza sua ação interventiva a partir de diversas dimensões de conhecimento. É uma categoria que tem uma atuação profissional orientada por um compromisso interventivo teórico metodológico, técnico operativo e ético político para criar meios de transformar a realidade, tendo em vista a garantia de direitos, promoção da equidade e justiça social. Nesse sentido apresentamos pressupostos para dialogar com a Geografia, a partir de uma pesquisa de campo no âmbito da Teoria dos Circuitos da Economia Urbana (SANTOS, 2014), caracterizando o trabalho informal de jovens ambulantes na ferrovia do Rio de Janeiro.

Palavras-Chave: Precarização do trabalho. Circuito superior e inferior. Ferrovia. Jovens ambulantes.

ABSTRACT

REIS, Maria Julia Batista de Oliveira. **“Sorry to interrupt the silence of the comfort of your trip”**: The informal work of young people in the lower circuit of the railroad in Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2022, 83p. Dissertation (Masters in Geography). Institute of Geosciences Multidisciplinary Institute. Department of Geography, Federal Rural University of Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2022.

The economic and social transformations experienced by the Brazilian population resulted in a higher incidence of unemployment among young people. We aim to understand the work dynamics of young street vendors in the lower circuit represented by the Santa Cruz branch railroad, based on a qualitative research. We believe that the exercise of interdisciplinarity is of great importance for the formation of efficient social policies, especially with regard to actions aimed at inserting young people into the job market. Our work is aimed at understanding how the expressions of the social question are manifested in the geographic space nowadays. Considering that the work object of Social Work and Geography are the expressions of the social question and the geographic space, respectively. We consider that Social Work implements its intervention based on different dimensions of knowledge. It is a category that has a professional performance guided by a theoretical, methodological, technical, operative and ethical political intervention to create means of transforming reality, with a view to guaranteeing rights, promoting equity and social justice. In this sense, we present assumptions to dialogue with Geography, based on a field research in the scope of the Circuit Theory of Urban Economy (SANTOS, 2014), characterizing the informal work of young street vendors on the Rio de Janeiro railroad.

Keywords: Precariousness of work. Upper and lower circuit. Railroad. Young street vendors.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Características dos circuitos da economia urbana.....	34
Quadro 2. Horas trabalhadas.....	58
Quadro 3. Características do trabalho de jovem ambulante no circuito inferior.....	66

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Malha Ferroviária da Região Metropolitana do Rio de Janeiro - SUPERVIA.....	6
Figura 2. Dialética da pesquisa.....	8
Figura 3. Acervo pessoal - Ambulante jovem e ambulante idosa se cruzam no espaço de trabalho informal.	28
Figura 4. Acervo pessoal - Ponto fixo do ambulante estação Maracanã.....	36
Figura 5. Acervo Pessoal - Ambulante vendendo capinha de celular enquanto outro comercializa dois animais domésticos (raça American Pit Bull mais conhecida como Pit Bull).....	38
Figura 6. Acervo Pessoal – Loja para alugar/passar ponto na estação Maracanã.	40
Figura 7. G1 Violência das milícias 2021.	43
Figura 8. Aceitamos Pix – Comércio informal.....	44
Figura 9. Acervo Pessoal – Estação Principal Deodoro.	45
Figura 10. Acervo Pessoal - Organização Mercado de Madureira.	47
Figura 11. Acervo Pessoal - Organização Mercado de Madureira.	47
Figura 12. Acervo Pessoal - Jovem Ambulante vendendo capa de chuva nos trens.....	48
Figura 13. Acervo Pessoal – Estação Principal.	49
Figura 14. Acervo Pessoal - Ambulante nos trens do Ramal Santa Cruz- Estação São Cristóvão em movimento.....	50
Figura 15. Acervo Pessoal - Ambulante central do Brasil vendendo panos de limpeza.	51
Figura 16. Gráfico Escolaridade.....	56
Figura 17. Acervo Pessoal - Depósito para mercadorias em geral.....	60
Figura 18. Notícia O Globo – falta de manutenção.....	61
Figura 19. Acervo Pessoal - Ambulante aguardando PIX após colocar uma película de vidro.	64
Figura 20. Acervo Pessoal - Ambulante vendendo amendoim e criança consumindo.	64
Figura 21. Acervo Pessoal – Ambulante itinerante vendendo bebidas.	65
Figura 22. Acervo Pessoal - Jovem vendendo doces “canudinhos de coco”.	66
Figura 23. Acervo Pessoal - Ambulante vendendo diversos produtos eletrônicos.	68
Figura 24. Acervo Pessoal – Ambulante vendendo chocolates.....	69
Figura 25. Acervo Pessoal – Mercadoria – Circuito Superior.....	69
Figura 26. Acervo Pessoal – Jovem ambulante aguardando para vender bebidas no trem.	70

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Taxa de desemprego de jovens no Brasil 2006.....	26
Tabela 2. Taxa média de desemprego anual (em%).....	27
Tabela 3. Taxa de participação e taxa de desocupação, por faixa etária – Brasil (2002 – 2015).	29
Tabela 4. Tabela Mercadoria e Rendimentos.	59

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO DA PESQUISA.....	1
2 A EXPANSÃO DO TRABALHO INFORMAL	10
2.1 Controle Monopolista do Capital: Considerações Sobre a Gerência Científica.....	10
2.2 Aspectos Conceituais da Informalidade no Trabalho.....	19
2.3 Aspectos do Trabalho Informal	24
3 DINÂMICAS DO CIRCUITO INFERIOR NOS TRENS CARIOCAS	33
3.1 Teoria dos Circuitos da Economia Urbana: o Ambulante no Circuito Inferior.....	33
3.2 De Santa Cruz à Central do Brasil: Considerações Sobre o Circuito Inferior na Ferrovia	36
3.3 O Circuito Inferior da Juventude Ambulante: Estações Principais.	41
3.3.1 Estação de Campo Grande.....	42
3.3.2 Estação de Deodoro	45
3.3.3 Estação de Madureira	45
3.3.4 Estação Maracanã	48
3.3.5 Estação de São Cristóvão	49
3.3.6 Estação Terminal Central do Brasil.....	50
4 DINÂMICAS DE TRABALHO DE JOVENS AMBULANTES NOS TRENS CARIOCAS.....	52
4.1 O Jovem Ambulante dos Trens: de Quem Estamos Falando?.....	52
4.2 O trabalho ambulante no ramal Santa Cruz: As entrevistas	56
4.3 O circuito inferior representado pelo trabalho dos ambulantes na ferrovia.	63
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE O TRABALHO	68
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:	73
ANEXOS	80
A - Roteiro de entrevista - para descrever as dinâmicas de vida e trabalho dos indivíduos que desenvolvem atividade laboral de ambulante nos trens do ramal santa cruz no município do rio de janeiro nos dias atuais.....	80
B - Questionário.	81

1 INTRODUÇÃO DA PESQUISA

No final de 2019 a Organização Mundial de Saúde foi alertada sobre casos de uma pneumonia incomum na cidade de Wuhan, na China. Tratava-se de um tipo denominado Corona Vírus que não havia sido identificado em seres humanos. O que era para ser apenas mais um caso de um vírus descoberto tornou-se uma pandemia mundial. A humanidade teve que reinventar-se a novos modos e costumes para lutar contra o vírus, seguindo as orientações da Organização Mundial de Saúde. Assim, o processo de construção desse estudo, em tempos de pandemia, mudou totalmente o rumo de nossa pesquisa.

Anteriormente tínhamos uma proposta de trabalho distinto do que está sendo apresentada ao Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. O contexto exigiu adaptações, tanto nas questões metodológicas, quanto em questões mais subjetivas como, por exemplo, o impacto das questões sociais e o quanto isso influenciou nosso processo de pesquisa. É preciso levar em conta o cenário atual de educação remota e seus desafios e reconhecer o quanto esse contexto histórico nos afastou, presencialmente do espaço da universidade. É preciso levar em conta o quão desafiador foi fazer pesquisa nesse novo contexto.

O estudo se originou em 2014 no âmbito do Núcleo de Estudos sobre Trabalho, Políticas Públicas e Serviço Social (Trappus) do Departamento de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Estava integrado ao projeto de pesquisa “Transporte ferroviário urbano em questão: análise das políticas públicas em pauta e as consequências para os trabalhadores da Região Metropolitana do Rio de Janeiro”, vinculado à linha de pesquisa “Trabalho, Políticas Sociais e Sujeitos Coletivos”, do qual, participei, como aluna bolsista de iniciação científica¹ do Programa Institucional de Iniciação Científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

No mestrado, a partir de uma interlocução das Ciências Sociais e das Ciências Humanas, apresentamos o estudo intitulado “Desculpe estar interrompendo o silêncio do conforto de sua viagem”: O trabalho informal de jovens no circuito inferior da ferrovia no Rio de Janeiro, vinculado à linha de pesquisa “Espaço, política e planejamento” do Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Temos como objetivo compreender as dinâmicas de trabalho de jovens ambulantes no circuito inferior representado pela ferrovia do ramal Santa Cruz a partir de uma pesquisa qualitativa.

Acreditamos que é de grande relevância o exercício da interdisciplinaridade para formação de políticas sociais eficientes, sobretudo no que diz respeito a ações voltadas para inserção do jovem no mercado de trabalho. Nosso trabalho é voltado a entender como são manifestadas as expressões da questão social no espaço geográfico nos dias atuais. Tendo em vista que o objeto de trabalho do Serviço Social e da Geografia são as expressões da questão social e o espaço geográfico, respectivamente.

A interlocução com a Geografia agregou novas possibilidades de expandir percepções a cerca das expressões da questão social no campo geográfico. Ao longo do processo de pesquisa sentimos uma necessidade maior de imersão teórica, fato que foi dificultado pelos

¹ Neste momento refletimos sobre a função social dos ambulantes do ramal Santa Cruz e as percepções dos trabalhadores usuários do trem acerca do transporte coletivo em um momento de intervenções urbanísticas na cidade do Rio de Janeiro. (REIS, 2016) e (REIS, 2017).

impactos da pandemia no acesso ao ensino superior, tendo em vista os processos de permanência estudantil e falta de recursos. Achamos que a temática relacionada a formas de organização do trabalho mereciam um tratamento mais cuidadoso. Este tratamento se concretiza em sala de aula, com a vivência com outros colegas no processo de mestrado, que foge totalmente a lógica do ensino remoto. Contudo, consideramos importante refletir, sobre a proposta pedagógica do mestrado na pandemia.

A pandemia transformou a proposta pedagógica da universidade. Foram dois anos de formação que poderiam ser mais produtivos, do ponto de vista das reflexões teóricas, tendo em vista que as aulas online não deram conta dos anseios da pesquisa. Problemas com a internet durante as aulas online dificultaram o processo de formação que deveria ser presencial. Entretanto consideramos que o processo de orientação foi valioso, porém só o mesmo não dá conta de tudo. Sendo assim esta dissertação é fruto deste momento pandêmico.

O Serviço Social concretiza sua ação interventiva a partir de diversas dimensões de conhecimento. É uma categoria que tem uma atuação profissional orientada por um compromisso interventivo teórico metodológico, técnico operativo e ético político para criar meios de transformar a realidade, tendo em vista a garantia de direitos, promoção da equidade e justiça social. (CFESS, 2008; CFESS, 2012; FORTI e GUERRA, 2010; IAMAMOTO e CARVALHO, 2009; IAMAMOTO 1998). Nesse sentido apresentamos pressupostos para dialogar com a Geografia, a partir de uma pesquisa de campo no âmbito da Teoria dos circuitos da economia urbana (SANTOS, 2014), caracterizando o trabalho informal de jovens ambulantes, ampliando as percepções na pós-graduação.

Para explorar nosso objetivo central, temos como objetivos específicos:

1. Compreender o porquê o jovem ambulante se inseriu no trabalho informal.
2. Desvelar as condições de trabalho dos jovens ambulantes no circuito inferior da ferrovia.
3. Analisar de que modo se dá a relação juventude e qualificação profissional;
4. Compreender a que processos os jovens ambulantes estão submetidos no circuito inferior da ferrovia.
5. Analisar as dinâmicas do trabalho informal no que se refere à contribuição previdenciária.
6. Identificar os pontos fixos dos ambulantes no que se refere à relação entre ambulante e a concessionária responsável pelo gerenciamento do sistema de transporte ferroviário.
7. Refletir sobre as relações de trabalho informal a partir das práticas sociais dos jovens ambulantes no circuito inferior da ferrovia.

Para tanto, a pesquisa foi realizada a partir de percursos de estudo. Estruturamos o trabalho com base nas contribuições durante o ensino do mestrado com a experiência como discente na pós-graduação. Acreditamos que desta forma, será melhor evidenciado as contribuições do processo de mestrado na trajetória da pesquisa e de aprendizado. A introdução se apresenta como ponto de partida dos percursos.

O primeiro percurso, “A expansão do trabalho informal” busca reconstituir os processos sociais que se relacionam com as formas de organizar o trabalho vivo. (ALVES 2000), (ANTUNES, 2011), (CACCIAMALI, 1983), (CASTEL, 2015), (HARVEY, 1992), (HAN, 2010), (KREIN e PRONI, 2010), (OLIVEIRA, 2011), (SILVA, 2002), (TOMAZINI, 1995) e (ZAMBELLI, 2006). Neste capítulo, o exercício é entender de que maneira o jovem se tornou ambulante dos trens, apresentando elementos que destacam as contradições inerentes de nossa sociedade e que se relacionam com o processo de precarização do mundo do trabalho.

O segundo percurso “Considerações sobre o Circuito Inferior na Ferrovia” apresenta as considerações sobre a teoria dos circuitos da economia urbana apresentada por Milton Santos (2014), em especial o circuito inferior. Iniciamos esta parte do estudo fazendo uma breve reflexão sobre a expansão do circuito inferior representado pelo comércio ambulante na ferrovia. Neste tópico, iniciamos um debate sobre as interações do circuito inferior frente à lógica de privatização das ferrovias e apresentamos nosso acervo de fotos tiradas no processo de pesquisa de campo.

No terceiro percurso do estudo, “Dinâmicas de trabalho de Jovens ambulantes nos trens cariocas”, buscamos compreender as nuances do trabalho informal a partir do diálogo com os sujeitos da pesquisa através de uma relação intrínseca entre o sujeito e objeto. A pesquisa se dá no cotidiano ambulante, onde estudamos as dinâmicas da vida cotidiana de jovens trabalhadores informais (LEFEBVRE, 1991), (HELLER, 1992), (MARTINS, 2014). Iniciamos apresentando o perfil socioeconômico dos jovens e os modos de vida dos jovens ambulantes. Nesta parte do trabalho, refletimos sobre suas dinâmicas de trabalho no Circuito Inferior dos trens cariocas a partir dos dados obtidos na pesquisa de campo.

Para alcance dos objetivos deste trabalho, durante os meses de novembro e dezembro de 2021, entrevistamos 10 jovens ambulantes entre 15 e 29 anos, remetendo a pensar o conceito de juventude² de forma ampliada. No Brasil, com a organização do Conselho Nacional de Juventude, após diversos estudos e pesquisas refletidos sobre a temática, estabeleceu-se como juventude a fase de 15 a 29 anos. E é esta faixa que determina as Políticas Públicas para o segmento (TEIXEIRA, 2010 p.202). Conforme definido no Estatuto da Juventude, jovem é compreendido como pessoas com idade entre 15 e 29 anos. Nessa abordagem consideramos a juventude um processo resultante de vivências sociais de determinados períodos e que não tem a pretensão de se esgotar. Ou seja, uma juventude em constante metamorfose (ABRAMO, 1994/1997/2003), (BATISTA, 2013), (SPOSITO, 1997).

A escolha da faixa etária se deu a partir do pressuposto que a vivência juvenil se tornou uma temática cada vez mais complexa e que ocupa cada vez mais o centro do debate acerca do mercado de trabalho. Autores como (BATISTA, 2013), (IPEA, 2016), (GONÇALVES e MONTE, 2008), (OLIVEIRA e POCHMANN, 2020), (POCHMANN, 2000, 2007, 2009), (SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE 2014) e (SOUZA E LUSSI 2019) apontam os desafios da inserção dos jovens no mundo do trabalho, um contexto de desemprego e expansão da informalidade no trabalho.

Em 2018 a taxa de desemprego no estado do Rio de Janeiro ultrapassou a taxa nacional. Segundo os indicadores do Instituto Brasileiro de Geografia estatística (IBGE) neste ano, 1,7 milhões de pessoas estavam desempregadas ou na informalidade. Dentre esses números mulheres negras e jovens com até 17 anos, são os que mais sofreram as consequências do desemprego, um dos apontamentos para justificar esse aumento foi o abandono escolar. (IBGE, 2018).

No ano seguinte os indicadores socioeconômicos do IBGE apontaram que o desemprego entre jovens chegou à marca dos 40% evidenciando que brasileiros entre 18 e 24 anos estavam subutilizados no mercado. Outra vez questões relacionadas aos processos educativos e de qualificação profissional são assinalados como possíveis causadores deste

² A proposta não é definir um conceito de juventude adequado, mas percebemos que estudos que atuam nessa tentativa, que juventude pode ser caracterizada também pela imersão do indivíduo na vida social e no mundo do trabalho. (ABRAMO, 1994/1997/2003), (BATISTA, 2013), (SPOSITO, 1997).

fenômeno. Em 2020 com a pandemia e se estendendo por 2021, os números se tornaram alarmantes, e o que era previsto em 2020 com a ausência de políticas públicas se agravou com o aumento do desemprego e o alargamento do setor informal³.

No entender de Gonçalves e Monte (2008) dentre as justificativas para explicar o desemprego entre jovens pode-se destacar: o baixo dinamismo econômico, que intensifica o desemprego; a dificuldade de acesso a trabalho seguro, devido à baixa qualidade de ensino e a falta de experiência profissional exigida pelas empresas. Marcio Pochmann com o estudo intitulado “Situação do jovem no mercado de trabalho no Brasil: um balanço dos últimos 10 anos” observou que as transformações econômicas e sociais vivenciada pela população brasileira resultaram em uma maior incidência de desemprego entre os jovens.

De acordo com Pochmann (2007) nos anos de recessão, entre as décadas de 80 e 90 foi possível observar um aumento no número de desempregados jovens. O que o autor apontou na pesquisa é que quando a economia caminhava a se recuperar o número de desempregados jovens diminuía, porém em uma proporção menor que a de adultos desempregos. O autor vai mencionar que a partir de 2004, com um processo de recuperação econômica, não foi registrado uma diminuição das taxas de desemprego entre jovens, a taxa de desemprego se estabilizou.

Entendemos com o autor que a dificuldade de inserção do jovem no mundo do trabalho, tem suas origens nas transformações socioeconômicas ao longo dos anos. Essas transformações segundo o autor contribuíram para piora das condições de acesso de mão de obra jovem no mercado de trabalho. A modernização não conseguiu contemplar em uma totalidade o número de jovens ativos na sociedade.

Roberto Gonzalez (2009)

Analisa o desemprego juvenil como reflexo das mudanças mais amplas no mundo do trabalho que não estão circunscritas aos jovens, mas os afetam mais intensamente em termos de oportunidades de trabalho. Ao mesmo tempo, leva em consideração o fato histórico de que na América Latina o trabalho precoce ainda faz parte da experiência juvenil para grande parte da população. (GONZALEZ, 2009, p.111).

Para o autor as transformações nas condições de trabalho colocam os jovens numa posição muito mais fragilizada. São evidenciadas com as relações de trabalho voltadas para precarização do mundo do trabalho como, por exemplo, as relações de trabalho oriundas de trabalho por conta própria, não assalariado, com baixos rendimentos, altas jornadas de trabalho, sem proteção social, instável e com alta rotatividade.

Nesse sentido Velasco (2008) analisa que “o que se retém, entretanto, tanto nas ocupações de homens como de mulheres jovens é a concentração em atividades e postos de baixa qualificação, sobressaindo o emprego doméstico como a ocupação mais frequente dos jovens” (VELASCO, 2008, p. 193). Para o autor a inserção do jovem no mercado de trabalho não é apenas difícil, tendo em vista suas particularidades, mas precárias devido à qualidade dos postos de trabalho que possuem um maior acesso jovem.

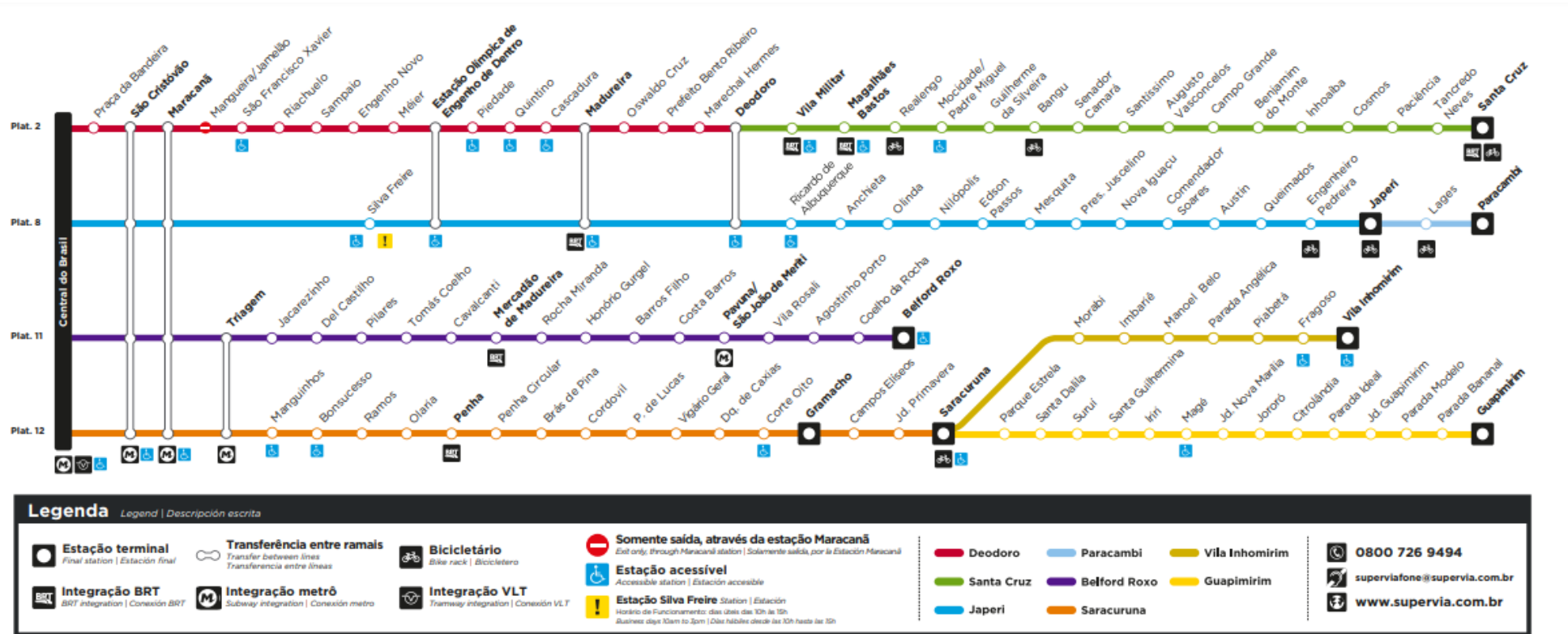
No campo de pesquisa nosso universo é o jovem. Mesmo diante da heterogeneidade do campo de trabalho informal o volume de jovens ambulantes é maior em relação ao volume

³ Fonte: <https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2020/02/15/informalidade-cresce-e-e-recorde-em-20-estados.htm>, <https://www.jornalcontabil.com.br/influencia-da-pandemia-no-aumento-de-trabalhadores-informais-no-brasil/>, <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/02/informalidade-atinge-recorde-em-19-estados-e-no-df-diz-ibge.shtml>.

de adultos ambulantes. Diante do exposto, consideramos importante mencionar que o processo de pesquisa identificou que havia jovens que se autodeclaravam camelôs, porém não há diferenciação entre ambulante e camelô no sentido subjetivo a partir da realidade dos mesmos. Ou seja, tanto camelôs, quanto ambulantes representam o:

Trabalhador auto empregado que vende diretamente ao consumidor (varejo) produtos diversos (normalmente miudezas e mercadorias de mais baixo valor), ou presta serviços (normalmente de alimentação), em vias e logradouros públicos (ruas, calçadas, praças, jardins, etc.), fora lojas, em postos fixos ou moveis, ou de forma itinerante levando sua mercadoria junto ao corpo, com ou sem permissão oficial. (PLAMPLONA, 2013. p. 230).

O recorte empírico se deu no ramal Santa Cruz (Figura 1 – Malha Ferroviária da Região Metropolitana do Rio de Janeiro) e será mais elucidado no segundo percurso da pesquisa. Esclarecemos que o ramal Santa Cruz por nós é definido pelo cunho popular de que os trens que vem de Santa Cruz e desembarcam na Central do Brasil constituem o Ramal Santa Cruz. O ramal Deodoro, posteriormente criado a nível de organização, só foi definido a partir do momento que começaram a sair trens da estação de Deodoro, o seja a estação passou a adquirir um caráter também de terminal para trens paradores. Cabe aqui ressaltar também que os trens do Ramal Santa Cruz que saem da estação Santa Cruz, em sua maioria, são expresso devido ao horário popularmente chamado como “hora do rush” e a demanda de usuários dos trens expressos, fazendo parada apenas em algumas estações. (Dados obtidos a partir da pesquisa de campo e inseridos no diário de campo). O ramal Santa Cruz representa as linhas verde e vermelha no e faz conexão com outros ramais do sistema de trens urbanos e a demais modais de transporte.



*Operação dos dias úteis até 21h. As programações dos finais de semana e feriados podem ser consultadas em nosso aplicativo (SuperVia), site ou através do SuperVia Fone.
 *Service on business days until 21h. Information on service on weekends and public holidays can be found on our app (SuperVia), website or by ringing the SuperVia Fone phone service.
 *Operación de los días hábiles hasta las 21h. Las programaciones de los fines de semana y días festivos se pueden consultar en nuestra aplicación (SuperVia), página web o através del teléfono SuperVia.

Figura 1. Malha Ferroviária da Região Metropolitana do Rio de Janeiro - SUPERVIA.

A primeira aproximação com o campo de estudo evidenciou que precisaríamos de muita astúcia e paciência para aplicar os questionários devido às exigências da própria dinâmica do trabalho e que será elucidado no decorrer da pesquisa, em especial no terceiro percurso da dissertação. Convém mencionar que inicialmente tínhamos um tempo hábil para realizar trinta entrevistas durante o processo de mestrado, porém com as circunstâncias pandêmicas de distanciamento social, não foi possível atender essa demanda. Tivemos que aderir ao isolamento social e cuidados orientados pela Organização Mundial de Saúde. Desse modo, a pesquisa foi surpreendida por fatores exteriores que impactaram diretamente o rumo de nossa análise. Tivemos que iniciar o trabalho de campo em um período fora do apresentado no cronograma, pois, o acesso ao transporte ferroviário na pandemia foi limitado: somente pessoas que apresentaram vínculo empregatício, contrato de trabalho, carteira de trabalho ou carta do empregador que tinham acesso aos serviços dos trens.

As fotos tiradas no processo de pesquisa de campo, não possuem relação com as entrevistas. Foram realizadas em dias distintos das entrevistas. Os dez jovens ambulantes entrevistados tiveram seus nomes resguardados e foram atribuídos para apresentação do estudo, nomes fictícios, salvo do ambulante que autorizou a divulgação de seu apelido. As fotos do acervo pessoal foram tiradas a partir da observação participante, sendo editadas para desfocar o rosto dos trabalhadores.

Para efeito de organização do nosso trabalho foi desenvolvido um roteiro de entrevistas que resultou na elaboração de gráficos e quadros com dados diretos da pesquisa. Inicialmente o roteiro foi desenvolvido a partir da experiência como aluna de iniciação científica no grupo de pesquisa Trabalho, Políticas Públicas e Serviço Social – PUC-Rio em parceria com o processo de doutoramento de Ana Paula Ferreira Jordão. O roteiro atual, que se encontra em anexo, foi aperfeiçoado para o objetivo central da pesquisa e contextualizado frente às transformações políticas, econômicas culturais e sociais do país durante o passar dos anos. O roteiro das entrevistas é a base do questionário, realizado de forma autoral no processo de mestrado em Geografia e formado por quatro partes: Parte I - Caracterização do ambulante, Parte II - Ambulante e dinâmicas de trabalho, Parte III - Ambulante e moradia e a Parte IV – Ambulante e relações familiares. Desse modo, desenvolvemos 48 perguntas que nos orientasse a compreender o indivíduo a partir de uma análise crítica de sua realidade.

Neste sentido, nossa pesquisa, de caráter qualitativo, se aproxima do Método Histórico Dialético, onde o real é observado em sua aparência para que a essência seja desvelada. A entrevista explora os processos presentes nos fenômenos estudados. O diálogo com a Universidade auxilia na distinção do que essencial e do que deve ser descartado no processo de investigação. (Figura 2 – Dialética da pesquisa). Nessa perspectiva, BECKER (2005) menciona que:

O método dialético se destaca sobre os demais métodos, pois considera a dinâmica das coisas em constante transformação e inter-relação do todo. A análise radical, crítica e totalizante necessita da crise na reflexão do pesquisador para alinhar a teoria e a realidade e, assim evoluir para um novo conhecimento e para transformação da realidade, isto é, solução para o problema. (BECKER, 2005, p.57).

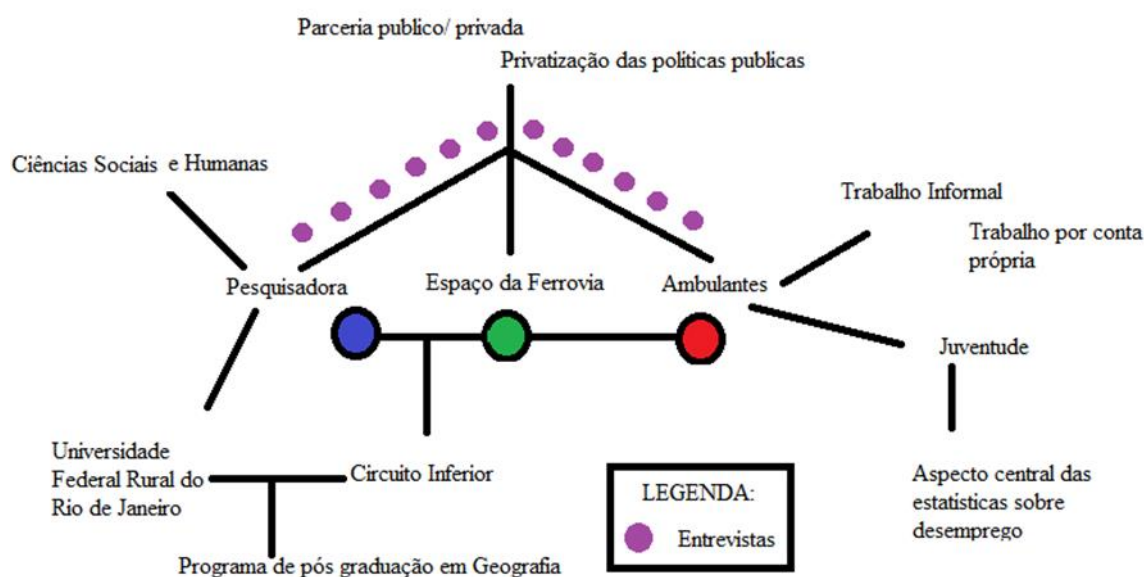


Figura 2. Dialética da pesquisa.

Aparecido Ribeiro de Andrade e Lisandro Pezzi Schidt no livro intitulado “Metodologias de pesquisa em Geografia” mencionaram que existe uma relação dinâmica entre o mundo real e os sujeitos de uma realidade. Os autores analisam que essa dinâmica significa um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e o mundo subjetivo e que não podem ser quantificados. Para eles o:

O Materialismo Histórico e Dialético permite a passagem da imagem do real para uma estrutura racional, na maioria das vezes organizada e operacionalizada por um sistema de pensamento. A primeira etapa desse método é a busca dos elementos essenciais comuns que estruturam o real, o instrumento projeta a percepção para além do fenomenológico. (Dessa maneira, o marxismo afirma que o sujeito do conhecimento historicamente determinado e socialmente contextualizado é capaz de ser apreendido pela ciência a partir das categorias essenciais que o envolvem, como por exemplo: produção, consumo, troca). (ANDRADE e SCHIMIDT, 2015, p.16).

Os procedimentos metodológicos aqui utilizados são comprometidos, em sua abordagem, a respeitar qualquer manifestação que fosse contrária ao objetivo da pesquisa e que atrapalhassem o desenvolvimento do trabalho ambulante. Devido ao contexto histórico, não houve insistência para participação da pesquisa de jovens ambulantes que se opuseram a abordagem. Acreditamos ser fundamental a construção de uma relação sincera e de respeito entre o sujeito que investiga e o objeto investigado (LEVEBFRE, 1991). Desse modo a partir de olhar etnográfico, de uma observação sensível e atenta, do fortalecimento de uma escuta qualificada buscamos compreender o universo permitido pelo jovem.

O roteiro de pesquisa pretende descrever as dinâmicas de vida e trabalho dos indivíduos que desenvolvem atividade laboral de ambulante nos trens do ramal Santa Cruz, no município do Rio de Janeiro, nos dias atuais. Para isso intitulamos Parte I - Caracterização do ambulante, a parte destinada a registrar informações que descrevam “quem é este jovem?” de forma aparente como saber a idade, a cidade de nascimento, o local de moradia, sua

escolaridade, religião, gênero. Na segunda parte chamada de Parte II - Ambulantes e dinâmicas de trabalho, procuramos desenvolver perguntas que resgatem a trajetória de vida no que diz respeito às dinâmicas de trabalho, por exemplo, se já trabalhou de carteira assinada, se contribuiu para previdência social, quantas horas trabalham por dia, sua relação com a mercadoria, sua relação com os trens, e necessidades fisiológicas no trabalho. As perguntas foram desenvolvidas para que o ambulante descreva conflitos existentes a partir da atividade ambulante, questões também que envolvem as estratégias realizadas para venda ou driblar a fiscalização, entre outras.

Na terceira parte, que chamamos de Parte III - Ambulante e relações familiares, buscamos registrar a composição familiar do ambulante, quantos filhos e sua escolaridade, se atualmente estão estudando ou em casa. Se há cônjuge, escolaridade, se trabalha. Se a família participa de algum programa de transferência de renda do governo e/ou auxílio emergencial. Na última parte intitulada Parte IV - Ambulantes e moradia, buscamos entender as informações sobre a situação de moradia do ambulante. E o que diz respeito à infraestrutura, despesas de casa, acesso a serviços e equipamentos públicos e etc.

Durante o processo de pesquisa chamamos de estações principais as estações que possuem pontos fixos de venda e apresentam características semelhantes à interação dos circuitos da economia proposto por Santos (2014). As estações principais se destacam das outras que compõem o ramal por ser o ambiente de maior interação entre os circuitos. O comércio ambulante se apresenta como motor do circuito inferior na ferrovia e materializa a proposta de Santos nos dias atuais. São elas as estações de Campo Grande, Deodoro, Madureira, Maracanã, São Cristóvão e a estação terminal Central do Brasil.

As informações coletadas durante a entrevista foram anexadas a uma planilha para orientar nossos próximos estudos sobre juventude e trabalho informal. Driblando a falta de recurso na pesquisa, elencamos um caderno de campo para as anotações sobre as questões que envolvem o universo jovem ambulante no campo de pesquisa.

Sugerimos que a informalidade no trabalho, dentro do ponto de vista da atuação dos ambulantes, seja compreendida como um fenômeno que persiste e se expande, sendo imposto pela sociedade capitalista e diz respeito ao trabalho sem vínculo empregatício e sem proteção social. Consideramos que em uma dimensão espaço-temporal, o trabalho informal é moldado pelas condições da economia urbana que, de forma contínua, é recriada, flexível e permeável (CACCIAMALI, 1982).

2 A EXPANSÃO DO TRABALHO INFORMAL

O capítulo busca compreender as nuances do trabalho informal a partir do diálogo com alguns autores de forma interdisciplinar e reflete sobre as questões conceituais do fenômeno da informalidade. Para entender as expressões do trabalho informal na atualidade, serão apresentadas aqui, algumas mudanças significativas que determinaram as novas formas de geração de renda na atualidade. Desse modo, faremos breves apontamentos sobre as transformações ocorridas no mundo do trabalho, em especial, no que diz respeito às discussões acerca do controle monopolista do capital sobre as relações sociais. Será enfatizado o trabalho de jovens ambulantes na atualidade buscando compreender o trabalho ambulante no seu sentido teórico e prático, ou seja, levando em consideração nosso referencial teórico e nosso diário de campo.

2.1 Controle Monopolista do Capital: Considerações Sobre a Gerência Científica⁴

Segundo Harvey (1992) uma das principais características do capitalismo é a acumulação. O acúmulo do capital para o autor não se expressa no acúmulo de riquezas e bens, no valor de uso de objetos e coisas, mas no lucro que movimenta o acúmulo de mais dinheiro, de mais capital. Os mecanismos para acumulação de lucro, segundo o autor, se apoiam na exploração da força de trabalho. Nesse sentido criam-se modos de controle sobre este trabalho vivo com intuito de manter o constante desenvolvimento do capitalismo.

Frederick Winslow Taylor propôs a ideia de gerência científica, a partir da necessidade de organização e controle do trabalho e foi reconhecido pela sua proposta de trazer maior eficiência para produção. Para Braverman (1987) gerência científica “significa um empenho no sentido de aplicar os métodos da ciência aos problemas complexos e crescentes do controle do trabalho nas empresas capitalistas em rápida expansão” (BRAVERMAN, 1987, p. 82).

As ações sistemáticas de controle se desenvolviam de forma intencional a partir da incorporação da ciência nos modos de produção. Nesse sentido Taylor, sistematizou as ideias da Economia Clássica e sugeriu métodos e formas de organização do trabalho a partir da cadeia de montagem. Em relação a influência das inovações tecnológicas e organizacionais Fabiane Santana Previtali e Cilson César Fagian (2014) refletiram que:

a introdução de inovações tecnológicas e organizacionais no processo de trabalho é uma constante no modo de produção capitalista. Marx (1988) foi um dos primeiros pensadores a tratar esses elementos como endógenos ao processo de acumulação desse modo de produção, analisando-os no contexto da dinâmica da luta entre as classes sociais do capitalismo. Cumpre ressaltar que a teoria de Marx (1988) sobre o processo de trabalho está intimamente relacionada à sua teoria das classes sociais, sendo o conceito de classe construído a partir das formas de apropriação do trabalho excedente que, por sua vez, relaciona-se com as formas de propriedade, ou seja, a propriedade ou não dos meios de produção. (PREVITALI e FAGIANI, 2014).

Os autores avaliam que no modo de produção capitalista os processos de trabalho estão associados aos processos de valorização do capital. O debate sobre o controle do trabalho ganhou materialidade com as propostas de Taylor e foi definido como aspecto essencial para gerência científica. Questões como a jornada de trabalho, relações de trabalho, o trabalho eficiente, com menos distrações e fixação de metas de produção foram vistas por Taylor, com mais rigor.

Podemos observar que formas semelhantes de controle do trabalho são refletidas nos dias atuais. As características das propostas de Taylor para fábrica foram absorvidas e espelhadas nos dias atuais. Algumas empresas reproduzem a mesma lógica mencionada pelo autor, onde as diretrizes do trabalho são voltadas para o fortalecimento de relações de trabalho estreitas, com menos distrações, redução do tempo de trabalho, fixação de metas com possibilidade de perda de trabalho caso não for cumprida, entre outras características que instigam a “sociedade do cansaço”.

No que diz respeito às influências de taylorismo, Braverman (1987) reflete que Taylor revolucionou o controle do trabalho e direcionou a forma como deveria ser organizado e executado, tendo em vista a subjetividade do trabalhador e o objetivo de aumentar a produção e ter maior extração de mais-valia em menos tempo. A subjetividade do trabalhador foi apropriada e a produção passou a ser totalmente controlada pelo capital.

A partir de regras e padrões de produção, Taylor direcionava as ações para o aumento da força produtiva do trabalho no intuito de aumentar a produção da mais valia. Assim, seus métodos padronizados eram voltados para otimizar a relação entre tempo e as ações de trabalho. Taylor estimulava a redução do tempo de trabalho.

Segundo Taylor (2009):

O uso prático dos dados científicos requer uma sala em que são guardados os livros, notações dos rendimentos máximos, etc., e uma mesa para o planejador das tarefas. Assim, todo o trabalho feito pelo operário no sistema antigo, como resultado de sua experiência pessoal, deve ser necessariamente aplicado pela direção no novo sistema, de acordo com as leis da ciência, porquanto o trabalhador, ainda que bem habilitado na organização e uso dos dados científicos, estaria materialmente impossibilitado de trabalhar, ao mesmo tempo, na máquina e na mesa de planejamento. Está claro, então, na maioria dos casos, que um tipo de homem é necessário para planejar e outro diferente para executar o trabalho. (TAYLOR, 2009, p. 41)

Taylor compreendeu que o trabalhador no seu cotidiano, possui um conhecimento maior sobre o processo de trabalho do que a gerência, sinalizando a possibilidade de resistência por parte do trabalhador. As ações políticas dos trabalhadores iam de encontro com a gerência. Desse modo Taylor menciona a necessidade de controle da vadiagem. Segundo Simões (2005):

a vadiagem era associada à manutenção do número de vagas. Ou seja, os trabalhadores acreditariam que, se aumentassem sua eficiência, alguns funcionários seriam mandados embora. Então eles se organizavam para continuar sempre com a mesma produção, e pressionavam os novos funcionários com maior produtividade para que eles também fossem morosos em suas tarefas, afim de que ninguém perdesse o emprego (SIMÕES, 2005, p.20).

Para Taylor há três fatores determinantes da vadiagem no trabalho: A primeira causa estaria relacionada a um pensamento errado disseminado entre os trabalhadores de que o bom rendimento no trabalho resultará no desemprego. O segundo estaria relacionado à

administração da gerência e o terceiro as questões empíricas que fazem os trabalhadores desperdiçarem seu tempo e esforço. O planejamento da gerência caminha para o controle sobre tempo e movimento para assim expropriar o saber do sujeito. A partir deste saber se tem uma análise maior da realidade daquele indivíduo permitindo um maior controle sobre o processo de trabalho do mesmo, evitando a vadiagem e atos de resistência. A expropriação do saber delimita a capacidade de percepção do indivíduo e a partir da sua realidade particular o diferencia de outros trabalhadores.

Taylor desenvolve três princípios que fundamentam seu método. O primeiro está relacionado à dissociação entre os processos de trabalho e as especialidades dos trabalhadores. Este princípio de Taylor busca tornar a execução e concepção como instâncias separadas do processo de trabalho. Ou seja, o cotidiano do trabalhador faz com que ele a partir da sua experiência particular de trabalho crie formas mais fáceis de executar o trabalho. Desse modo a gerência científica, por meio de estudos sobre o trabalhador, se apropria dessas peculiaridades e executa ações mais rápidas e econômicas de produção. Sendo assim desenvolve métodos que impõem formas de produzir moldadas apenas aos interesses gerencias, distanciando o trabalhador de suas compreensões e conhecimento sobre o trabalho e de suas habilidades.

Duarte (2008) menciona que o segundo princípio gerencial de Taylor é justamente “o banimento de todo trabalho cerebral da oficina e sua passagem para os departamentos de planejamento e de projetos”. Diz respeito ao movimento que pretende alienar o trabalhador e baratear a força de trabalho. O uso do raciocínio deve ser projetado apenas para a gerência e banida do ambiente de trabalho dos trabalhadores. Remetendo a lembrar das observações de Marx quando o trabalhador não só perde o controle sobre os instrumentos e técnicas de trabalho, mas perde o controle do seu trabalho em geral até a forma de execução.

O terceiro princípio de Taylor é a utilização do conhecimento obtido pela gerência sobre os processos de trabalho e particularidades dos trabalhadores. Sendo assim o terceiro princípio está relacionado ao desenvolvimento de planejamentos de trabalho que calculem os riscos do processo de trabalho pela gerência. Fomentando o controle de cada fase do trabalho. Um exercício realizado a partir do estudo organizado realizado no processo de trabalho.

Compreende-se que o interesse de Taylor é voltado à adaptação do/no trabalho. No sentido de adaptar o trabalho as necessidades do capital e os trabalhadores para as necessidades da gerência. Para Taylor (1987) a qualidade do trabalho está relacionada ao alcance máximo de rendimentos dos trabalhadores, o que é evidenciado pela própria noção de prosperidade defendida pelo autor: “o máximo de prosperidade somente pode existir como o máximo de produção” (Taylor, 1987).

Segundo Nieddermeyer (2017):

Na Administração Científica, a intervenção do operário no processo de produção é mínima, pois a exigência de trabalhadores qualificados é restrita pelas características do modelo de produção. A qualificação requisitada para a realização de tarefas repetitivas e com pouco conhecimento agregado é reduzida, o que também não permitia maior liberdade de ação e criação do operário. (NIEDDERMEYER (2017, p. 25).

Outro movimento que trouxe impactos degradantes para a classe trabalhadora foi o desenvolvimento do fordismo. Henry Ford passou a aplicar os métodos de Taylor em sua fábrica de automóveis no intuito da produção em massa. A grande inovação de Ford para a produção se deu a partir da organização da produção no chão de fábrica. Ford introduziu a esteira rolante para que o trabalho chegue ao trabalhador em um ponto fixo. A dinâmica do fordismo era ao invés do trabalhador se movimentar na fábrica para realizar seu trabalho, o

mesmo ficaria em um ponto fixo e o trabalho chegaria à esteira. Este método de produção e de trabalho foi denominado Modelo T.

O setor automobilístico demonstrava sua importância para manutenção do capitalismo. Antes um automóvel era fabricado quase de forma artesanal, por operários especializados em um processo que demandava tempo. Com o método taylorista fordista a produção em massa consolidava bons lucros para Ford em um tempo reduzido. A implementação da esteira rolante representou uma forma de controlar o ritmo de trabalho de forma mais automatizada e intensa.

Segundo Gramsci (1976):

A indústria Ford exige uma discriminação, uma qualificação, para os seus operários que as outras indústrias ainda não exigem; um tipo de qualificação diferente, nova, uma forma de consumo de força de trabalho e uma quantidade de força consumida no mesmo tempo médio mais oneroso e extenuante do que as outras empresas, força que o salário não consegue reconstituir em todos os casos, nas condições determinadas pela sociedade. (GRAMSCI, 1976, p. 406)

A organização política dos trabalhadores apresentou grandes resistências frente ao novo ritmo de trabalho e o controle mais rígido da gerência. Como enfrentamento ao grande fluxo de rotatividade entre os trabalhadores no processo de trabalho, Ford implementou a elevação dos salários para conquistar o apoio da classe trabalhadora. Esta política segundo Gramsci (1976) é uma forma de coerção com consentimento, ou seja, diante das greves e revolta dos trabalhadores, surge a elevação dos salários como necessidade de desenvolvimento.

O autor menciona que a política de altos salários é derivada de uma necessidade característica da indústria moderna altamente desenvolvida. Nesse sentido ele pergunta:

O salário pago pela Ford só é alto em relação à média dos salários americanos, ou é alto como preço da força de trabalho que o empregado da Ford consome na produção utilizando os métodos da empresa? (GRAMSCI 1976, p. 405).

Segundo Harvey (1992) o aspecto produtivo fundante do fordismo foi à implementação da esteira rolante no sentido de que produção em massa, também significava consumo em massa. O fordismo se apresentava como uma nova política de controle sobre a força de trabalho, com uma estética nova e uma nova psicologia frente às novas transformações da sociedade. Os princípios de Taylor foram aplicados e desenvolvidos por Ford. O fordismo deu continuidade à intensificação da exploração do trabalho iniciado por Taylor. No entanto o fordismo não tinha apenas o intuito de dominar a força de trabalho, mas de conquistar o apoio dos trabalhadores pelo consumo.

Segundo o autor:

O Fordismo equivaleu ao maior esforço coletivo para criar, com velocidade sem precedentes, e com uma consciência de propósito sem igual na história, um novo tipo de trabalhador e um novo tipo de homem. Os novos métodos de trabalho são inseparáveis de um modo específico de viver e de pensar a vida (HARVEY, 1992, p.121).

Nesse sentido compreende-se que a desenvolvimento do fordismo não representou apenas uma nova forma de organização da produção e do trabalho, mas instituiu novos modos de vida a partir do consumo. A política de elevação de salários de Ford também se apresenta

como estratégia para aumento do consumo por parte da classe trabalhadora. Ações para a manutenção de altos padrões de consumo são essenciais para movimentar a indústria de produção em massa.

Uma preocupação de Ford com a política de consumo estaria relacionada à forma de consumir do trabalhador. A forma como o trabalhador gasta seu salário não poderia interferir no cotidiano do seu trabalho, pois o mesmo precisaria suportar os ritmos de produtividade exigidos pela indústria da Ford. Nesse sentido havia uma necessidade por parte de Henry Ford em fiscalizar moralmente a vida dos trabalhadores operários fora do ambiente de trabalho. O chamado de “evangelho fordista” foi um conjunto de princípios para influenciar os modos de vida dos trabalhadores, no intuito de preservar a força de trabalho para produção em massa (Gramsci, 1976).

A intenção de Ford era fiscalizar integralmente o trabalhador, desde a vida sexual como outras escolhas na vida. Gramsci (1976) argumenta que um determinante para destruição da força de trabalho se dá no alcoolismo⁵, um desafio para a indústria. O autor critica severamente as ações de Taylor apropriadas e resinificadas por Ford:

Taylor de fato exprime, com cinismo brutal, o fim da sociedade americana; desenvolver no trabalhador, no máximo grau, atitudes maquinais e automáticas, despedaçar o velho nexos psicofísico do trabalho profissional qualificado, que exigia uma certa participação ativa da inteligência, da fantasia, da iniciativa do trabalhador e reduzir as operações produtivas ao seu único aspecto físico maquinal (GRAMSCI, 1976, p. 328).

Frigotto (2006), retomando essa reflexão, completa:

Na melhor das hipóteses, a liberdade que o trabalhador tem é escolher o capitalista para quem trabalhará, mas a liberdade de não trabalhar para o capitalista algum é simplesmente a liberdade de passar fome ou sofrer degradação social. Em última instância, o trabalhador depende, para sobreviver, de que o capitalista se disponha a comprar a sua força de trabalho (FRIGOTTO, 2006, p. 66).

As medidas morais executadas pelas ideias fordistas extrapolaram a vida na indústria e permeou um novo estilo de vida americano. Um novo tipo de ser humano estava sendo moldado pelo fordismo: o operário em massa. De acordo com Ribeiro (2015) O Estado proporcionou ambiente fértil para o desenvolvimento do taylorismo fordismo de produção. A ideologia fordista se tornou política de Estado, reafirmando o tripé segundo Harvey (1992) para o desenvolvimento fordista: Padrão de produção e de modos de vida, Trabalho organizado e corporativo e o Estado-Nação. O papel do Estado está atrelado à manutenção dessas relações fomentando a cultura de novos modos de vida e os deixando atraente para a sociedade.

Dentre as similaridades do taylorismo e fordismo, uma das diferenças é justamente o projeto hegemônico criado pelo fordismo. Hegemonia no sentido de conquistar adesão dos trabalhadores e não de dominar a força de trabalho. A partir do compromisso e cooperação

⁵ Atualmente observamos essa característica de controle dos modos de vida dos trabalhadores, onde há uma fiscalização pelo Programa de Alimentação do Trabalhador - Instituído pela Lei de nº 6.321 de Abril de 1976 e atualmente regulamentado pelo Decreto de nº 10.854 de 10 de novembro de 2021 - que impede o trabalhador de adquirir bebidas alcoólicas com o cartão alimentação do trabalho nos estabelecimentos. O empregador pode participar do programa se inscrevendo pelo Ministério do Trabalho e Previdência, é possível preencher o formulário online.

entre as classes (dominante e trabalhadora) extrapolando os muros da indústria se transformando em uma hegemonia social. O Estado, por sua vez, enquanto provedor de políticas públicas, com investimentos na saúde, na educação, no lazer, na habitação, etc. configura seu papel importante para a manutenção do padrão de produção fordista.

Engana-se quem pensa que o desenvolvimento do padrão fordista de produção foi algo rápido, demorou quase cinco décadas para se estruturar e impactar o mundo com suas consequências. Este novo padrão de produção, trabalho e consumo representou um marco no capitalismo e padronizou a organização do trabalho assim como padronizou um novo estilo de vida, incentivando o consumo e conseqüentemente o individualismo que se estende até os dias atuais. Segundo Harvey (1992) desde o fordismo a organização das formas de trabalho sofreram alterações significativas, a produção rígida, característica do fordismo, dividia e perdia espaço para uma produção mais flexível com um sistema de estoques para atender interesses já determinados pelos consumidores.

Compreendemos com as análises de Harvey que por muitos anos o fordismo foi o modelo que organizou a produção, sustentada pela regulação da economia por parte do Estado e manteve em alta os níveis de acumulação de capital. As ações do Estado para com a sociedade eram de controle social e voltadas a formar padrões de consumo, de família, de lazer, de trabalho, influenciando a população a estar dentro dos moldes a partir da subjetividade dos sujeitos. O fordismo tinha a intenção de instaurar uma sociedade racionalizada, porém sua prática não incorporou as questões psicológicas do sujeito para com o trabalho e a vida em sociedade.

Ricardo Antunes (2009) nos chama atenção para a crise do padrão de acumulação taylorista/fordista, que a partir dos anos 60 e mais afluente na década de 70 eram expressões de uma crise estrutural do capital que se estende até os dias atuais. O movimento era de recuperação de uma crise, ou seja, era necessárias ações de reestruturação, visando à recuperação do seu ciclo produtivo e reprodutivo do capital e, ao mesmo tempo, intensificar seu projeto de dominação.

As questões apresentadas pelo autor são decorrentes da própria concorrência capitalista em um momento de crise. Desse modo, com a retração de gastos públicos, os mecanismos do Estado de Bem Estar Social também são afetados comprometendo seu funcionamento e acarretando em uma crise fiscal do Estado. Nesse sentido são fortalecidas ações que incrementem privatizações, flexibilização do processo produtivo e da força de trabalho, desregulamentação, evidenciando uma nova faceta do capitalismo.

Nos atentamos, também aos ganhos e diminuição de produtividade. Os anos gloriosos demarcavam ganhos na produtividade do fordismo, e foi sucedida por uma queda na produtividade. O início dos anos 70, novamente foi marcado pelo interrupto crescimento na produtividade e em segundo momento, de crise, surge à queda dessa produtividade. O sistema capitalista é incapaz de se manter em ambiente saudável frente à busca incessante por lucro, o que evidencia a contradição como motor do modo de produção capitalista (NETTO, BRAZ, 2012).

Para David Harvey a dinâmica do modo de produção capitalista é necessariamente propensa a crises e a sua superação que reinventa um novo cenário para desenvolvimento de uma estrutura mais sólida e intensa do capitalismo. Uma nova face. Estas questões são explicadas a partir do princípio norteador do modo de produção capitalista: o lucro. Este lucro se apoia na exploração de trabalho vivo.

Entendemos que o modo de produção capitalista por necessidade é tecnológico e dinâmico. E que a propriedade privada dos meios de produção, o mercado de trabalho e a troca de produtos no mercado para obter lucro em movimento, constituem o capitalismo a partir dos processos de trabalho. O capitalismo molda uma sociedade do consumo a partir dos

processos de trabalho. Segundo Netto e Braz (2012), a produção de bens, qualquer que seja ela, é realizada através dos processos de trabalho, que envolvem três elementos: os meios de trabalho – os objetos de trabalho – força de trabalho, que constituem as forças produtivas.

Os meios de trabalho, segundo os autores, “são tudo aquilo de que se vale o homem para trabalhar (instrumentos, ferramentas, instalações etc.) bem como a terra, que é um meio universal de trabalho”. Os objetos de trabalho, “são tudo aquilo (matérias naturais brutas ou matérias naturais já modificadas pela ação do trabalho) sobre que incide o trabalho humano”. A força de trabalho “trata-se da energia humana que, no processo de trabalho, é utilizada para, valendo-se dos meios de trabalho transformar os objetos de trabalho em bens úteis à satisfação de necessidades”. (NETTO, BRAZ 2012, p. 70)

José Paulo Netto e Marcelo Braz indagam que se “a produção depende da existência dos meios e dos objetos de trabalho – que constituem os meios de produção-, é a intervenção da força de trabalho que a viabiliza” (NETTO, BRAZ 2012, p.70). Evidencia a inconsistência e contradição da dinâmica capitalista, que se reinventa para superação e uma nova forma, mais severa, de prática para que os pilares de sustentação que constituem o capitalismo sejam alcançados e consolidados.

No âmbito dos processos de trabalho, principalmente nos dias atuais, compreendemos que entre a expansão e recessão a crise no modo de produção capitalista desvela sua face frente às transformações no mundo do trabalho que são impulsionadas pela própria crise em si (MESZÁROS, 2009). A corrosão do trabalho regulamentado, mencionada pelo autor em seu trabalho, é substituída por novas formas de contrato que perpassam a dicotomia super-exploração e autoexploração do trabalho, evidenciando a precarização das forças de trabalho. O autor salienta as mudanças organizacionais das formas de contratação atuais que se distanciam da proteção social como direito conquistado.

Nesse sentido, pode-se dizer que a crise de 1970 foi marcada pela refuncionalização do Estado, pela reestruturação produtiva⁶, pela mundialização do capital auxiliado pelo processo de financeirização e ajustes neoliberais que padronizam a relação entre Estado e sociedade civil frente às novas formas de organização indústria e de relacionamento entre capital e trabalho, “mais favorável quando comparada ao taylorismo/fordismo, uma vez que possibilitaram o advento de um trabalhador mais qualificado, participativo, multifuncional, polivalente” (ANTUNES, 2002)

O modelo japonês do Toyotismo pode ser problematizado como exemplo das transformações no processo produtivo a partir de formas mais flexíveis de acumulação. De acordo com Antunes (2002,) os métodos de produção do toyotismo, “enquanto via japonesa de expansão e consolidação do capitalismo monopolista industrial” se diferenciam do fordismo a partir de⁷:

1. uma produção adsorvida pela demanda, onde o crescimento seria orientado pelo fluxo de produção, visando atender exigências particulares do mercado consumidor. Ao contrario da homogeneidade fordista de produção em massa.
2. trabalho operário em equipe, com multivariabilidade de funções, rompendo com o caráter parcelamento das ações de trabalho típico do fordismo.
3. processo flexível de produção, onde o operário opera simultaneamente várias máquinas. Resignificando a relação homem e máquina disseminada no taylorismo/fordismo.

⁶ Processo de renovação das práticas de gestão e organização do trabalho e de produção que ressignifica estratégias da gerencia do taylorismo/fordismo para flexibilização do trabalho na cadeia produtiva.

⁷ Sobre toyotismo ver: (GOUNET, 1997; 1992 e 1991).

4. Princípio Just in time, buscando o melhor aproveitamento do tempo de produção.
5. Do sistema Kanban⁸
6. Empresas com estrutura horizontalizada, incluindo as terceirizadas, diferente do padrão fordista.

Segundo Ricardo Antunes:

Essa horizontalização estende-se às subcontratadas, às firmas "terceirizadas", acarretando a expansão dos métodos e procedimentos para toda a rede de fornecedores. Desse modo, flexibilização, terceirização, subcontratação, CCQ, controle de qualidade total, kanban, just in time, kaizen, team work, eliminação do desperdício, "gerência participativa", sindicalismo de empresa, entre tantos outros pontos, são levados para um espaço ampliado do processo produtivo (ANTUNES, 2002, p. 9).

1. Círculos de Controle de Qualidade (CCQ), que em sua dinâmica instigaria o trabalhador em seu desempenho no trabalho, com vistas a melhorar a produtividade. Antunes (2002) menciona o capital intelectual e cognitivo, desprezado pelo fordismo.
2. O sistema de empregos adotados pelas empresas japonesas era constituído, em sua maioria, por: emprego vitalício, embora não existia um contrato formal. Antunes (2002) cita que o "emprego vitalício" garante ao trabalhador japonês, que trabalha nas fábricas inseridas neste modelo, a estabilidade do emprego, sendo que aos 55 anos o trabalhador é deslocado para outro trabalho menos relevante, no complexo de atividades existentes na mesma empresa.

Compreendemos que o padrão adotado pela Toyota de produção exige muito mais do trabalhador do que o modo de produção taylorista fordista, que já era caracterizado como uma intensa exploração do trabalho. Antunes (2009) pontua que o processo de subcontratação dá sentido ao Toyotismo nos dias atuais. Para o autor, essas mudanças provocam resultados imediatos no mundo do trabalho. São elas: flexibilização e desregulamentação das leis trabalhistas, fragmentação da classe trabalhadora, motivada pelo individualismo e divisão social do trabalho, que leva à ruína do sindicalismo; a precarização da força de trabalho e a terceirização da força de trabalho como exemplo desta precarização.

Consideramos que o Toyotismo tem uma visão racional do processo produtivo, e tem como alicerce a disciplina da força de trabalho, que é estimulada pela necessidade de implantar formas de capital e de trabalho intensivos. O Toyotismo inaugura um novo patamar de intensificação do trabalho, ajustando densamente as formas relativa e absoluta da extração da mais valia. O conjunto de trabalhadores que formam a classe trabalhadora, que vende sua força de trabalho, é a população mais afetada por essas questões. Os impactos extrapolam o ambiente de trabalho e permeiam a vida cotidiana, as condições de vida e de trabalho da classe.

Com o decorrer dos anos, novas faces do capitalismo foram desveladas e mesmo diante da complexidade e característica heterogênea, o mundo do trabalho contemporâneo revive cotidianamente situações parecidas com as organizações de trabalho anteriores descritas. A crise no modelo Fordista/Taylorista propiciou o desenvolvimento de um ambiente

⁸ Método de gestão do trabalho formulado pelo Sistema Toyota de Produção onde se produz a partir de uma demanda. O sistema da Toyota objetivava produzir diferentes modelos de automóveis com quantidade reduzida, tornando a produção rápida e fácil.

fértil para o que seria o pós Fordismo/Taylorismo/Toyotismo, pois, se desenvolve no âmbito das gerências científicas e tendem a flexibilizar as relações de trabalho.

A partir do entendimento sobre as formas anteriores da gerência científica, consideramos que o desenvolvimento do trabalho não está ligado a melhores condições de trabalho e vida, mas diretamente à manutenção do sistema capitalista. Desse modo, a partir da ontologia do trabalho entende-se que o trabalho torna possível a produção de qualquer bem social, criando valores que constituem a riqueza social. De forma subjetiva é através do trabalho que o indivíduo, além de desenvolver habilidades para suprir suas necessidades, ele obtém meios para sobreviver de forma digna. (NETTO, BRAZ, 2012).

Contudo, nos dias atuais, as formas de organização do trabalho não têm assegurado a todos os indivíduos meios necessários para sobrevivência, frente ao desenvolvimento do modo de produção capitalista. A exceção de pequena parte da população qualificada e especializada que possui relações de trabalho diferentes, mesmo estando em contexto histórico próximo. O que diferencia uma lógica de outra é a proteção social. Desse modo Antunes vai falar que:

Essas mutações criaram, portanto, uma classe trabalhadora mais heterogênea, mais fragmentada e mais complexificada, dividida em trabalhadores qualificados e desqualificados do mercado formal e informal, jovens e velhos, homens e mulheres, estáveis e precários, imigrantes e nacionais, brancos e negros, etc., sem falar nas divisões que decorrem da inserção diferenciada dos países e de seus trabalhadores na nova divisão internacional do trabalho. (ANTUNES, 2000, p. 184).

Diante da diversidade das possibilidades de trabalho nos dias atuais, frente ao mundo do trabalho plural, multifacetado e prolixo, novas formas de trabalho são organizadas para suprir uma lacuna deixada pelo mundo do trabalho no decorrer dos anos. Segundo Carelli (2004):

Encontramos entre essas formas o trabalho temporário, o estágio, o trabalho em tempo parcial, autônomos, falsos autônomos, cooperados trabalhadores organizados em forma empresarial, eventuais, avulsos, freelances, domésticos, diaristas, horistas, empreiteiros, subempreiteiros, trabalhadores com emprego partilhado (job sharing), trabalhadores a distancia, contrato de solidariedade externo ou expansivo, trabalhadores engajados em contratos civis, etc. (CARELLI; 2004, p. 17)

No livro *Formas Atípicas de Trabalho*, Rodrigo Lacerda Careli refletiu sobre a erosão das características atípicas do espaço de trabalho e identificou dois problemas característicos do mundo do trabalho atual:

a opacidade do empregador real e falta de tipicidade, ou seja, desconexão entre o conceito de trabalho subordinado, levando ambos os problemas à inefetividade das normas trabalhistas infraconstitucionais, e mesmo dos direitos sociais constitucionalmente garantidos. (CARELLI; 2004, p. 17)

Nessa linha de pensamento Oliveira (2007) conclui que:

Pode-se, portanto, analogicamente dividir o mundo do trabalho em dois grupos de trabalhadores: os incluídos, com perfil de profissional especializado e/ou detentor de técnica, contratado nos termos da legislação trabalhista e previdenciária, embora representem um pequeno contingente no total dos trabalhadores; os excluídos, os demais não englobados no tipo anterior e que não se configuram como autônomos, por não ter perfil especializado, sendo submetidos a contratações precárias, ou

mesmo a uma relação civil de prestação de serviços, na qual prevalece a hiper-exploração, em razão de que cabe aos trabalhadores todo o risco e custo da atividade, não obstante seja da empresa contratante a possibilidade de fixação da retribuição. (OLIVEIRA, 2007, p.13)

As relações de trabalho nos dias atuais, ao invés de caminharem para lógica da inclusão e garantia de direitos frente à modernização e avanços tecnológicos, assumem um caráter de exclusão. Exclusão no seu sentido perverso: “em vez de incluir, excluir – empregados, direitos, políticas sociais, etapas do processo produtivo” (VIANA, 2003 p. 779) deixando grande parte da população à margem da sociedade.

Queremos compreender as dinâmicas de trabalho de jovens ambulantes, trabalhadores por conta própria, informais e desprotegidos, que estão inseridos nessa lógica desigual no mundo do trabalho. Diante das análises, o próximo percurso, será o de buscar entender o processo de desenvolvimento da informalidade no trabalho até os dias atuais.

2.2 Aspectos Conceituais da Informalidade no Trabalho

As relações de trabalho instituídas ao longo dos últimos anos propiciaram a manutenção e o desenvolvimento de um ambiente fértil para as diferentes situações analíticas que envolvem o conceito de informalidade e suas manifestações na sociedade. Segundo Zambelli, (2006) “A definição mais geral é de uma economia escondida, subterrânea, oculta, não registrada e não observada estatisticamente”. (ZAMBELLI, 2006, P. 60).

O termo informal, segundo Lautier (1994 apud Neto, Neves e Jayme, 2002, p.83) pode ser visto a partir de vários ângulos como:

economia não oficial, não declarada, irregular, não registrada, ilegal, clandestina, marginal (...); economia não observada, invisível, submarina, escondida, subterrânea, oculta, dissimulada, (...); economia autônoma, alternativa, paralela, contra economia, (...); economia cinza, negra, da sombra, (...); economia dual, secundária, periférica, (...).(apud NETO, NEVES E JAYME, 2002, p.83).

Luiz Antonio Machado Silva (2002), ao discutir os limites do conceito de informalidade, confrontou sua ambiguidade frente aos processos de reestruturação produtiva. Segundo o autor, uma das consequências desses processos é justamente o esgotamento do conceito de informalidade transformando em denominação universal que indica ações relacionadas à flexibilização e muitas vezes substituídas por empregabilidade. Segundo ele, questões como estas apresentam “um novo modo de exploração capitalista e de dominação no mundo do trabalho que busca reconstruir uma cultura do trabalho adaptada ao desemprego, ao risco e à insegurança”. (SILVA, 2002, p. 84).

O autor propõe que questões relacionadas à informalidade, ao “informal”:

Tem sido uma noção orientada para discutir “o outro lado” da problemática, se não exatamente do emprego, ao menos da mobilização ativa do trabalho – ou seja, ela foi proposta para analisar as dificuldades e distorções da incorporação dos trabalhadores ao processo produtivo em contextos onde o assalariamento era pouco generalizado. Em consequência, sempre tendeu a focalizar, prioritariamente, seus estratos mais desfavorecidos e a desenvolver, em torno deles, um debate sobre a natureza, as condições e os limites de sua integração econômica, lidos como adaptação desses grupos à estrutura social à qual pertencem, isto é, de seu papel (ou função, ou necessidade) na produção da riqueza (SILVA, 2002, p. 83).

Para o mesmo autor as noções de informalidade tiveram origem na década de 60, mais especificadamente a partir do Programa Regional de Emprego para a América Latina e Caribe (PREALC). Este programa tinha como objetivo minimizar as desigualdades e os altos índices de pobreza nos países contemplados. O ambiente teórico que propiciou o desenvolvimento das proposições acerca da informalidade foi a Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL), criada em 1948 no domínio do Conselho Econômico e Social da Organização das Nações Unidas (CESONU).

Entre os anos de 60 e 70, na América Latina, o “setor moderno” não conseguiu se generalizar e incorporar mão de obra, pois o desenvolvimento da industrialização nos países do Terceiro Mundo confronta, de um lado, o nível tecnológico já alcançado pela produção industrial e, de outro, o problema do êxodo rural-urbano e grande exército de força de trabalho disponível. Ou seja, entres esses anos houve uma distribuição da população economicamente ativa para os centros urbanos, mas os protagonistas do êxodo rural não encontraram emprego no setor secundário na mesma proporção da oferta de força de trabalho. Nesse sentido houve um salto do setor terciário de pequenos serviços.

Segundo CACCIAMALI (1983), o que orientava os estudos da CEPAL naquele período era o entendimento de que o crescimento econômico não vinha sendo suficiente nos países subdesenvolvidos para estruturar um mercado de trabalho que possibilitasse remunerações necessárias, que ocasionassem algum tipo de melhoria nas condições sociais das camadas que continuavam em vulnerabilidade social, vivendo em situação de pobreza, à margem da sociedade.

Um estudo realizado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), no Quênia, retomou o conceito de setor informal, em 1972, definido como um fenômeno intrínseco de países subdesenvolvidos, onde os avanços nas relações de mercado não haviam sido capazes de incorporar significativas parcelas da classe trabalhadora em uma sociedade de emprego capitalista, possibilitando o surgimento de estratégias precárias de sobrevivência (OIT, 1972). Neste contexto segundo José Dari Krein e Marcelo Weishaupt Proni “o desafio colocado para esses países não seria tanto o desemprego, mas a baixa remuneração dos ocupados e o funcionamento inadequado do mercado de trabalho” (KREIN e PRONI, 2010, p. 8).

A proposta da OIT era fomentar os estudos relacionados às questões de geração de emprego com objetivo de contribuir para formulação de políticas sociais de combate à pobreza. Princípios da justiça social vinham tomando pauta nas discussões do PREALC que já destacava uma correlação entre a pobreza e as formas de inserção no mercado de trabalho, após definir que o setor informal pode ser caracterizado, também, por baixas remunerações. Desse modo:

Os ocupantes do setor informal eram caracterizados como socialmente pobres, com menor grau de instrução e em faixas etárias que incluem tanto os mais jovens quanto os mais velhos. Nesta versão do modelo, eram as características dos migrantes vindos do campo e a insuficiente disponibilidade de oportunidades de emprego no setor formal urbano que determinavam que o setor informal funcionasse como um receptáculo para os migrantes rurais que aportavam nas cidades. Assim, o setor informal era visto como a “porta de entrada” ao mercado de trabalho urbano. (KREIN e PRONI, 2010, p. 9).

A ideia era que gradativamente o setor informal desapareceria frente à expansão de um setor moderno, mais viável economicamente para formalizar algumas categorias vistas como atividades informais. Nesse ponto de vista, José Dari Krein e Marcelo Weishaupt Proni indicam que o PREALC

recomendava o estudo das relações entre os dois setores com o objetivo de conhecer as atividades informais que deveriam ser fomentadas pelos governos e outras que deveriam desaparecer pelas condições desfavoráveis diante da concorrência intercapitalista (KREIN e PRONI, 2010, p. 9).

A pesquisa de Sônia Terezinha Tomazini intitulada “Emprego informal e trabalho por conta própria: um estudo da diversidade de manifestação do problema da falta de emprego no Brasil” observou outra característica para o setor informal que diz respeito à heterogeneidade. O tipo de atividade e sua habilidade de expansão são fatores determinantes para essa característica. Tomazini (1995) apresenta que pelo menos dois subsetores que coexistem dentro do setor informal.

O primeiro subsetor superior estaria relacionado aos produtores informais que movimentam as relações de trabalho empregando outros trabalhadores mesmo em número reduzido. O subsetor superior apresentaria níveis de produtividade maior e um potencial de desempenho mais elevado e seguro. Para um inferior, que possui baixo grau de produtividade e mais propenso para desaparecimento econômico. O subsetor inferior estaria relacionado ao “núcleo irredutível” do setor informal. E no subsetor superior, estariam as atividades que poderiam ser formalizadas. (TOMAZINI, 1995).

Pode-se acrescentar, que desde então, estudos relacionados à informalidade ganharam uma nova roupagem frente à complexidade de debates nos países subdesenvolvidos, especialmente no que se refere à eficiência de políticas para inserção no mercado de trabalho nestes países. No âmbito da OIT, na América Latina, difundiram-se duas abordagens sobre a informalidade, de acordo com Krein e Proni

a primeira é esta relacionada com a lógica da sobrevivência em um contexto econômico adverso, no qual um excedente estrutural de mão-de-obra pressiona o mercado de trabalho, tornando a oferta de “bons empregos” insuficiente; b) a segunda lógica, historicamente mais recente, leva em consideração as mudanças na divisão internacional do trabalho na era da globalização, a adaptação das empresas modernas diante de uma demanda instável e a adoção de medidas de “descentralização produtiva” associadas com a subcontratação de empresas e de mão-de-obra. Esta segunda diverge claramente da abordagem original da OIT e do PREALC. (apud Tokman, 1995, p. 10).

Outro ponto importante está relacionado a uma perspectiva onde informalidade é sinônimo de ilegalidade. Nesta perspectiva o que determinaria a informalidade seria o não cumprimento da legislação trabalhista e ações que viriam a burlar o sistema de impostos. Percebe-se que a heterogeneidade do setor informal cria condições para que a definição do conceito de informalidade seja vista de forma ampliada frente às transformações políticas, econômicas, culturais e sociais. Paralelo a isto, Salas (2003) argumenta que o uso analítico dos termos “setor informal”, “trabalho informal” e “economia informal” dificultou uma definição consensual acerca do fenômeno e suas transformações⁹.

⁹ Adolfo Furtado (2004) no estudo intitulado “Economia informal e trabalho informal: duas faces da mesma moeda?” menciona que “A realidade é bem mais confusa. Se alguns autores [Portes e Castells (1989)] já chegaram a dizer que o setor informal é ‘um conceito em busca de uma teoria’, outros, como MARCUSE, apontam uma dificuldade ainda mais básica: a de que economia informal e setor informal são conceitos em busca de uma definição”.

Em 1991, a OIT retomou as discussões sobre informalidade com a Conferência Internacional do Trabalho (CIT), onde o intuito das discussões era um esforço para, de modo consensual, definir o fenômeno da informalidade frente às transformações estruturais no mundo do trabalho. A proposta do encontro foi de revisitar o conceito que abarca o setor informal e informalidade.

O entendimento é que caberia a este setor ocupar os interstícios deixados pelas atividades capitalistas nas quais o trabalhador vivia da sua força de trabalho, utilizava o trabalho familiar e podia contratar ajudantes, objetivava uma renda para consumo individual e familiar visando manter a atividade econômica. Tais características refletiam o trabalhador despossuído que obtinha apenas renda e não acumulava capital. (OLIVEIRA, 2011, p. 187).

Ao mencionar os pensamentos de Tavares (2004) para fomentar as ideias de seu estudo, a autora ressaltou a tipologia formal-informal evidenciando a forma como as transformações no mundo do trabalho impactavam em cada vez mais trabalhadores submetidos em um nível de renda insuficiente à satisfação de suas necessidades. Segundo Vanessa Dias de Oliveira (2011):

Estes trabalhadores não seriam mais distinguidos pela autonomia do trabalho, mas a força de trabalho é compreendida como unidade de produção com sete características: facilidade de acesso à atividade, utilização de recursos locais, propriedade familiar, escala de atividade reduzida, uso de tecnologias que privilegia o recurso à mão-de-obra, qualificação adquirida no sistema formal de formação, mercados concorrenciais e sem regulamentação. (OLIVEIRA, 2011, p. 188).

Na 15ª Conferência Internacional de Estatísticas do Trabalho (CIET), de 1993, novamente os debates em torno do setor informal ganharam visibilidade, com discordância em relação aos aspectos conceituais do fenômeno que persistiu desde o encontro de 1991. As pautas eram voltadas à generalização do conceito. A necessidade de padronizar as classificações das atividades informais remetia ao fato de que na América Latina as últimas décadas do século XX foram marcadas pela informalidade (OIT, 1993). Desse modo, foi percebido que a população inserida nesse contexto constitui as camadas mais vulneráveis da sociedade, estando muitas pessoas em situação de extrema pobreza.

Nesse sentido, a informalidade ganhava cada vez mais centralidade nas agendas políticas, em especial nas discussões sobre políticas de geração de trabalho e renda, que iriam amenizar os impactos socioeconômicos da população. Com a expansão da globalização percebeu-se um aumento da sensação de insegurança e da desigualdade social que se expandia frente ao desenvolvimento urbano, características que elevaram expressivamente a diversidade das atividades informais e contribuíram para o fortalecimento da heterogeneidade do fenômeno.

O entendimento da OIT era de que o setor informal abarcava a população que não possuía recurso para competir por um emprego formal, isso levou a organização a rever os aspectos conceituais da questão informal e repensar políticas adequadas que viessem a contribuir para o diagnóstico e solução de problemas relacionados a trabalho e renda, consequentemente qualidade de vida.

A partir da Declaração sobre os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho, em 1998, o incentivo da OIT era voltado para promoção do trabalho decente frente às situações encontradas no mundo do trabalho, por meio de políticas públicas de desenvolvimento econômico, combate a pobreza e enfrentamento da discriminação (OIT, 2002).

Em 2002, com a 90ª Conferencia Internacional do Trabalho a abordagem acerca do fenômeno foi vista de forma mais ampliada, onde as questões sociais e políticas foram reconhecidas como indicadores de desigualdade para o universo complexo da informalidade. Uma das principais mudanças foi justamente a utilização dos termos para designar as atividades informais. Com intuito de englobar as diversas dinâmicas das atividades informais passou-se a utilizar o termo economia informal. Segundo o relatório da OIT e Economia Informal (2005):

A expressão "economia informal" é preferível à expressão "setor informal", pois os trabalhadores e as empresas em questão não advêm de um só setor de atividade econômica, mas sim de vários. Esta expressão tende, porém, a minimizar a importância das ligações, das zonas cinzentas e das interdependências que existem entre atividades formais e atividades informais. A expressão "economia informal" refere-se a todas as atividades econômicas de trabalhadores e unidades econômicas que não são abrangidas, em virtude da legislação ou da prática, por disposições formais. Estas atividades não entram no âmbito de aplicação da legislação, o que significa que estes trabalhadores e unidades operam à margem da lei; ou então não são abrangidos na prática, o que significa que a legislação não lhes é aplicada, embora operem no âmbito da lei; ou, ainda, a legislação não é respeitada por ser inadequada, gravosa ou por impor encargos excessivos. (OIT, 2005, p. 7).

As discussões em torno da temática já consideravam que o fenômeno se manifestava de forma distinta em diferentes países, uma das características que distinguia os impactos da informalidade no trabalho, esta relacionada à estrutura econômica e política das regiões e como isso se desdobra em níveis de formalização do mercado de trabalho, podendo assim, os indivíduos transitarem pelos diferentes espaços que circundam a informalidade e a formalidade.

Esta redefinição por parte da OIT (2002) incorpora as dinâmicas do processo de globalização e as transformações ocorridas no mercado de trabalho ao conceito de informalidade e vai instituir a nova informalidade ou o novo informal. Jacob Carlos Lima considera que a redefinição do conceito:

Incorpora as mudanças relativas à desregulação econômica, à flexibilização das relações de trabalho e à desterritorialização da produção e internacionalização dos mercados, nas quais as relações entre a economia formal e a economia informal formam um continuum com fronteiras imprecisas. Essa definição inclui o auto emprego em empresas informais, os empregadores, os trabalhadores por conta própria e os membros da família que trabalham sem remuneração ou remuneração casual, trabalhadores de empresas informais, diaristas, domésticos e industriais temporários, por tempo parcial, prestadores de serviços eventuais e terceirizados em empresas ou oficinas informais e formais, e aqueles trabalhadores domiciliares. O novo, nessa revisão do conceito, está na inclusão dos trabalhadores industriais oriundos dos processos de desregulamentação e flexibilização das relações de trabalho. (LIMA, 2013, p. 330)

O que aproxima os trabalhadores informais em sua diversidade é a vulnerabilidade das suas condições de trabalho, a sensação de insegurança, a instabilidade de renda, a ausência de proteção trabalhista. A nova informalidade é resultado das novas compreensões acerca da temática de trabalho frente às mudanças estruturais no cenário econômico, político e social e frente às transformações no mundo do trabalho, em especial nas formas de inserção no mercado de trabalho. As dinâmicas na nova informalidade não exigem locais ou tempos fixos de trabalho.

Essa definição inclui o auto emprego em empresas informais, os empregadores, os trabalhadores por conta própria e os membros da família que trabalham sem remuneração ou remuneração casual, trabalhadores de empresas informais, diaristas, domésticos e industriais temporários, por tempo parcial, prestadores de serviços eventuais e terceirizados em empresas ou oficinas informais e formais, e aqueles trabalhadores domiciliares. O novo, nessa revisão do conceito, está na inclusão dos trabalhadores industriais oriundos dos processos de desregulamentação e flexibilização das relações de trabalho. Em comum, esses trabalhadores se caracterizam por vulnerabilidade de suas condições de trabalho, instabilidade de ganhos e ausência de acesso à proteção social. (LIMA, 2013, p. 331)

Noronha (2003) contribui para nossa discussão e de modo cronológico menciona a informalidade em três períodos. Primeiro entre as décadas de 60 e 70 onde o trabalho informal é visto como subemprego e instável, a ponto de não sustentar uma posição sólida frente ao desenvolvimento no mercado da economia, ou seja, sua tendência seria desaparecer, pois não era atrativa ao mercado capitalista. A segunda abordagem é resultado da busca incessante por lucro por parte de empresas em regiões onde o custo de estar dentro dos padrões trabalhista é elevado, a não obrigatoriedade com os custos trabalhistas reduzem o valor da mão de obra. E a terceira abordagem seria justamente a nova informalidade, chamada também de informalidade pós-fordista, que abrange as atividades informais caracterizadas desde sua primeira menção pela OIT e as novas formas de trabalho precário na atualidade.

Antunes retrata que as relações advindas do capital (em seu sentido destrutivo) têm aumentado cada vez mais o desemprego e o número de trabalhos precarizados em múltiplos setores. O que vemos como expansão da informalidade seria um crescimento de uma nova característica do desemprego nos dias atuais¹⁰. Antunes caracteriza as formas variadas de trabalho informal: autônomo, ambulante, temporário, irregular e precário (ANTUNES, 2011).

Entender as expressões do desemprego junto à expansão do trabalho informal faz necessário frente às características multifacetadas do mundo do trabalho. O próximo percurso do estudo é apresentar alguns dados colhidos no processo de pesquisa, que demonstram algumas estatísticas sobre desemprego frente à precarização do mundo trabalho. O próximo tópico reflete sobre as novas facetas da flexibilização do trabalho relacionando-as discussões promovidas por alguns autores e partir de estudos sobre economia informal e juventude.

2.3 Aspectos do Trabalho Informal

O mundo do trabalho passou por diversas transformações importantes em suas dinâmicas frente à expansão dos processos resultantes da Globalização. Compreendemos que dentre as principais alterações destacam-se a flexibilização e precarização do/no mercado de trabalho brasileiro, onde problemas como desemprego, exclusão social, pobreza ganharam novas facetas e passam a ser vistas não apenas em seu estado residual, mas em seu estado permanente. Cacciamali (2004) nos ajuda a entender que os impactos sobre a proteção social incitaram uma grande discussão sobre o papel do Estado como regulador de direitos sociais e também sobre as condições do exercício da cidadania em um contexto de intensas transformações econômicas.

Montenegro (2013) reflete que até a década de 80:

¹⁰ Numa entrevista para o jornal Brasil de Fato Antunes caracterizou como “novo proletariado de serviços”. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/04/29/trabalho-precario-intermitente-e-a-antessala-do-desemprego-diz-ricardo-antunes>,

o modelo de crescimento econômico brasileiro esteve fundado na difusão do emprego assalariado e na expansão do Sistema Público de Seguridade Social criado no governo Vargas, ainda que este fosse inicialmente restrito aos trabalhadores urbanos. Até a década 1970, verifica-se o crescimento de todas as categorias ocupacionais (empregadores, empregados públicos, empregados de firma particulares) com exceção das categorias autônomos e trabalhadores não remunerados. A partir da segunda metade da década de 1980, a situação se inverte: há uma forte redução da participação dos empregados de firmas particulares e as categorias passam a crescer mais significativamente são os autônomos e trabalhadores não remunerados. (MONTENEGRO, 2013, p.34).

Como podemos ver no trabalho da autora, o fim da década de 80 foi caracterizado: “Pela forte redução do emprego assalariado formal, aumento do número de vagas assalariadas sem registro e das ocupações não assalariadas, recuo da proteção social trabalhista, precarização das condições e das relações de trabalho”. (MONTENEGRO, 2013, p. 35).

As dinâmicas da globalização acompanhadas pelo processo de urbanização com a expansão do meio técnico-científico-informacional, o aprofundamento da divisão territorial do trabalho e o desenvolvimento das cidades ocasionaram o aumento significativo da pobreza e da miséria conclui a autora (MONTENEGRO, 2013). Santagada (1990) avalia que

Os anos 80 trouxeram consigo mudanças significativas de ordem econômica, política, social e também demográfica. Em 1970, 56% da população brasileira residiam nas cidades, em 1980 esse índice já chegava a 67,6%. O País rico, com sua sociedade pobre, entra na década de 80 submerso em uma crise econômica e social sem precedentes. Os indicadores macroeconômicos da década de 80 revelam uma desaceleração brutal. (SANTAGADA, 1990, p.123)

A taxa média anual de crescimento era baixo, o PIB não apresentou significativo aumento e as estatísticas mostravam a sociedade um empobrecimento da população. Nos anos 90, a taxa de desemprego saltou de 7.8 % para 9%, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do ano de 1998 divulgados pelo IBGE. A partir da População Economicamente Ativa - PEA a taxa de desocupação no Sudeste aumentou 21%, chegando a aproximadamente 10,8%. Contribuindo para o agravamento da forte recessão nos anos seguintes.

Segundo Neri, Camargo e Reis (2000):

O desempenho do mercado de trabalho metropolitano brasileiro na década de 90 deve ser dividido em dois subperíodos distintos. O primeiro tem início em 1990 e vai até a estabilização da economia em 1994. Neste subperíodo, a economia viveu uma forte recessão, com aumento da taxa de desemprego aberto, níveis extremamente elevados de inflação e passou por grandes mudanças estruturais, provocadas principalmente pela abertura comercial. O segundo começa em 1994 e dura até o presente. Neste subperíodo, não somente a taxa de inflação foi reduzida para níveis bastante baixos (em 1997 foi inferior a 5% a.a.), como a taxa de crescimento do produto se tornou positiva, até 1997, com estagnação a partir deste ano. (NERI, CAMARGO e REIS, 2000, p.28).

Segundo Deddeca (1996):

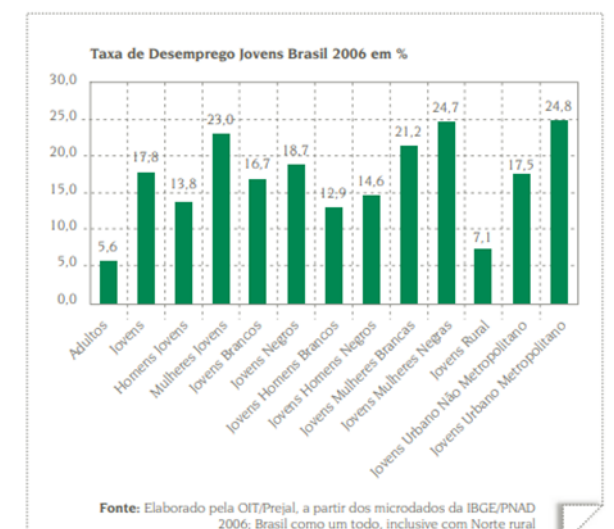
Para a classe trabalhadora, estas mudanças estruturais significaram a redução das opções e o acirramento da competição no mercado de trabalho, devido ao menor número de postos de trabalho disponíveis, e também, aos novos requisitos cada vez mais exigentes por parte dos empregadores, principalmente se considerarmos o novo perfil do trabalhador requerido pelas empresas, adaptado às novas mudanças

organizacionais em curso. Conseqüentemente, uma série de direitos e mecanismos de proteção social vem sendo questionados no bojo do que se denomina atualmente de flexibilidade dos direitos trabalhistas. (DEDDECA, 1996, p. 17).

No ano de 2003, com o relatório “Economia Informal Urbana”¹¹, o IBGE sinalizou a expansão de uma economia informal vinculada a pequenos comércios informais e a relação com seus empregados. Dentre os dados apresentados, as características relacionadas ao grupo de idade fazem referencia a pessoas com faixa etária entre 25 e 59 anos. Os indicadores sociais do IBGE mostraram que o percentual de desemprego no país fechou em 12.3%, diferente do ano seguinte. Em 2004 a taxa de desemprego recuou e fechou em 9.6%. No ano seguinte, o IPEA revelou que dos 46% de desempregados em 2005, metade eram jovens entre 15 e 24 anos. Segundo o Instituto, o desemprego tende a ser mais acentuado entre os jovens e demarca a face do capitalismo que acentua a questão social e amplia as vulnerabilidades juvenis. (CRISPIM e GODOY 2009).

Os indicadores da Organização Internacional do Trabalho (OIT) em 2006 apresentaram o percentual que difere as taxas desemprego entre jovens e adultos fazendo um recorte de raça e gênero como mostra a Tabela 1 (Taxa de desemprego de jovens no Brasil 2006) a seguir:

Tabela 1. Taxa de desemprego de jovens no Brasil 2006.



Os dados do gráfico caracterizaram o desemprego juvenil de 2006 em feminino, negro e metropolitano, demarcando que as taxas de desocupação são maiores entre jovens do que em adultos e mais elevadas entre mulheres do que homens. O gráfico também demonstra que as taxas de desocupação são mais elevadas entre negros do que brancos e em áreas urbanas do que nas áreas rurais. (GUIMARÃES e SOUZA, 2007).

SILVA e PIRES mostraram que entre 2003 e 2008, as regiões metropolitanas tiveram uma melhora do capital humano que foi expressa pelo aumento da população que concluiu o

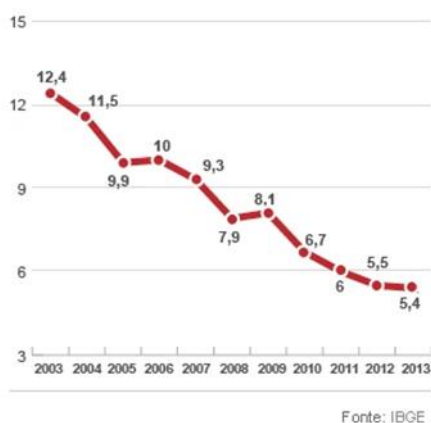
¹¹ Economia Informal Urbana disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv6150.pdf>

ensino médio e/ou superior. Esses dados referem-se à população economicamente ativa e contribui para explicar de forma singela a redução do desemprego nesse período.

Em 2009, a taxa de desemprego revelada pelo IBGE chegou a 8,1%. Houve um aumento significativo em relação ao ano anterior de 7,9%, reflexos da crise financeira americana (PINTO, 2011). Em 2010, o IBGE revelou que o contingente de desocupados teve uma queda de 8% em relação ao ano anterior. A pesquisa Mensal de Emprego em 2011, informou que a taxa de desocupação chegou a 4,7% registrando queda, segundo o censo de 2010.

Em 2013 os dados revelaram um recuo das taxas de desemprego, que fechou em 5,4% (Tabela 2 – Taxa média de desemprego anual (em%)). Mesmo com esse recuo, as mudanças na política econômicas, perda de controle dos processos inflacionários, crises em decorrência de escândalos de corrupção ainda fortaleciam incertezas e constituíam o cenário econômico brasileiro da época. (POCHMANN, 2015).

Tabela 2. Taxa média de desemprego anual (em%).



A partir desse cenário, o Sistema de Emprego e Desemprego de 2013¹² revelou uma ligeira redução da taxa de desemprego e pequena elevação do nível de ocupação que caminha junto às informações do gráfico anterior desenvolvido pelo IBGE. No ano seguinte, a pesquisa constatou também um crescimento do desemprego de jovens entre 18 e 24 anos, que foi de 12% para 16,2%. A pesquisa constatou um aumento na taxa de desemprego em 2015 de 6,8% para 8,5% e um crescimento do trabalho informal frente às estatísticas.

O IBGE revelou que, para quem tem entre 25 e 49 anos, o desemprego saltou de 3,9% para 5,6% em um ano e, para a população com 50 anos ou mais, o desemprego foi de 1,8% pra 2,5%. Para o IBGE, a população juvenil é a mais afetada pelos efeitos do desemprego o que remete a lembrar de nossas cotidianidades da pesquisa de campo, onde o número de jovens ambulantes nos trens cariocas é significativamente maior do que a do numero de pessoas mais adultas e idosas. Apesar disso, o espaço da ferrovia é ambiente fértil de trabalho de ambos os grupos que buscam seu sustento frente às dificuldades, agravadas pela pandemia nos dias atuais. Mesmo com faixa etária diferente, os resultados do desemprego impactam em um mesmo contexto diferentes gerações como podemos observar

¹² Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analiseped/2013/201309pedmet.pdf>.

na imagem (Figura 3 - Acervo pessoal - Ambulante jovem e ambulante idosa se cruzam no espaço de trabalho informal) a seguir:



Figura 3. Acervo pessoal - Ambulante jovem e ambulante idosa se cruzam no espaço de trabalho informal.

Os impactos do desemprego juvenil são de dimensões micro e macroeconômicas e de curto e longo prazo e também a partir de dimensões socioculturais podendo aumentar risco de vulnerabilidades, uma menor qualificação profissional, assim como aumento do desânimo e perda de motivação, e conseqüentemente problemas físicos e mentais. (BRANDÃO, 2002); (SCHMIDT, JANUÁRIO, ROTOLI; 2018).

Um autor que vai apresentar pressupostos como esses é Byung Chul Han no livro *A sociedade do cansaço* (Editora Vozes, tradução de Enio Paulo Giachini-2010). O autor faz menção à transição de uma sociedade imunológica que combate a estranheza marcada pela alteridade, para uma sociedade neuronal, uma sociedade de doenças “invisíveis”, que tem relação com o psíquico, conquistas individuais a partir do desempenho em uma sociedade livre, onde o indivíduo é livre e escravo da liberdade.

Segundo Han (2010), o século XXI é marcado pela liberdade e o cenário com ideias capitalistas neoliberais nos mostra isso. O contexto se apropria da ideia de que o humano é livre para fazer o que quiser e responsável pelo destino na sua vida. Então, o seu sucesso é resultado do seu esforço, desempenho e dedicação e caso não dê certo, o indivíduo precisa ver aonde errou, perceber sua incompetência e superá-la para uma nova tentativa de sucesso. Há o estímulo a uma cobrança interna.

Para Cacciamali e Tatei (2010), as conseqüências do desemprego no século XXI refletem que as implicações para os indivíduos extrapolam a perda direta de renda e a diminuição da qualificação profissional do desempregado. Os autores indagam que estudos mostram que a incessante busca por emprego, além das conseqüências da sociedade do cansaço apresentado por Han, vai gerar também conseqüências sobre a empregabilidade e a renda futura do desempregado, o que vai intensificar isso é o tempo da duração do desemprego. Segundo os autores:

O longo período de busca de emprego pode levar a períodos maiores de desemprego ao longo do ciclo de trabalho, perda de qualificação e de produtividade e perda de renda futura que repercutirão em âmbito macro com perda de crescimento e produtividade. Esse ciclo aumenta os custos do Estado, pela necessidade de maiores recursos para prover serviços públicos e benefícios sociais, e implica menor receita de impostos devido à diminuição de renda. (CACCIAMALI e TATEI, 2017).

A tabela abaixo (Tabela 3 – Taxa de participação e taxa de desocupação, por faixa etária – Brasil (2002 – 2005)) apresenta como a taxa de desocupação de jovens alcança de forma inflexível o triplo da taxa de desemprego do adulto no Brasil entre os anos de 2002 e 2015.

Tabela 3. Taxa de participação e taxa de desocupação, por faixa etária – Brasil (2002 – 2015).

Ano	Taxa de participação			Taxa de desocupação		
	15 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 49 anos	15 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 49 anos
2002	24,0	68,2	76,6	34,2	21,6	9,0
2003	26,0	70,2	78,5	38,2	23,4	9,4
2004	25,5	70,7	78,8	35,5	22,6	8,7
2005	22,5	69,5	78,6	33,3	20,6	7,4
2006	23,6	70,7	79,1	32,7	21,0	7,6
2007	22,1	70,9	79,7	32,0	19,8	7,2
2008	21,7	70,7	79,9	28,8	16,7	6,3
2009	19,1	70,0	80,1	28,7	17,3	6,6
2010	18,9	70,2	80,9	25,7	14,9	5,5
2011	19,8	69,7	81,1	23,0	13,4	4,8
2012	19,4	69,6	81,6	22,1	12,4	4,6
2013	18,9	68,0	81,8	24,7	12,7	4,3
2014	16,4	65,2	81,3	24,4	12,1	3,9
2015	15,7	64,7	81,3	30,6	16,8	5,8

Fonte: Pesquisa Mensal de Emprego (2002-2015).

Obs.: Média anual das regiões metropolitanas.

Já estudos do IBGE de 2017 informaram que a informalidade vinha crescendo de forma gradual ao número de desempregados. Em 2012, 37,2 milhões de pessoas estavam na informalidade, para 36,8 milhões no ano seguinte. Em 2014 houve uma redução, 36,1 milhões de pessoas estava sem carteira assinada, número que se manteve no ano seguinte. No ano de 2016 a pesquisa revelou que 35,6 milhões de pessoas estavam sem carteira assinada frente ao aumento 37,3 milhões no ano seguinte.

O trabalho informal se mostrava como alternativa para crise econômica e a crise do trabalho frente às reformas trabalhistas da época. Por meio da lei de nº 13.467/2017, o ordenamento jurídico que regula as relações trabalhistas foi alterado. Segundo Carvalho

A lei, amplamente reconhecida como reforma trabalhista, altera, cria ou revoga mais de cem artigos e parágrafos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e muda de forma substancial o funcionamento do mercado de trabalho brasileiro quando entrar em vigor em novembro de 2017. Há, no conjunto da Lei no 13.467/2017, uma lógica que busca diminuir, no marco do direito do trabalho no Brasil, a noção de que a venda da mercadoria força de trabalho trata-se de uma relação entre pessoas, substituindo-a por uma visão que trata essa venda como uma relação entre coisas. (CARVALHO, 2017, p. 1).

A partir de uma análise sobre a flexibilidade dos dispositivos da lei, pode-se considerar que as questões que envolvem jornada de trabalho e remuneração, que ficam à disposição do empregador a combinação com o empregado, se desdobram frente às relações de trabalho na sociedade capitalista (CARVALHO, 2017).

Nos anos seguintes, a informalidade sofre uma forte influência nas relações de trabalho, enfraquecendo os direitos sociais¹³. Dentre o quantitativo de pessoas na informalidade 54,696 milhões de brasileiros confrontam a informalidade do trabalho diariamente. Com relação a esse quantitativo, 51,29% correspondem à população economicamente ativa. Segundo a pesquisa que originou no livro “Informalidade: Realidade e Possibilidades para o mercado de trabalho brasileiro” da Fundação Perseu Abramo:

Desses 51,29% dos “não formais”, os/as empregados/as sem carteira assinada, somam 10,7 milhões de pessoas, o que corresponde a 11,1% do total de empregos. A pesquisa inclui também na categoria de informalidade as cerca de 6,2 milhões de empregadas/os domésticas/os (com um número bastante baixo com carteira assinada, mas a ser considerado), os 4,4 milhões de empregadores/as e os trabalhadores por conta própria, em torno de 23 milhões, representando 25,3% do total de empregos no país. (MARQUES; HENRIQUE; TEIXEIRA; ABÍLIO, 2018, p.16).

Os dados do IBGE divulgados no início de 2021 informaram que os índices de desemprego no Brasil tiveram um aumento nos últimos anos. Em maio de 2021, a taxa de desemprego chegou a 14,7%. Consideramos importante mencionar que as estatísticas de desemprego do IBGE são voltadas a pessoas que estão à procura de trabalho, as que compõem a situação de subemprego são somadas aos índices de “com ocupação” do IBGE, mesmo que as condições de trabalho (informal) sejam precárias.

Nesse sentido, Antunes (2000) nos ajudou a refletir sobre o que denomina de subproletarização do trabalho, que se manifesta de forma precária, parcial, temporário, subcontratado, “terceirizado”, desprotegido e vinculados a economia informal. Assim o autor vai falar que

Essas diversas categorias de trabalhadores têm em comum a precariedade do emprego e da remuneração; a desregulamentação das condições de trabalho em relação às normas legais vigentes ou acordadas e a conseqüente regressão dos direitos sociais, bem como a ausência de proteção e expressão sindicais, configurando uma tendência individualização extremada relação salarial (ALAIN BIHR, 1991 p. 89 apud ANTUNES, 2000, p. 52).

Mesmo com a redução de empregos estáveis e desprotegidos, não se defende neste estudo o “fim do trabalho”, nem uma perda da centralidade do trabalho, o que se pretende mostrar são desdobramentos que desvelam os conceitos apresentados e mostram as particularidades do espaço geográfico. Nos dias atuais o que se observa é a eliminação de certos postos de trabalho frente à modernização capitalista que assume uma dimensão estrutural a partir das altas taxas de desemprego. Segundo Guiraldelli (2004):

Na atualidade, o que se observa é a eliminação de postos de trabalho, a redução de trabalho vivo e crescentes taxas de desemprego, que assume dimensão estrutural, ampliando o índice de trabalhadores supérfluos ao capital. Diferentemente do desemprego temporário e cíclico causado em períodos e conjunturas de crise do capital, o desemprego estrutural é caracterizado pela expulsão dos indivíduos da cadeia produtiva sem possibilidade de reinserção futura no mercado de trabalho (GUIRALDELLI, 2014, p. 102).

¹³ Reportagem Folha UOL: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/01/1954676-desemprego-encerra-2017-em-118-em-ano-marcado-pela-informalidade.shtml>;

Para o autor, os reflexos da crise para classe trabalhadora são representados pelo desemprego, pela miséria, repressão, marginalização e pela precarização das condições de trabalho (GUIRALDELLI, 2014). Nesse sentido, o desemprego se manifesta como elemento determinante para os processos excludentes vivenciados na sociedade, alimentando as condições de vulnerabilidade do indivíduo. Esta vulnerabilidade é também relacionada à precarização dos processos de trabalho, que intensificam esse desemprego e a ruptura dos vínculos relacionais, contribuindo assim, para a ampliação ou redução dos riscos dessa vulnerabilidade (CASTEL 2015). O conceito de desfiliação, apresentado por Robert Castel, vai demonstrar que esses ciclos tendem a causar enfraquecimento nos vínculos sociais do indivíduo, o colocando em um lugar de risco. Segundo o autor

A zona de vulnerabilidade, em particular, ocupa uma posição estratégica. É um espaço social de instabilidade, de turbulências, povoado de indivíduos em situação precária na sua relação com o trabalho e frágeis em sua inserção relacional. É a vulnerabilidade que alimenta a grande marginalidade ou a desfiliação. (CASTEL 2015. 26)

Castel (2015) compreende que as zonas de vulnerabilidades atuam como indicadores de coesão em um momento de crise econômica. Elaborou uma classificação em três estágios, a partir da relação do indivíduo com seu meio social: a zona de integração, que está associada ao conjunto de relações de trabalho e ambiente relacional estável; a zona de vulnerabilidade, relacionada ao trabalho precário e a fragilidade de fortalecimento de apoio relacional, e a zona de desfiliação que é a junção dos processos de exclusão social, ausência de trabalho e enfraquecimento ou perda de ambiente relacional. O autor ressalta ainda que esses ciclos não são estáticos e que a estrutura social, econômica e cultural dessas “zonas” permite que os indivíduos transitem de uma para outra. É o que Escorel (1999) salienta sobre o “processo dinâmico no qual os indivíduos transitam da integração à vulnerabilidade ou deslizam da vulnerabilidade para a inexistência social” (ESCOREL, 1999, p.115).

Os jovens ambulantes constituem essa zona de instabilidade crônica de vulnerabilidade manifestada a partir da marginalização dessa população, ou “desfiliação”. No que tange aos modos de trabalho nos dias atuais, os sentidos do mundo do trabalho em um contexto de crises cíclicas configuram como problemas centrais na sociedade brasileira e que se associam as desigualdades sociais que se expandem e produzem pobreza e instabilidade (NORONHA, 2003).

Desse modo, novas formas de sustento são criadas para sobrevivência e mesmo sem acesso a direitos trabalhistas, o trabalho desprotegido se mostra como alternativa que vem se expandindo de forma peculiar e sendo contemplados por discursos que impulsionam uma lógica de empreendedorismo vinculada ao progresso econômico. Castel (2015) ao abordar a sociedade salarial apresentou as facetas da materialização das relações de trabalho que perpassam a sociedade global.

Paulina Zambeli (2006) ao abordar as expressões do desemprego em seu estudo considerou que:

Com o aumento do desemprego e as dificuldades de inserção no mercado, devido principalmente à baixa qualificação para o trabalho industrial, muitos trabalhadores buscaram, no setor informal, alternativas de sobrevivência. Dessa forma, o trabalho informal se intensificou, formando uma vasta rede de atividades de sobrevivência envolvendo amigos, vizinhos, parentes e familiares. (ZAMBELLI, 2006, p. 63).

De acordo com a autora este setor informal possui dinâmicas e processos de trabalho específicos e cita as microempresas, o trabalhador autônomo, o empregado assalariado sem carteira de trabalho assinada, o pequeno produtor, o empregado doméstico, o trabalhador terceirizado, o trabalho em domicílio, as cooperativas de trabalho. As relações de trabalho informal partem de uma premissa que engloba “situações analiticamente distintas, como economia informal, mercado informal, setor informal e trabalho informal” (LIMA e SOARES,2002, p.3).

3 DINÂMICAS DO CIRCUITO INFERIOR NOS TRENS CARIOCAS

Para Santos (2014), a base da existência dos dois circuitos da economia urbana se funda a partir dos processos de transformações no mundo do trabalho no Terceiro Mundo.

Ambos os circuitos são resultados das divisões territoriais de trabalho e segundo Oliveira (2009), em resultado de um projeto neoliberal intensificado pela proposta de expansão do meio técnico – científico a questão social se ampliou. Dessa forma o desemprego e a precarização do trabalho fizeram com que as praticas de trabalho precário se expandissem na medida em que ocorria também um desmonte no sistema de direitos. O autor menciona que nos dias hoje é de grande relevância discutir sobre o tema frente ao grande aumento de trabalhadores ditos “informais” e que estão na base da pirâmide relacional dos circuitos.

Para entender como se manifesta o circuito inferior no espaço ferroviário, iniciamos este trabalho fazendo uma breve reflexão sobre a expansão do circuito inferior representado pelo comércio ambulante na ferrovia. Situamos também nosso campo de pesquisa realizando um debate sobre as interações do circuito inferior frente à lógica de privatização das ferrovias. No ultimo tópico desse capítulo apresentamos os principais atores que representam o circuito inferior na ferrovia e os sujeitos de nossa pesquisa: os jovens ambulantes, além de nosso acervo pessoal de fotos tiradas no processo de pesquisa de campo.

3.1 Teoria dos Circuitos da Economia Urbana: o Ambulante no Circuito Inferior

Para compreender melhor as expressões da urbanização no Terceiro Mundo, Milton Santos desenvolveu a Teoria dos Circuitos da Economia Urbana apresentando dois subsistemas que funcionam em conjunto e expressam as dinâmicas de produção, distribuição e consumo de bens e serviços. Segundo Santos (2014), o que diferencia as atividades do circuito superior das atividades do circuito inferior são os modos de organização do trabalho, o padrão de consumo e o grau de modernização tecnológica. Santos (2004) deixa claro em seu livro, que mesmo com suas particularidades distintas, os dois circuitos coexistem e podem ser pensados como duas áreas de mercado que interagem e se integram.

Segundo Santos (2014), o circuito superior é constituído “pelos bancos, comércio e indústria de exportação, indústria urbana moderna, serviços modernos, atacadistas e transportadores”, ou seja, é formado por atividades capital-intensivas com um planejamento sofisticado, postos de trabalho reduzido. Já o circuito inferior é o constituído por pelos “serviços não modernos fornecidos ‘a varejo’ e pelo comércio não moderno e de pequena dimensão”. (SANTOS, 2014, p. 30) O circuito inferior possui capital reduzido e está relacionado às atividades trabalho-intensivas sem muito planejamento, entretanto, é tão fruto do processo de modernização quanto o circuito superior. Como podemos verificar na quadro abaixo (Quadro 1 - Características dos circuitos da economia urbana):

Quadro 1. Características dos circuitos da economia urbana.

Características dos Circuitos da Economia Urbana	
Circuito Superior	Circuito Inferior
Maior desenvolvimento tecnológico	Pouco ou quase nenhuma influência tecnológica
Influência no mercado financeiro mais estruturado	Pouca influencia no mercado financeiro
Trabalho assalariado	Sem vínculos
Emprego reduzido	Emprego volumoso
Formal	Informal
Atividades com planejamento sofisticado	Atividades com pouco planejamento ou nenhum
Relações interpessoais e burocráticas	Relações diretas de abordagem para venda
Ligado à durabilidade	Instável
Ligada às grandes monopólios	Periférico
Trabalho perene	Trabalho intermitente
Alguma proteção social	Nenhuma proteção social
Grandes empresas, bancos, altos empreendimentos.	Comércio Informal, pequenos negócios familiares.
Capital Intensivo	Trabalho Intensivo

Fonte: Elaborada a partir de (SANTOS, 2014).

Segundo Silveira (2007), os dois circuitos podem ser analisados como “vasos comunicantes” e a cada mudança na estrutura territorial e social do trabalho, suas lógicas e formas de organização no meio urbano seriam reinventadas a partir de um processo dialético entre eles. Portanto, o entendimento das dinâmicas entre circuito inferior e superior proporciona uma compreensão sobre os reflexos da globalização, especialmente, através dos

processos relacionados à urbanização nas cidades que se desdobram nos dias atuais. Segundo Santos (2014): “o emprego oferecido por qualquer dos circuitos é, portanto, o resultado da combinação dessas variáveis”. (SANTOS, 2014, p. 46):

A partir da obra *O espaço dividido: Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos* (Santos, 2014), compreendemos que, atualmente, as dinâmicas do mercado de trabalho, a partir da expansão dos processos de urbanização, vêm tencionando uma ampliação exacerbada no circuito inferior. Compreendemos que o entendimento de circuito inferior, atualmente, se consolida enquanto ambiente de geração de renda de parte da população que confronta as consequências desse modelo de produção e reprodução da vida social.

As atividades do circuito inferior estão em constante expansão, principalmente quando se retrata dos últimos anos com a pandemia¹⁴. Novas atividades profissionais vão surgindo e se (re)significando, sobrevivendo às transformações nas relações de trabalho e resistindo nos espaços usados pela informalidade e trabalho desprotegido.

Dentre as atividades atuais que representam o circuito inferior desenvolvido por Santos (2014), podemos citar as micros-empresas individuais ou familiares que prestam pequenos serviços, comércios e serviços autônomos, vendedores ambulantes, moto taxistas, motoristas de Uber e outros aplicativos, entre outras ocupações. Atividades que atualmente vem crescendo e desdobrando a realidade de cada indivíduo, que busca nessas ocupações seu sustento.

Para David Harvey (2010), a interação dos processos produtivos proporciona uma combinação que articula os ideais do fordismo aos processos flexíveis. A flexibilização das relações de trabalho vai intensificar o trabalho informal, tendo em vista que os efeitos da crise do capital sobre quem se encontra na condição de desemprego ou subemprego são mais perversos. Segundo Gonçalves (2000) o trabalho informal, mais especificadamente o comércio informal, se apresenta como principal alternativa pela rapidez da circulação de mercadorias. Sua estrutura segue uma lógica de tempo-espaço acelerado, livre e de forma espontânea.

Essa interação parte de uma lógica de produção ampliada do capital e intensifica um processo de individualismo, onde práticas socialmente ilegais são naturalizadas em prol de um objetivo: a venda das mercadorias para sustento. De um lado temos indivíduos marginalizados, que aderem a práticas do comércio ilegal para seu sustento e de outro lado uma empresa privada que atua a partir de seus funcionários no combate a essa dita ilegalidade. Esse jogo de forças se manifesta muitas vezes na apreensão da mercadoria e até com o uso de violências físicas para com os ambulantes.

Quando discorremos sobre a relação estabelecida entre a concessionária responsável pela gestão da ferrovia e seus usuários, não podemos deixar de falar dos regulamentos que instituem certas proibições aos usuários dos trens. Caso descumpram as normas expostas, os usuários podem receber uma advertência verbal e em casos mais extremos, serem conduzidos para fora dos trens e encaminhados para autoridade policial. Esses três elementos são utilizados como estratégia da Supervia para disciplinar e punir as “classes perigosas”, ou seja, pessoas vindas do subúrbio e usuárias dos trens (Guimarães 1981).

¹⁴ Notícia jornal Uol de 21 de Agosto de 2021 - [https://economia.uol.com.br/empregos-e-carreiras/noticias/redacao/2021/08/31/trabalhadores-informais-segundo-trimestre-ibge.htm#:~:text=Em%20um%20ano%2C%20total%20de%20trabalhadores%20sem%20carteira%20aumenta%20quase%205%20milh%C3%B5es&text=A%20soma%20de%20trabalhadores%20informais,ter%C3%A7a%2Dfeira%20\(31\).](https://economia.uol.com.br/empregos-e-carreiras/noticias/redacao/2021/08/31/trabalhadores-informais-segundo-trimestre-ibge.htm#:~:text=Em%20um%20ano%2C%20total%20de%20trabalhadores%20sem%20carteira%20aumenta%20quase%205%20milh%C3%B5es&text=A%20soma%20de%20trabalhadores%20informais,ter%C3%A7a%2Dfeira%20(31).)

Nosso ambiente de pesquisa pode ser caracterizado pelos apontamentos de Silva (2008) onde:

Os usuários do transporte ferroviário, enquanto aguardam nas plataformas das estações a composição que os levará aos seus destinos, são obrigados a ouvir os informes transmitidos pelo sistema de som local. Via de regra, essas comunicações são de três naturezas: “propagandas”, “informes institucionais” e “normas disciplinadoras” (SILVA 2008, p. 147).

Logo ao dar entrada nas estações, o usuário é surpreendido por publicidade voltada para a lógica do consumo (anúncio de celular, mercado, manchete de jornal), os alto-falantes dão os informes sobre os serviços dos trens. São noticiados possíveis atrasos, horários e intervalos. No que diz respeito às “normas disciplinadoras”, estas são reproduzidas por escrito nas composições e estações e anunciadas nos alto-falantes de ambas. Estas normas visam padronizar as composições a partir do comportamento dos usuários dentro do que é permitido e interdito. A presença de comércio ambulante oficialmente não é permitida e resiste.

O comércio ambulante e seu processo de trabalho se organizam de diferentes maneiras, com diferentes limitações e normas particulares que compõe a logística de trabalho. Há uma rede de comunicação que delimitam as ações dos ambulantes, no que tange a organizações de mercadoria, as estações apropriadas para fazer essa organização e principais representações do circuito inferior (Figura 4 – Acervo Pessoal – Ponto fixo do ambulante estação Maracanã), a forma de abordagem e o tempo de abordagem entre outras, que serão mais discutidas no capítulo três desse estudo.



Figura 4. Acervo pessoal - Ponto fixo do ambulante estação Maracanã.

O próximo percurso de estudo adentra o espaço de pesquisa. Refere-se às reflexões que envolvem a privatização de políticas públicas, especialmente da ferrovia, nosso ambiente de pesquisa. Mencionamos também as estações principais que possuem relações de interação diferenciadas das demais estações e outras especificidades.

3.2 De Santa Cruz à Central do Brasil: Considerações Sobre o Circuito Inferior na Ferrovia

O desenvolvimento do sistema de trens urbanos da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) se consolidou a partir das transformações da cidade voltadas para lógica de

um espaço urbano mercantilizado. No que diz respeito às consequências da reestruturação econômica o aumento da parceria público privada no setor de transporte se estendeu aos trens urbanos e ficou a cargo da iniciativa privada a função de implementar políticas sociais. Stampa (2011) analisou as consequências das privatizações para seus usuários e como esse processo impactou os trabalhadores das periferias. Esses desdobramentos incidem sobre os modos de vida da população trabalhadora e desvela a questão social em suas particularidades. Desde 1998 está a cargo da Supervia o gerenciamento de todas as atividades e serviços relacionados às ferrovias da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (Figura 1). Em 2019, a Supervia finalizou seus serviços com a Odebrecht e foi vendida por R\$ 800 milhões de reais para o grupo chinês Mitsui¹⁵.

Pinheiro (2000) nos ajudou a refletir que a lógica das políticas sociais atuais tem sua estrutura de funcionamento e resultado no seio neoliberal, onde impulsionado pelas privatizações há um distanciamento do Estado em cumprir funções básicas para com a sociedade, justificada na imagem de que não possui competência ou recursos para gerenciamento da política e efetivação de direitos sociais, incentivando a sociedade a valorizar o privado. Não é diferente com o transporte ferroviário. Os trens gerenciados pela SuperVia se mostram como efetivação de política de transporte urbano, sendo o mesmo viabilizando mobilidade para população carioca. Caracterizamos o espaço ferroviário como ambiente fértil de análise de Milton Santos (2014), pois apresenta consonância com a proposta de circuito inferior em interação com o circuito superior.

No que tange ao ambiente de pesquisa, podemos visualizar na introdução do estudo, como se manifesta a extensa malha ferroviária dos trens em toda RMRJ. A relação de co-dependência mencionada por Santos (2014) vai se materializar na interação entre os circuitos. Não é possível analisar isoladamente um circuito ou outro tendo em vista sua relação orgânica. Nosso estudo compreende que o trabalho informal de jovens ambulantes no espaço da ferrovia representa a movimentação de uma determinada atividade do circuito inferior da economia urbana.

A aproximação inicial com o campo empírico no mestrado teve início em 2020 e, devido à pandemia do COVID-19, consideramos outras formas de metodologia para compreender como se dão as dinâmicas de trabalho no circuito inferior a partir do trabalho ambulante de jovens. Neste capítulo, como já foi mencionado, apresentamos nosso acervo de fotos com intuito de materializar o diálogo com o referencial teórico. Entende-se que a ferrovia é um espaço de trabalho para os “seres que vivem do trabalho” proposto por Antunes (1999) e são representados pelos jovens ambulantes e sujeitos de nossa pesquisa.

A Supervia é responsável pelo gerenciamento dos serviços de trens da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, através de uma malha ferroviária de 270 km dividida em cinco ramais, três extensões e 102 estações que integram os municípios do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, Duque de Caxias, Mesquita, Nilópolis, São João de Meriti, Belford Roxo, Queimados, Japeri, Magé, Paracambi e Guapimirim. Nesse sentido trabalha nos parâmetros da Lei federal nº 12.587 de 2012 que institui o serviço público de transportes de passageiros acessíveis a toda população mediante ao pagamento individualizado com itinerários e preços fixados pela concessionária e pelo poder público.

¹⁵ Notícia do Jornal O Globo do dia 08 de Março de 2019 com acesso em 15 de Setembro de 2020. <https://oglobo.globo.com/economia/japoneses-da-mitsui-fecham-acordo-de-compra-da-supervia-por-800-milhoes-23508208>.

Os trens da Supervia transportam em dias úteis cerca de 600 mil pessoas diariamente¹⁶. Suas estações, atravessam os principais bairros periféricos do Rio de Janeiro acolhem diariamente usuários que estão indo de um destino para outro, trabalhadores das estações, ambulantes parceiros da SuperVia e também ambulantes exercendo atividades informais na malha ferroviária (Figura 5 – Acervo Pessoal – Ambulante vendendo capinha de celular, enquanto outro comercializa dois animais domésticos (raça American Pit Bull, mais conhecido como Pit Bull).



Figura 5. Acervo Pessoal - Ambulante vendendo capinha de celular enquanto outro comercializa dois animais domésticos (raça American Pit Bull mais conhecida como Pit Bull).

Algumas deficiências no setor público abrem lacunas que refletem os problemas administrativos e estruturais do sistema (STAMPA, 2011). Nesse sentido, antecedidos por licitação, o governo transfere a iniciativa privada o gerenciamento dos serviços públicos sem se isentar de responsabilidade, concretizando uma forma de parceria público-privada. Ou seja, a empresa efetiva uma política pública, porém cabe ao governo fiscalizar e intervir quando necessário, de modo a garantir a prestação de serviços à população.

A Supervia, a partir da concessão, assumiu o compromisso de oferecer um serviço eficaz para atender a população do estado do Rio de Janeiro e, caso isso não seja cumprido, pode ser feito por parte do estado a rescisão ou anulação do contrato. (SOUTO, 2001). As informações referentes ao contrato inicial¹⁷ e seus aditivos estão disponibilizadas no site da AGETRENSP (Agência Reguladora de Serviços Públicos Concedidos de Transportes Aquaviários, Ferroviários, Metroviários e de Rodovias do Estado do Rio de Janeiro).

Para ter acesso aos trens, os usuários precisam pagar uma tarifa individual de R\$ 5,00 diretamente na bilheteria que dá acesso ao cartão pré-pago ou o bilhete individual. Outra

¹⁶ Dados da SuperVia, disponíveis em <<http://www.supervia.com.br/pt-br/empresa/quem-somos>>. Acesso em 8 jul. 2019.

¹⁷ Contrato de Concessão para exploração dos serviços públicos de passageiros do Rio de Janeiro - <http://www2.agetransp.rj.gov.br/documents/10181/54873/ADITAMENTO+No+1+--+bolsa+2000+-+ferrovi%C3%A1rio+-+04-12-1998.pdf/f4b7840e-2482-4374-8cbe-bc2f9108d7f1>.

opção é utilizando o cartão RioCard Mais (Fetranspor) nas máquinas disponíveis nas estações. Atualmente o serviço de integração retornou e para se associar com os serviços do metrô, gerenciado pelo Metrô Rio, o usuário deverá pagar R\$ 8,55 nos cartões do Rio Card Mais (Fetranspor). O valor do metrô de R\$ 5,80 que, acrescido do valor dos trens de R\$ 5,00, daria um total de R\$ 10,80, na modalidade de integração com o uso do Rio Card Mais (Fetranspor), o usuário acaba por ter um desconto de R\$ 2,25 na mobilidade.

O horário de funcionamento dos trens em dias úteis é das 4h15 às 23h30, aos sábados o horário sofre uma alteração e as estações e trens funcionam das 4h45 às 22h. Já aos domingos e feriados, os trens circulam no horário entre as 5h15 e as 21h. A SuperVia conta com um site oficial bastante completo que permite ao usuário o acesso as informações sobre o transporte, sobre as estações, sobre os horários e intervalos dos trens, planejar viagem, informações sobre tarifas e formas de pagamento, atuando numa perspectiva de transparência dos serviços. Em 2020, a concessionária precisou realizar ajustes e adaptações necessários para atender a população durante a pandemia.

Os reajustes da tarifa desde o início das operações não são acompanhadas com melhorias para população usuária dos trens. A estrutura física e de trabalho gera bastante insatisfação a população usuária dos trens. Em 2020 a empresa alegou que estava sofrendo duramente os impactos da pandemia do novo coronavírus e teve que aderir a uma modalidade reduzida de trens, pois a falta de recursos já se apresentava como problema. Segundo o presidente da Supervia, Antônio Carlos Sanches, os efeitos da pandemia provocaram um prejuízo de aproximadamente R\$ 120 milhões de reais, chegando a pedir proteção contra falência¹⁸.

Diante das medidas restritivas, muitas lojas e quiosques das estações fecharam. Também alegando dificuldades de venda na pandemia, e mesmo com a flexibilização das medidas restritivas, os prejuízos não foram superados (Figura 6 – Acervo Pessoal – Loja para alugar/passar ponto na estação Maracanã) Com a justificativa de superação da crise e para evitar a demissão dos seus funcionários, a Supervia colocou uma parte de seus funcionários de férias e no retorno destes, outros também tirariam férias. A concessionária reduziu as jornadas de trabalho e negociou alternativas para postergar suas dívidas. Segundo dados da empresa, os dois maiores gastos da concessionária são com a folha de pagamento e com a energia elétrica¹⁹.

¹⁸ Notícia do G1 de 08 de Setembro de 2020 com acesso em 15 de Setembro de 2020. <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/07/08/supervia-diz-que-trens-podem-parar-de-circular-no-rj-por-falta-de-dinheiro.ghtml>

¹⁹ Notícia no jornal Folha UOL de 09 de Abril de 2020 com acesso em 16 de Setembro de 2020. <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/04/com-perda-de-7-mi-de-passageiros-supervia-pede-r-65-milhoes-para-manter-operacoes.shtml>.

Notícia no jornal G1 de 15 de Setembro de 2020 com acesso em 15 de Setembro de 2020. <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/09/15/supervia-estima-prejuizo-de-mais-de-r-196-milhoes-durante-a-pandemia-foram-menos-47-milhoes-de-passageiros.ghtml>.



Figura 6. Acervo Pessoal – Loja para alugar/passar ponto na estação Maracanã.

A crise do Novo Coronavírus se intensifica a cada dia com a falta de políticas públicas eficientes que atuem para dar um suporte à população e, sem previsão para acabar, reconfigura uma nova faceta do capitalismo bem perversa. Quem sofre seus principais impactos, como sempre, são os trabalhadores. Em relação ao mercado de trabalho, o principal grupo a sentir os efeitos perversos desta crise foram os jovens de periferia²⁰, que, entre a precarização das relações de trabalho e o crescimento do trabalho informal, buscam a inserção econômica e seu sustento e/ou de sua família.

No que tange aos modos de trabalho nos dias atuais para estes jovens, os sentidos do mundo do trabalho em um contexto de crises configuram como problemas centrais na sociedade brasileira. A pandemia trouxe não só uma crise sanitária para sociedade, mas incertezas e falta de perspectiva por parte dos jovens. Segundo dados da PNAD, em 2020 a cada três jovens, um se inseria na categoria “sem trabalho, sem estudo, sem perspectiva”, nos mostrando o que estaria por vir no ano seguinte. (PNAD 2020).

Esta nova faceta do capitalismo instiga a expansão do circuito inferior em detrimento do circuito superior formando, uma dialética incessante de produção, consumo e reprodução do capital. Discursos que associam o crescimento do trabalho desprotegido a uma lógica de empreendedorismo ganham força nesta dialética desigual de progresso econômico²¹. As sociólogas Ludmila Abílio e Léa Marques, na pesquisa “Trajetórias da informalidade no Brasil Contemporâneo”, já apontavam um crescimento exorbitante na informalidade do trabalho e sobre a perspectiva distorcida de empreender²².

As novas formas e espaços de sustento para os trabalhadores dão materialidade à flexibilidade tropical de Milton Santos (2006), onde frente aos processos de metamorfoses do mundo do trabalho, há uma adaptação em forma de criatividade que (re)cria sua forma de existir no mundo. O autor chama atenção para as vivências de populações pobres diante das mudanças estruturais oriundas da globalização, ou seja, simultaneamente à expansão do circuito inferior, manifesta-se uma frequente renovação das dinâmicas de trabalho interligada a este subsistema.

²⁰ Notícia no Jornal Folha UOL de 11 de Setembro de 2020 com acesso em 20 de Setembro de 2021. <https://www1.folha.uol.com.br/sobretudo/carreiras/2020/09/crise-do-coronavirus-atrapalha-entrada-de-jovens-no-mercado-de-trabalho.shtml>.

²¹ “Desemprego, informalidade e reforma da Previdência afastam sonho de se aposentar” Disponível em: <https://contee.org.br/desemprego-informalidade-e-reforma-da-previdencia-afastam-sonho-de-se-aposentar/>

²² Juliana Borges, 2020 para Claudia. Disponível em: <https://claudia.abril.com.br/blog/diario-de-uma-quarentener/brasil-empendedor/>.

As interações entre os circuitos da economia seguem a lógica de subordinado-subordinante, onde o conceito de “espaço” apresentado por Milton Santos ganha materialidade. O espaço é produto das dinâmicas sociais, reproduz a totalidade social a partir da interação do ser humano com a natureza, onde esta é reconfigurada de acordo com os interesses e necessidades sociais. Saquet (2005) define espaço como “conjunto de lugares compreendidos como porções do espaço produtivo e de consumo” Nesta lógica o espaço se organiza a partir da “divisão social do trabalho, da urbanização e sistema de fluxos”. (SAQUET, 2005, p.34).

Desse modo, o espaço onde o circuito inferior se expande pode ser definido, segundo Santos (2014), como resultado da interação e desenvolvimento entre as forças produtivas, entre relações de produção e entre a necessidade de circulação e distribuição de mercadorias para atender populações não-incorporadas aos setores de uso elevado de capital. As estações da Supervia demarcam os limites dessa organização contraditória do espaço geográfico evidenciando o constante diálogo entre os dois circuitos.

Nessa lógica optou-se por caracterizar o circuito inferior a partir das particularidades do trabalho informal de jovens ambulantes no espaço ferroviário. Assim, pretendemos caracterizar o espaço onde é instituído essa modalidade de trabalho e identificar as estações principais do circuito inferior representada pelos jovens ambulantes. Utilizamos os projetos do Instituto de Pereira Passos, Data Rio²³ e Armazenzinho²⁴, como base de dados no diálogo com o espaço de trabalho de jovens trabalhadores que demarcam as estações principais.

3.3 O Circuito Inferior da Juventude Ambulante: Estações Principais.

A diversidade das modalidades de trabalho que integram o circuito inferior vem renovando suas estratégias para sobrevivência em um período de crise. Os apontamentos de Silveira (2004) refletiram que os protagonistas do circuito inferior na economia urbana se reinventam e (re)definem sua capacidade de produção e consumo a partir de determinadas áreas também diversas, evidenciando, deste modo, os processos históricos da diversidade sócio-espacial. Sobre estas áreas, chamamos de estações principais tendo em vista a materialidade do conceito de Santos (2002) que do ponto de vista capitalista, cada lugar dentro da cidade possui uma função social distinta que fortalece a manutenção do sistema de produção econômico vigente.

Entendemos que os ambulantes de nossa pesquisa podem ser considerados motor do circuito inferior no espaço da ferrovia. Os ambulantes, a partir do seu trabalho informal, se apropriam de locais de grande circulação de massas, a ferrovia, que, por sua vez é considerada “desvalorizada” e “opaca” pelo poder público a partir do desmonte de políticas públicas e fortalecimento da iniciativa privada em um contexto de globalização. (SANTOS, 2014).

No ambiente de pesquisa, o trabalho se desdobra e se divide em “múltiplos circuitos espaciais de produção” e (re)cria um mercado de consumo. Ou seja, há uma interação entre o circuito inferior e o circuito superior bem concreta, onde o fluxo de mercadorias e vendas apresenta a contradição do sistema capitalista.

O ambulante estático no interior das estações se relaciona diretamente com o grande comércio que representa o circuito superior do lado de fora das estações e que também interage com o comércio que representa o circuito inferior do lado de fora das estações. É

²³ Plataforma do Data Rio com acesso em Novembro de 2021: <https://www.data.rio/>.

²⁴ Plataforma do Armazenzinho - Bairros com acesso em Novembro de 2021: <https://pcrj.maps.arcgis.com/apps/MapJournal/index.html?appid=9843cc37b0544b55bd5625e96411b0ee>.

possível vislumbrar a dialética desse ciclo com o ambulante que compra sua mercadoria em um grande mercado varejista, organiza sua mercadoria para venda e posteriormente utiliza de estratégias para vender ao público destinado. Os circuitos se cruzam e se nutrem dessa divisão do trabalho.

O comércio ambulante é permeado pela dicotomia ilegal/legal, onde as atividades são “legalmente banidas, mas socialmente sancionadas e protegidas”. É importante ressaltar que os ambulantes de nossa pesquisa trabalham de forma itinerante, ou seja, de vagão em vagão, trocando de trem e plataforma, indo e voltando. Trabalham em um contexto onde o “socialmente lícito” predomina o “formalmente ilegal”. (ABRAHAM, Itty; SCHENDEL, Willem Van, apud RIBEIRO, 2010, p. 26).

A partir da observação participante percebe-se que o espaço de trabalho dos ambulantes, apresenta pontos fixos de forte interação entre os circuitos e que, no espaço da ferrovia, tem predominância do comércio ambulante informal, que representa o circuito inferior. As 35 estações do ramal Santa Cruz possuem dinâmicas distintas do trabalho ambulante, onde o número de ambulantes e a interação entre os circuitos foram fatores determinantes para o recorte empírico e a caracterização das estações principais.

As estações principais possuem uma maior interação entre os circuitos e estas interações são demarcadas pela atividade ambulante, evidenciando a dialética entre os circuitos. Diante das particularidades de cada estação, o que atrai os ambulantes para as estações principais é justamente o movimento voltado para circulação de mercadorias, o tipo de mercadorias, as estratégias para venda etc. A interação entre os circuitos nessas estações dão movimento ao mercado consumidor, pois em seu interior permite a mobilidade do consumo para seus usuários (DANTAS, 2005).

Segundo Dantas (2005), o trabalho ambulante tem um papel importante de inserir uma parcela da população nas dinâmicas de consumo, tendo em vista que no interior da ferrovia os ambulantes adotam de estratégias para vender mercadorias com baixo custo em relação às mercadorias vendidas no circuito superior, o que “põe em xeque” a procedência da mercadoria e as relaciona a pirataria.

Os ambulantes inseridos na lógica do circuito inferior ocupam diferenciadas áreas, guiados pelas condições de venda de mercadoria e normas disciplinadoras vigentes. Devido à forma de trabalho dos ambulantes, essas áreas não são permanentes, tendem a ser efêmeras e orientadas pela aglomeração que diariamente se locomove até seu destino. (POSTALI, 2018). Santos (1979) revela que são justamente as áreas de grande aglomeração, consideradas centrais da cidade, que manifestam as maiores concentrações de serviços do circuito inferior da economia.

As chamadas estações principais apresentam características atrativas para a expansão do circuito inferior nestas localidades. Isto se dá devido a concentração densa de ambulantes nessas áreas e toda mobilização para venda que se encontra inserida na informalidade do trabalho pouco capitalizada e voltada para as camadas populares da população (POSTALI, 2018). São elas as estações de Campo Grande, Deodoro, Madureira, Maracanã, São Cristóvão e a estação terminal Central do Brasil.

3.3.1 Estação de Campo Grande

A estação está localizada no bairro de Campo Grande, Zona Oeste do município do Rio de Janeiro. Está inserido na área de planejamento 5 da divisão político administrativa do município. Possui uma área territorial de 10.444,51 hectares, distribuídos em mais 104.804 domicílios segundo dados do último. O Bairro de Campo Grande tem cerca de 328.370 habitantes, sendo considerado o bairro mais populoso da cidade, segundo os últimos dados

Instituto Pereira Passos (2021). As dimensões territoriais do bairro fazem limites com os bairros de: Paciência, Cosmos, Inhoaíba, Guaratiba, Vargem Grande e Jacarepaguá, Senador Camará, Senador Vasconcelos, Santíssimo e Bangu.

Oliveira e Lima (2017) mencionam que até o final do século XX o bairro de Campo Grande possuía características rurais. Em relação à espacialidade, ainda que ocorra uma segregação socioespacial do bairro, os autores associam uma economia bem sucedida em constante ascensão no bairro. Serviços capazes de atrair grande parte da população e gerar um grande fluxo de transporte diário. É preciso considerar que os bairros que compõe a Zona Oeste da cidade possuem maior extensão territorial, pois foram os últimos serem atingidos pelo processo de urbanização. O bairro ainda possui uma extensão considerável de terrenos a serem ocupados.

Entre a Rua Campo Grande e a Rua Engenheiro Trindade, a estação de Campo Grande possui uma especificidade interessante no que diz respeito ao sistema de transportes que movimenta o comércio realizado pelos jovens ambulantes. A estação compõe o cenário de comércios das principais vias do bairro de Campo Grande e interagem com grandes supermercados, como o Supermercado Guanabara, com lojas de utilidades, como o Amigão, bancos, igrejas, laboratórios, farmácias, restaurantes e etc. A estação é bem próxima de uma agência de Previdência Social e hospitais de alta complexidade, como o Hospital Municipal Rocha Faria. Também é próxima ao modal de transporte BRT.

Em uma primeira abordagem no campo de pesquisa, fomos orientados pelos ambulantes que estavam na plataforma a não fotografar a estação, pois não seria bem interpretado pelo “poder paralelo”, que fiscalizava a localidade naquele momento. Campo Grande compõe o conjunto de bairros do estado do Rio de Janeiro dominado pelas milícias. No processo de pesquisa tivemos que considerar o momento turbulento que a população da Zona Oeste vem vivenciando com a “guerra das milícias” (Figura 7 — G1 Violência das milícias 2021).



Figura 7. G1 Violência das milícias 2021.

No que diz respeito ao espaço da ferrovia, tanto os comércios como a rotina dos trens são alterados tendo em vista a grande violência, acarretando prejuízos a inúmeros trabalhadores. Comércios, pequenos estabelecimentos, quiosques e trabalhadores ambulantes são diretamente afetados pelos transtornos oriundos da violência, pois em momentos de conflito há uma ordem de fechamento dos locais pelo poder paralelo. Uma usuária do serviço de trens e que pega os trens na Estação Santa Cruz relatou sua saga para ir trabalhar no centro

da cidade: “Não dá, esses dias eu tive que voltar para casa da estação. Tinha gente invadindo pelos buracos²⁵ cheio de arma, tinham queimado vans, tava tudo fechado, mas eu tinha que trabalhar. trabalho na cidade²⁶”. Rosa, 38 anos, cozinheira.

Nesse sentido, respeitou-se a nova forma de organização daquele território²⁷ tendo em vista a relação de “poder duro²⁸” estabelecida pelas milícias. Borges (2016) analisa que os bairros controlados pelas milícias estão entre os com a taxa de violência mais alta. A Pesquisa de Diagnostico de Homicídios reconhece que os bairros da Zona Oeste lideram o ranking entre os 10 bairros com maior incidência de vítimas de morte intencional. A pesquisa dá destaque aos bairros de Campo Grande, Bangu e Realengo. Todos na zona oeste do Rio de Janeiro e próximos de estações de trem.

Caracterizamos a estação como estação principal justamente pela interação entre os circuitos se mostrar de forma bem orgânica no espaço da ferrovia. A estação possui pontos fixos ao longo da plataforma, mesmo possuindo um grande número de guardas da SuperVia para fiscalizar. Os ambulantes itinerantes que estão situados na estação se movimentam nos trens incessantemente para venda. A estação de Campo Grande possui uma especificidade em relação às outras estações, os ambulantes realizam pontos fixos na estação no final da tarde e são os mesmos ambulantes que já estão indo para suas residências e buscam vender de forma não itinerantes as mercadorias que restam.

O fluxo de mercadorias do local, a partir da interação entre os circuitos, se apropria do espaço que também é do indivíduo como sujeito de direito e difunde suas formas de organização com as vans e ônibus locais. O bairro de Campo grande possui muitos comércios varejistas e atrai o interesse não só da população, em busca de uma melhor oferta na hora da compra, mas de indivíduos que trabalham por conta própria e revendem mercadorias. Esse movimento é bem comum principalmente no fluxo de mercadorias relacionadas a doces, balas, refrigerantes, cervejas e água mineral. A estação possui uma organização própria, a partir da interação dos circuitos da economia urbana, como forma de ordenar os padrões de consumo que se adaptam à demanda popular do bairro, agora cada vez mais atravessado pelas novas formas de pagamento, como o PIX (Figura 8 – Aceitamos Pix – Comércio informal).

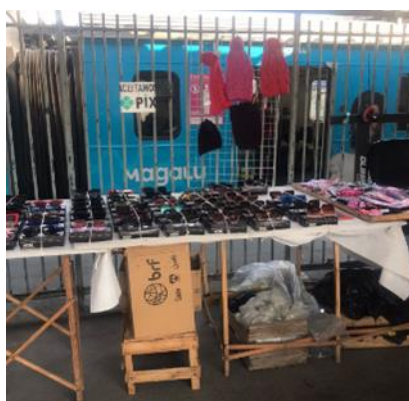


Figura 8. Aceitamos Pix – Comércio informal.

²⁵ Pequenas aberturas feitas nos muros da supervia que dão acesso ao espaço da SuperVia e acesso aos trens de forma a burlar o sistema de tarifas. Serve para dar “calote”.

²⁶ Nome popular do Centro da Cidade.

²⁷ A proposta de mencionar o espaço da ferrovia como um território, parte do o entendimento multidimensional da Geografia sobre este conceito vislumbrada por alguns autores trabalhados no processo de aula na pós-graduação. (SAQUET, 2007) (MATOS e RIBEIRO, 1995), (HAESBART, 2004), (RAFFESTIN, 1993).

²⁸ NYE Jr. Joseph s. O futuro do Poder 2012.

3.3.2 Estação de Deodoro

A estação está localizada no bairro de Deodoro, Zona Oeste do município do Rio de Janeiro. Está inserido na área de planejamento 5 da divisão político administrativa do município. Cobre uma extensão territorial de 464.05 hectares, distribuídos em mais 3291 domicílios segundo dados do último. Deodoro tem 10842 habitantes segundo a plataforma Armazenzinho (2021). As dimensões territoriais do bairro fazem limites com os bairros de: Guadalupe, Campo dos Afonsos, Vila Militar, Marechal Hermes.

A estação de Deodoro é uma estação que liga os trens do Ramal Santa Cruz com os trens do Ramal Japeri, trazendo mobilidade entre os bairros do município do Rio de Janeiro com municípios da Baixada Fluminense. Na estação foram identificados pontos fixos que demarcam a estação principal. Independente da relação de ilegalidade entre a atividade comercial informal e a venda no espaço público-privado da SuperVia, os ambulantes possuem pontos fixos de venda no interior da estação, como é possível observar nas imagens abaixo (Figura 9 – Acervo Pessoal – Estação Principal Deodoro).

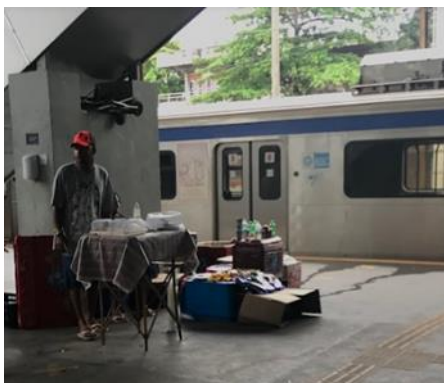


Figura 9. Acervo Pessoal – Estação Principal Deodoro.

Durante a pesquisa, foi possível observar que o ponto fixo da estação de Deodoro transita na estação. Um dia está em baixo da escada rolante, outro dia está na plataforma sentido Central do Brasil, outro dia está na plataforma sentido Santa Cruz e etc. O vendedor do ponto fixo possui uma autonomia maior em relação aos outros ambulantes, pois precisa transportar um número maior de mercadoria para montar o ponto fixo. São características como essas que colocam em dúvida a real intenção dos órgãos que projetam a ilegalidade na atividade informal ambulante e a permissão de venda em espaços específicos da ferrovia e que foram observadas em outras estações

3.3.3 Estação de Madureira

A estação de Madureira está localizada no bairro de mesmo nome, situada Zona Norte do município do Rio de Janeiro. Está inserido na área de planejamento 3 da divisão político administrativa do município. Cobre uma área territorial de 378,76 ha hectares, distribuídos em mais 16.875 domicílios segundo dados IPP (2021). O Bairro de Madureira tem cerca de 50.106 habitantes, segundo a plataforma Armazenzinho (2021). As suas dimensões territoriais fazem limites com os bairros de: Oswaldo Cruz, Campinho, Turiaçu, Cascadura, Cavalcante, Vaz Lobo e Engenheiro Leal. No bairro também funciona a estação Mercadão de Madureira que constitui o ramal Belford Roxo (antiga estação de Magno).

Mauricio de Almeida Abreu (1988), em seu estudo intitulado *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*, apontava que a própria evolução do bairro é orientada pela ferrovia e por seu comércio que gerava expressivo crescimento econômico local. Atualmente, Madureira destaca-se pelo sistema de transporte do bairro, que caracterizamos como multifacetado a partir da diversidade de mobilidade da população e do fluxo de pedestres. O bairro consta com os sistemas de trens, ônibus, BRT, todos de forma legalizada, mas divide espaço com os serviços do mototaxi, vans e kombis informais e irregulares. Nesse sentido, em Madureira transitam diversas pessoas de distintos bairros com intuito de trabalho, consumo, lazer e outros.

O livro intitulado *Memórias, territórios, identidades: Diálogos entre gerações na região de Madureira*, organizado pelo Museu Afrodigital do Rio de Janeiro, caracterizou o bairro de Madureira como quintal do samba, assim como o bairro de Oswaldo Cruz²⁹. Império Serrano e Portela fazem parte da sua história, assim como o famoso baile “charme” no bairro. A diversidade cultural heterogênea, afro-brasileira e popular resiste e persiste no bairro até os dias atuais, reafirmando valores e influências na construção de sua identidade.

No âmbito de lazer, esporte e outras atividades ao ar livre, em junho 2012 foi inaugurado o Parque de Madureira. A proposta da Prefeitura do Rio de Janeiro é um parque natural no meio da cidade a partir das atividades da Conferência das Nações Unidas sobre desenvolvimento Natural Rio+20³⁰. Outra questão do Parque de Madureira foi que ele foi desenvolvido a partir parâmetros do decreto de número 36.111 de 15 de agosto de 2012 que declara, oficialmente, a Cidade do Rio de Janeiro como CIDADE OLIMPICA. Outra questão diretamente ligada a perspectiva de Cidade Olímpica é o aumento exorbitante número de pessoas a frequentar Madureira, com isso um aumento no número de ambulantes em localidades específicas do bairro como nas áreas em torno da linha férrea.

A estação de Madureira possui especificidades, pois a parte do bairro de Madureira que contempla a estação da SuperVia constitui um aglomerado de lojas de varejo e fluxo de vendas e pessoas muito intenso. Os fluxos são guiados pelo sistema de venda de mercadorias. Madureira é um bairro conhecido por vender “de tudo”, conta com um Shopping (Madureira Shopping) perto da estação e um grande incentivo ao consumo, com lojas de vários segmentos diferentes. Lojas de departamento, restaurantes, churrascaria, pastelarias, loja de vestuário, loja de cosméticos, entre outras, dividem espaço com lojas de rua tipo food truck, um extenso camelódromo, ambulante das ruas (ponto fixo), ambulante de trens, ônibus e BRT.

O comércio tem o estigma da pirataria dentro e fora da estação. O Mercado de Madureira³¹ enfatiza a grande comunicação entre os circuitos e possui semelhança no fluxo de vendas com os arredores da estação Central do Brasil. Com base nas entrevistas e pesquisa de campo, ao redor da estação, em frente ao Mercado de Madureira, foi possível visualizar

²⁹ No bairro de Oswaldo Cruz situa-se a estação Oswaldo Cruz, que se apresenta como espaço empírico, pois constitui o ramal Santa Cruz.

³⁰ Foi realizada no ano de 2012, no Rio de Janeiro. A Conferência tinha como objetivo discutir sobre as práticas adotadas e fomentar novas propostas de desenvolvimento sustentável a nível mundial. A conferência recebeu esse nome em comemoração aos 20 anos de realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92).

³¹ O Mercado de Madureira é um dos principais centros comerciais populares do município do Rio de Janeiro. Localizado no pólo comercial do bairro de Madureira, o Mercado abriga cerca de 300 lojistas de distintos ramos de setorização: Alimentos, Comércio varejista, Vestuário, Produtos religiosos, Mercadoria e etc. O comércio é evidenciado devido a diversidade de lojas voltadas ao culto afro-brasileiro de religiões como Candomblé e Umbanda.

ambulantes organizando suas mercadorias para venda, como por exemplo, doces em saquinhos ou organizando a caixa de mercadorias (Figuras 10 e 11 - Acervo Pessoal - Organização Mercadão de Madureira).

No processo de pesquisa, nos propuseram a conhecer o comércio popular de atacado e varejo intitulado Mercadão de Madureira. A partir da entrevista semiestruturada ficou evidente a importância do centro comercial para os jovens ambulantes, principalmente para aqueles jovens que comercializam balas e outros doces. Como parte do cotidiano dos ambulantes, identificamos no Mercadão de Madureira jovens ambulantes organizando suas vendas.



Figura 10. Acervo Pessoal - Organização Mercadão de Madureira.



Figura 11. Acervo Pessoal - Organização Mercadão de Madureira.

Pudemos entrevistar três jovens que estavam sentados na calçada, em um cenário semelhante ao das estações. Dentre os três ambulantes, um era ambulante dos trens do ramal Santa Cruz e outros dois iriam pegar o trem na estação Mercadão de Madureira, que integra o ramal Belford Roxo.

3.3.4 Estação Maracanã

A estação Maracanã está localizada no bairro de mesmo nome, situada Zona Norte do município do Rio de Janeiro. Está inserido na área de planejamento 2 da divisão político administrativa do município. Cobre uma área territorial de 166,76 hectares, distribuídos em mais 9847 domicílios segundo dados IPP (2021). O Bairro do Maracanã segundo a plataforma Armazenzinho (2021), tem cerca de 25.256 habitantes. As suas dimensões territoriais fazem limites com os bairros de Vila Isabel, Tijuca, São Francisco Xavier, Praça da Bandeira, São Cristóvão e Mangueira

A estação do Maracanã movimenta, diariamente, trabalhadores e, principalmente, estudantes da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, porém, a proposta de revitalização da estação está relacionada com o Estádio Jornalista Mario Filho, mais conhecido como Maracanã. O estádio passou por uma grande reforma para a Copa do Mundo de 2014, que se estendeu pelas áreas próximas ao estádio, como é o caso da estação de trem. Os ambulantes acabam utilizando estratégias de vendas na estação que vão de encontro à lógica do espaço. Por exemplo, no caso abaixo (Figura 12 – Acervo Pessoal - Jovem Ambulante vendendo capa de chuva nos trem), um ambulante comercializa capas de chuvas em um dia de chuva e de jogo no estádio do Maracanã após a abertura para jogos de futebol a população em tempos pandêmicos.



Figura 12. Acervo Pessoal - Jovem Ambulante vendendo capa de chuva nos trens.

A estação Maracanã é a primeira a fazer integração com os trens do ramal Saracuruna e Belford Roxo, localizados na Baixada Fluminense. A estação possui a mesma especificidade da estação Deodoro, que a fez ser caracterizada como estação principal: pontos fixos de comércio ambulante podem ser observados na estação (Figura 13 Acervo Pessoal – Estação Principal).



Figura 13. Acervo Pessoal – Estação Principal.

O ponto fixo abordado na pesquisa comercializa diversos produtos para o consumo dos passageiros: biscoitos; água; cerveja, refrigerante diversos; pipoca; doces como paçoca, chicletes, balas, chocolates; vende biscoito popularmente chamado de pele, vende biscoitos replica das batatas Ruffles.

3.3.5 Estação de São Cristóvão

A estação São Cristóvão está situado no bairro Imperial de São Cristóvão e compõe o conjunto de bairros da Zona Norte do município do Rio de Janeiro. Está inserido na área de planejamento 2 da divisão político administrativa do município. Tem uma dimensão territorial de 410,56 hectares, distribuídos em mais 8595 domicílios segundo dados IPP (2021). Segundo o último dado (2010) do bairro de São Cristóvão, obtido na plataforma Armazenzinho (2021), há cerca de 26.510 habitantes As dimensões territoriais do bairro fazem limites com Caju, Benfica, Vasco da Gama, Mangueira, Maracanã, Praça da Bandeira e Santo Cristo.

A estação de São Cristóvão também faz ligação com os ramais Sararucuna e Belford Roxo. Algumas lojas que são alugadas pela Supervia estão fechadas, e/ou passando o ponto. A estação conta com uma mini rodoviária, que faz a ligação com os bairros da Zona Sul e Zona Norte do Rio de Janeiro. A estação divide espaço com os serviços do Metro São Cristóvão. No bairro de São Cristóvão é localizado a Quinta da Boa Vista, parque situado ao lado da Estação da Supervia. O bairro em si possui várias áreas de lazer que foram descartadas por nós, porque há uma necessidade de pegar outra condução para chegar ao destino além dos trens, como por exemplo, a Feira de Tradições Nordestinas, popularmente conhecida como Feira de São Cristóvão.

Na estação percebe-se uma grande quantidade de ambulantes e uma intensa comunicação entre os ambulantes do Maracanã, de São Cristóvão e da Central do Brasil. Os ambulantes dessa estação estão familiarizados e parecem possuir mais autonomia dentro dos trens. Como é o caso do ambulante retratado na foto abaixo (Figura 14- Acervo Pessoal - Ambulante nos trens do Ramal Santa Cruz- Estação São Cristóvão em movimento), que transitou nas três estações e voltava sucessivamente.



Figura 14. Acervo Pessoal - Ambulante nos trens do Ramal Santa Cruz- Estação São Cristóvão em movimento.

3.3.6 Estação Terminal Central do Brasil

A estação Terminal Central do Brasil está situada na região do centro do Rio de Janeiro e compõe o conjunto de bairros da Região central do município do Rio de Janeiro. Está inserido na área de planejamento 1 da divisão político administrativa do município. Tem uma dimensão territorial de 542,47 hectares, distribuídos em mais 14010 domicílios segundo dados IPP (2021). O último dado (2010) do bairro do Centro, segundo a plataforma Armazenzinho (2021), tem cerca de 29.555 habitantes. As dimensões territoriais do bairro fazem limites com Santo Cristo, Gamboa, Cidade Nova, Saúde, Estácio, Catumbi, Santa Tereza, Lapa e Glória

A estação central do Brasil possui particularidades pois é um elo de ligação com muitos municípios da região metropolitana do Rio de Janeiro. Possui um grande fluxo de vendas de produtos nas lojas alugadas pela SuperVia e integra todos os ramais do sistema ferroviário metropolitano. A estação também faz ligação para os serviços do Metrô Rio e do VLT. Ela conta com duas rodoviárias ao seu redor, que transportam diariamente inúmeras pessoas. O terminal rodoviário Américo Fontenelle, com o embarque e desembarque de passageiros vindos da Baixada Fluminense, e o Terminal Rodoviário Central do Brasil, com passageiros com trajetos para Zona Sul do Rio de Janeiro e regiões da Barra da Tijuca. Próximo à estação terminal também há transporte público coletivo rodoviário para regiões como Alcântara, Maricá, Niterói, São Gonçalo, Itaipuaçu, entre outros.

O fluxo de mercadorias do circuito inferior e superior está em constante comunicação. As lojas no interior das estações são bem diversas. Na estação constam serviços de fast food do McDonalds, Ragazzo e também de outras lanchonetes. Na estação há várias lojas relacionadas ao ramo de cosméticos, beleza e uma tabacaria. Também possui também mercados populares de varejo. Durante o processo de pesquisa verificamos que muitos ambulantes utilizam os serviços dos mercados varejistas ao redor da estação para compra e comercialização dos produtos. O circuito inferior movimentava a região que abrange a estação Terminal Central e carrega o estigma da pirataria, mas fica claramente demarcado o seu papel

de conexão com o circuito superior e distribuição de mercadorias para as camadas populares³².

Entre idas e vindas, a população que circula na Central do Brasil é permeada pela efervescência do circuito inferior na região. A estação se apresenta como núcleo do circuito inferior, tanto no interior como no exterior das estações e trens (Figura 15 - Acervo Pessoal - Ambulante central do Brasil vendendo panos de limpeza). No interior dos trens, ambulantes se reinventam para criar estratégias de venda para o consumidor. Na foto abaixo os passageiros aguardam a partida do trem enquanto um jovem ambulante vende panos e “buchas” de limpeza em um dia de pouco movimento.



Figura 15. Acervo Pessoal - Ambulante central do Brasil vendendo panos de limpeza.

Desse modo, o próximo percurso da pesquisa é compreender, no sentido empírico, as dinâmicas de trabalho informal de 10 jovens ambulantes. Refletimos sobre as especificidades inerentes ao trabalho informal, por com própria e inseguro de jovens ambulantes jovens que trabalham no circuito inferior, representado pelo espaço da ferrovia carioca. Nesse percurso foi possível perceber as condições e modos de vida dos ambulantes que se dão a partir do trabalho.

³² Sobre estudos relacionados a pirataria dialogamos com Cecília Elizabeth Barbosa Soares em O Mapa Do Tesouro: O Consumo De Pirataria No Mercado Popular Uruguaiana - Rio De Janeiro apresentado ao VI Encontro Nacional de Estudos do Consumo em 2012 e Silvia Aparecida Guarnieri Ortigoza no estudo intitulado Geografia e Consumo: Dinâmicas Sociais e a Produção do Espaço Urbano. UNESP. 2009.

4 DINÂMICAS DE TRABALHO DE JOVENS AMBULANTES NOS TRENS CARIOCAS

Iniciamos este capítulo identificando os sujeitos de nossa pesquisa a partir do processo de entrevista semiestruturada, desenvolvida com orientação de um roteiro de entrevistas (em anexo). Nesta parte do trabalho, apresentamos as dinâmicas de trabalho de jovens ambulantes no circuito inferior dos trens cariocas e dados obtidos a partir da pesquisa de campo. Salientamos o que chamamos de dimensão sociocultural subjetiva dos indivíduos e isso está ligado ao exercício de desvelar o real numa sociedade alienada. A pesquisa se origina no cotidiano ambulante, onde se pretende compreender dinâmicas vivenciadas pelos trabalhadores na vida cotidiana (LEFEBVRE, 1991), (HELLER, 1992), (MARTINS, 2014), (FORRACHI, 1978).

“De quem estamos falando?” é a primeira pergunta a ser respondida no capítulo, seguindo do perfil socioeconômico dos jovens e os modos de vida dos ambulantes. Nesta parte da pesquisa fazemos uma reflexão sobre as percepções dos trabalhadores acerca do processo de trabalho e formas de resistir e se organizar para continuar a exercer sua atividade de trabalho nos trens urbanos cariocas.

4.1 O Jovem Ambulante dos Trens: de Quem Estamos Falando?

Esta parte é destinada a registrar e analisar informações que descrevam “quem é este jovem?” de forma aparente a partir da percepção dos próprios jovens. A entrevista semiestruturada foi crucial neste momento e muito importante para conhecer os sujeitos da pesquisa, indivíduos que movimentam o circuito inferior representado no espaço da ferrovia e dão sentido ao nosso trabalho. A aproximação com os sujeitos foi tranquila. Inicialmente, tivemos certos obstáculos frente às dinâmicas itinerantes dos jovens para venda da mercadoria, principalmente entre os meses de novembro de dezembro, evidenciando um consumo maior durante as festas de final de ano.

Orientados pelo roteiro de entrevista, nossas perguntas fechadas se desdobram em diálogos abertos e de suma importância para análise dos dados e para traçar o perfil dos jovens trabalhadores ambulantes da ferrovia. Indagamos nas entrevistas questões relacionadas à caracterização do ambulante e suas relações com as formas de trabalho, relação familiar, relação com o local de moradia, relação com a mercadoria e a própria venda e sua percepção frente ao mundo do trabalho. Primeiramente caracterizamos o jovem para posteriormente abordar as questões que apareceram na pesquisa de campo.

O primeiro jovem ambulante foi entrevistado no interior dos trens na estação de Santíssimo. Ricardo Almeida, jovem negro, pegou o trem na estação Campo Grande, bairro onde mora. O jovem nos informou que sua casa é própria. Ricardo vendia brinquedos infantis chamados de Pop It, para alívio de estresse e tem 23 anos. Sua mãe é empregada doméstica em uma “casa de família” no Recreio dos Bandeirantes. Seu pai é aposentado do INSS e recebe um salário mínimo. Toda família, inclusive Ricardo, são cristãos protestantes. Ricardo parou de estudar com a pandemia, mesmo estando prestes a concluir o Ensino Médio, na modalidade Educação para Jovens e Adultos. Desde criança ele trabalha como ambulante na feira, mas optou por trabalhar nos trens vendendo esses brinquedos pois era a “febre do momento”. Ricardo se considera cristão e nunca trabalhou de carteira assinada. Eduardo tem uma namorada que está grávida de 4 meses. A meta de Ricardo é trabalhar 10 horas por dia, pois “a pandemia dificultou tudo”. Ele não paga sua autonomia junto aos órgãos competentes.

Ricardo foi um divisor de águas de nossa pesquisa. Em um momento, quando abordou uma família e a mesma não se interessou pelo produto, somente uma criança de aparentemente sete anos de idade se interessa. Percebendo o interesse, Ricardo gritou em voz alta no trem “chora que mamãe compra”.

Rodrigo Lima é o nome do nosso segundo entrevistado. Diferente de Ricardo, ele já concluiu o Ensino Médio, porém ainda não teve oportunidade de ingressar no mercado formal de trabalho. Sua mãe trabalha como vendedora em Madureira e seu pai é desconhecido. Ele tem 27 anos, possui dois filhos de relacionamentos diferentes e informou que possuía um bom relacionamento com as mães das crianças. Costuma esperar sua mãe sair da loja onde trabalha para voltarem juntos para casa. Eles moram no Muquiço, favela que abrange a estação de Deodoro. Hoje está solteiro e tem dificuldades para pagar a pensão dos filhos. Teme ser preso. Diante disso, prefere vender água, cerveja, refrigerante, que são mais valorizados no comércio informal dos trens. Abordamos Rodrigo em meio à “Coca, água, latão”, seu grito de chamada para venda.

Rodrigo começa a trabalhar nos trens às 11h e termina quando encontra sua mãe. Sua mãe trabalha no fechamento de loja, saindo às 20h. Segundo o entrevistado, ele não segue uma rotina de trabalho, pois se expõe aleatoriamente à grande carga horária de trabalho. Rodrigo não frequenta igreja protestante, mas sua mãe sim. Rodrigo não contribui para Previdência Social e se autodeclarou branco.

O terceiro entrevistado preferiu ser chamado de Lindão. Era seu apelido nos trens. Lindão tinha acabado de completar 18 anos e parou de estudar ainda no Ensino Fundamental. O ambulante precisava trabalhar e muitas vezes não conseguia chegar ao ambiente escolar na hora exata e era obrigado a voltar para casa. Lindão mora no Curral junto com sua esposa de 17 anos que está novamente grávida (eles já possuem um filho). A favela do Curral fica localizada entre os bairros de Realengo e Magalhães Bastos. O primeiro filho do casal foi aos 15/16 anos. O local de moradia é no quintal cedido pela sua sogra, fruto de herança familiar. Lindão nunca trabalhou de carteira assinada e nos trens vende água, refrigerante e cerveja. Preferiu não falar de seu pai. Sua mãe trabalha como cozinheira em um restaurante em Campo Grande e se autodeclara pardo.

O quarto jovem ambulante tem 24 anos e se chama David Lemos. David, jovem negro, tinha acabado de ganhar liberdade condicional e, para não voltar para o tráfico, por muita insistência da sua mãe, estava trabalhando como ambulante nos trens. Além de camelô, trabalha de forma voluntária para igreja, pedindo ajuda financeira para manter os projetos da mesma. Utiliza seu exemplo como “ex-viciado” em drogas e “ex-trafficante”. Tem três filhos, dois meninos e uma menina. As duas crianças mais novas nasceram quando ele ainda estava preso. David voltou a morar em Paciência, no imóvel de sua família junto com sua esposa e filhos, irmão, e pai e mãe. A irmã de David reside com sua família no segundo andar do imóvel. David parou de estudar com 21 anos e estava no nono ano do ensino fundamental. A escola, segundo ele, deixou de ser interessante. David se reafirmava como cristão assim com toda sua família. Nos trens, não tinha hora fixa de trabalho, dependia muito da demanda. No dia da entrevista ele já estava no ambiente da Supervia há 7 horas e não queria ir embora, pois o movimento estava bom e de muito calor. David vende água e outras bebidas. O entrevistado não tem informações sobre contribuição previdenciária e já trabalhou no almoxarifado de uma rede de supermercados.

A quinta entrevistada, primeira mulher, chama-se Mariane Oliveira. Ela tem 29 anos e vende doces. Diferente dos anteriores cuja entrevista se realizou nos trens em movimento, Mariane foi entrevistada na estação de Madureira. Mariane já tinha trabalhado como consultora financeira em uma empresa de empréstimo consignado, mas atualmente vem se dedicando a vender bolos de pote nos trens. A entrevistada mora no bairro Mallet, que fica

perto da estação de trens e BRT Magalhães Bastos. Mariane se reveza entre os trens e o BRT, depende da demanda. Está se planejando para abrir seu primeiro comércio fixo de bolos e docinhos perto de uma Escola Municipal próximo à sua casa. Possui o Ensino Médio completo e já teve oportunidade de trabalhar de carteira assinada. Seu afastamento se deu por motivos de falência da empresa do ramo de consignados e estava recebendo sua segunda parcela do auxílio desemprego. Atualmente trabalha até vender o lote de doces estipulados no dia. Declarou-se da religião umbandista. Ainda não pode se regularizar como autônoma, e pretende utilizar o que está recebendo no seguro desemprego para montar sua barraca de doces. Ela tem dois filhos e é casada. A residência da família é própria, herança familiar, fruto do falecimento de seu sogro por consequências do COVID-19, no início de 2020. A família de Mariane mora em Minas Gerais. Mariane se autodeclara branca e é espírita umbandista.

O sexto entrevistado se chama Antônio Firmino, um jovem negro de 25 anos. Antônio trabalhava como moto taxista na favela do Lins, onde mora. Salientou que foi roubado e perdeu a moto que utilizava para trabalho. Atualmente está trabalhando como ambulante para tentar comprar outra moto. Na estação de trem no Méier, inicia seu trabalho com a venda de produtos eletrônicos nos trens. Possui o Ensino Médio completo. Nunca contribuiu para o INSS, já que seus trabalhos sempre foram informais. Mora com a mãe, o pai, os dois filhos e a esposa. Trabalha 12 horas por dia. Antônio é católico.

Segundo Antônio:

Tá tudo caro, não tô conseguindo juntar para a moto e já gastei uma parte do que tinha juntado. Minha mãe pegou essa p**** de COVID, com todo respeito. Graças a Deus tá viva aí. Tá tudo caro para as crianças, no mercado duas sacolinhas. – Não consigo outro trabalho em outro lugar, queria, mas não posso porque moro com minha coroa e tenho que ficar próximo dela. Tenho que pegar outra moto para ficar suave. Dá pra ajuntar um dinheiro maneiro de moto taxi.

Certas reclamações enfatizam as consequências de uma crise econômico-social no país, que se intensificou a partir do contexto da crise sanitária do Coronavírus. Antônio mencionou a alta nos preços da comida nos tempos pandêmicos. Segundo o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, a alta no preço dos alimentos foi de 12,54% para 21,39% em um ano desde o início da pandemia.³³ No Brasil, a dificuldade de acesso à comida na pandemia desvelou uma intensa vulnerabilidade de grande parte da população, evidenciando um aumento nos níveis de pobreza.

O relatório anual da CEPAL estima que o total de pessoas pobres no final de 2020 aumentou 22 milhões de pessoas em relação ao ano anterior. O ano de 2020 fechou com para 209 milhões de pessoas pobres na América Latina. O “Observatório COVID-19 na América Latina e no Caribe Impacto econômico e social”, também foi um documento promovido pela CEPAL que descreveu dados sociais e econômicos do Coronavírus em toda América Latina e no Caribe³⁴.

O sétimo entrevistado também enfatizou a dificuldade frente à falta de trabalho para suprir as necessidades do lar. Danilo Silva tem 29 anos e trabalha como ambulante nos trens

³³ Notícia relacionada ao aumento no preço dos alimentos na pandemia do Corona Vírus: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2021/10/13/preco-dos-alimentos-sobe-no-mundo-todo-por-que-no-brasil-parece-pior.htm>

³⁴ Observatório COVID-19 na América Latina e no Caribe Impacto econômico e social <https://www.cepal.org/es/temas/covid-19>

vendendo refrigerante, cerveja, água, biscoito, “pele” e pipoca doce para ajudar sua família. Segundo relatou, tinha acabado de ser demitido do trabalho como eletricista, mas o dinheiro do seguro desemprego não estava sendo suficiente para sustentar suas filhas e ajudar sua família (mãe e pai). O pai de Danilo era o único provedor da casa e veio a falecer de problemas cardíacos. Ao ser demitido e com dificuldade de pagar o aluguel, Danilo, sua esposa e seu casal de filhos foram morar com sua mãe. A mãe de Danilo tem ajudado sua esposa na recuperação da cesárea de sua filha mais nova, enquanto ele trabalha como ambulante e faz alguns bicos como eletricista. Danilo e sua família moram na favela da Providência, no centro do Rio de Janeiro. A família mora em casa própria. Trabalha 8 horas por dia indo e voltando no ramal Santa Cruz e nas estações de integração entre os ramais. Enfatizou que vai da estação da Central a de Madureira no Ramal Santa Cruz, parando em estações principais como São Cristóvão e Central do Brasil, pois conhece outros ambulantes que fazem ponto fixo. Declara-se cristão e pardo.

A oitava entrevistada foi à segunda mulher no processo de pesquisa, uma jovem de 28 anos chamada Larissa Souza. Havia acabado de abastecer sua mercadoria no centro comercial Mercadão de Madureira. Mora com seu marido e suas duas filhas na favela da Vintém, no bairro de Padre Miguel. Sua casa abrange a linha férrea da estação Mocidade Independente de Padre Miguel. Não trabalhava anteriormente e começou a trabalhar como ambulante para ter seu dinheiro. O dinheiro de seu marido vem sendo todo destinado à obra da casa. As fortes chuvas danificaram parte de sua casa. O marido trabalha como pedreiro. Eles recebem o auxílio do Bolsa Família. Declarou-se cristã protestante e negra. Parou de estudar no ensino fundamental quando teve sua primeira filha. No momento não está pagando o INSS, mas seu marido, mesmo trabalhando de modo informal, contribui para previdência social. Trabalha 7 horas por dia vendendo salgadinhos caseiros e suco.

O nono entrevistado se chama Jonathan Ricardo e oferecia o serviço de venda e colocação de película de vidro para o celular, além de vender balas. Jonathan se autodeclarou pardo e é cristão, foi o ambulante mais novo entrevistado, 16 anos. Mora com a mãe e o pai e parou de estudar na pandemia. Estava no primeiro ano do Ensino médio. A família reside na favela do Muquiço, em Marechal Hermes, em casa própria no interior da comunidade. Sua mãe trabalha em “casa de família” e seu pai tem uma barbearia em Guadalupe. Jonathan trabalha informalmente desde os 14 anos, onde iniciou como repositor no mercado do bairro. Trabalhava como ambulante 6 horas por dia e dependendo das vendas chega a 8 horas por dia. Não tem experiência de aprendizagem no trabalho e nunca trabalhou amparado por proteção social.

A última entrevista aconteceu na estação do Maracanã. O ambulante estava na estação vendendo biscoito, bebidas, doces e era responsável por um ponto fixo na estação principal do Maracanã. Tem 30 anos e já estava há 5 trabalhando na estação Maracanã entre idas e vindas³⁵. Chamado de Wallace Abreu, o ambulante parou de estudar no segundo ano do Ensino Médio e mora no bairro Maracanã. Se autodeclarou pardo e é cristão. Ele reside com sua esposa e filho no terreno dividido com sua mãe, irmã e sobrinha. Relatou que sua mãe teve uma AVC e é pensionista do INSS. Que sua irmã trabalha como vendedora e sua sobrinha é quem cuida de sua avó. Seu pai havia abandonado a família em Minas Gerais. Wallace preferiu trabalhar na linha férrea, pois queria ser seu próprio patrão. Já havia trabalhado na padaria perto de sua residência e não queria voltar à condição de subordinado.

³⁵ O jovem ambulante nos informou que às vezes em alguns momentos ele enfrenta problemas com fiscalização da SuperVia.

Contribuiu para previdência quando estava na padaria, mas atualmente estava em débito com a previdência social. No final de ano chega a trabalhar até às 20h na estação. “Tem dias que abro e fecho a estação. Agora no natal tem roupa para as crianças, tenho que dobrar”. Ressaltou: “Só é difícil trabalhar na segunda-feira depois do pagode de domingo. É muita luta”.

O próximo tópico apresenta as recorrentes questões que apareceram no processo da pesquisa de campo, a partir das interações no momento de pesquisa. Apresentamos as análises dos dados tendo como pressuposto a interação entre pesquisador e jovem ambulante que ocorre no espaço da ferrovia, onde o pesquisador se apropria do espaço a ser estudado para entender o trabalho informal de jovens ambulantes neste espaço. Essa interação é realizada por meio da entrevista semiestruturada.

4.2 O trabalho ambulante no ramal Santa Cruz: As entrevistas

Algo bastante recorrente no cotidiano dos ambulantes entrevistados foi à evasão escolar. Conforme o gráfico abaixo, dentre os dez jovens ambulantes entrevistados seis pararam de estudar e apenas quatro concluíram o ensino médio. (Figura 16 – Gráfico Escolaridade).

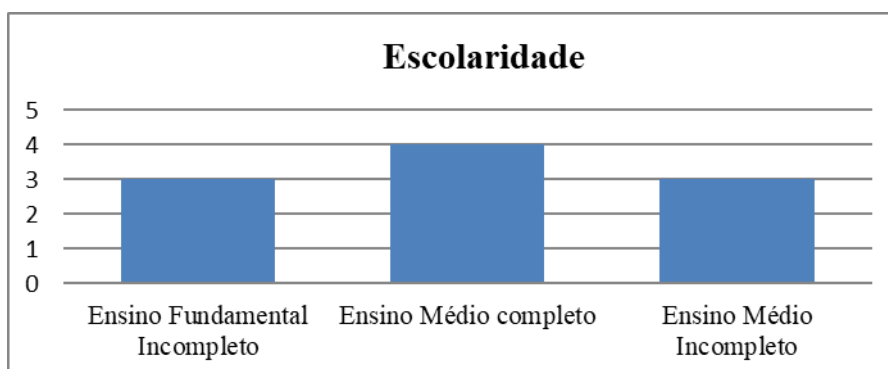


Figura 16. Gráfico Escolaridade.

O gráfico retrata a realidade de parte da população que não se sente incluída em ambiente escolar. Seja porque precisam trabalhar, seja porque não é mais atrativo (Batista, 2013). A escola NÃO se apresenta como espaço de socialização principal fora do ambiente familiar. Ao invés de usufruir dos ambientes escolares para efetivar direitos de informação, conhecimento, lazer, educação, esporte, brincar, o jovem se vê pressionado a parar fases de sua vida para mais cedo se inserir no mercado de trabalho.

Caetano e Pomponet (2019) enfatizam que o mercado formal de trabalho valoriza a escolaridade como vantagem para conseguir uma vaga de trabalho. Reis (2015), em seu estudo sobre a transição de desemprego para primeiro o emprego, refletiu que a escolaridade aumenta a probabilidade do jovem sair do desemprego. Segundo o autor, os jovens com menos escolaridade transitam do desemprego para trabalhos informais e temporários. A inserção precoce dos jovens de baixa renda no mundo do trabalho informal, desorganizado e estável, estimula o abandono dos estudos, pois a movimentação de dinheiro rápido é atrativa. Reis (2019) explica que este afastamento do ambiente escolar fortalece a reprodução do ciclo de precariedade no trabalho e baixos rendimentos.

Outro ponto importante a ser analisado é o local de moradia dos ambulantes. A moradia dos entrevistados é localizada perto da linha férrea, em periferias urbanas no município do Rio de Janeiro. Remetemos a Milton Santos na obra *O espaço do cidadão*:

Morar na periferia é se condenar duas vezes à pobreza. À pobreza gerada pelo modelo econômico, segmentador do mercado de trabalho e das classes sociais, superpõe-se a pobreza gerada pelo modelo territorial. Este, afinal, determina quem deve ser mais ou menos pobre somente por morar neste ou naquele lugar. Onde os bens sociais existem apenas na forma mercantil, reduz-se o número dos que potencialmente lhes têm acesso, os quais se tornam ainda mais pobres por terem de pagar o que, em condições democráticas normais, teria de lhe ser entregue gratuitamente pelo poder público (Santos, 2002, p.115).

Esta reflexão de Milton Santos condensa as expressões da questão social existentes nas periferias urbanas, reforçando o conceito de direito à cidade e enfatizando uma segregação socioespacial na mesma. Estes dois pontos estão diretamente ligados à pobreza. É necessário perceber as determinações históricas marcadas pelas contradições próprias desse modelo de organização social e do trabalho para assim compreender a perspectiva de acesso ao trabalho nessa sociedade.

A experiência dos jovens ambulantes nos faz refletir que, a partir das diversas experiências, os fenômenos não são isolados e fazem com que a realidade dos jovens se aproxime daqueles que vendem a força de trabalho para sobreviver. Ao analisar a pobreza na sociedade capitalista, Siqueira (2013) diz que é necessário considerar a pobreza como resultante da contradição capital e trabalho.

As experiências de trabalho, principalmente as permeadas pelo desemprego e informalidade, se associam em diversas experiências da precariedade, numa visão voltada para totalidade da reprodução social. Estas experiências se manifestam agregando inúmeras vezes, o trabalho precário e a precariedade de acesso a serviços urbanos garantidos em lei, como transporte, habitação, educação, saúde (BARBOSA, 2010).

No contexto dos jovens ambulantes, o trabalho desempenhado pelos jovens anteriormente, e sua família, em sua maioria, revelam um processo de reprodução de trabalhos que eram considerados com pouca ou nenhuma qualificação profissional. Os trabalhos giram em torno de: vendedor, pedreiro, manicure, almoxarife, mototaxista, do lar, domésticas, barbeiro, diarista, etc. Salvo um dos entrevistados, que possui uma qualificação profissional, a de técnico eletricitista, mas estava sem emprego formal.

Atualmente, com as recentes transformações no mundo do trabalho, estas ocupações se expandiram e tem ocupado um lugar muito importante no debate sobre empreendedorismo, tendendo a qualificação, que acompanha o contexto histórico social. As profissões citadas estão relacionadas às com baixa ou nenhuma qualificação (DIEESI, 2011). Atualmente, diante do mercado da competitividade, o mercado vem exigindo qualificação destas profissões, demarcando um espaço fértil para a competitividade e desenvolvimento do empreendedorismo a partir da emancipação do trabalho por conta própria. Nenhum familiar mencionado pelos jovens ambulantes e nem os próprios possuíam acesso ao ensino superior, apenas aspirações em um futuro incerto e perturbador. “Vou curtir o hoje, não sei se vou tá vivo amanhã”, disse o ambulante Ricardo Almeida, de 23 anos.

A atividade ambulante se apresentava, nesta situação, como estratégia de geração de renda para os entrevistados e suas famílias. De modo informal, vendiam suas mercadorias em prol do seu sustento. O trabalho inconstante dos jovens ambulantes expõe a dimensão da

precariedade na sociedade. A forma como a questão social se manifesta na sociedade é desvelada frente ao cotidiano destes jovens.

A questão das horas trabalhadas e o rendimento dos jovens ambulantes também são aspectos importantes da pesquisa. Segundo o Quadro 2 abaixo, os jovens ambulantes disponibilizam grande parte do dia para trabalhar, uns chegam a trabalhar mais de 10 horas por dia. Dois dos entrevistados, (David e Mariane), por exemplo, não conseguiram mensurar suas horas trabalhadas e não declararam na entrevista sua carga horária de trabalho. No quadro abaixo, será definido como sem horário fixo.

Quadro 2. Horas trabalhadas.

Horas trabalhadas:	
Ricardo	10 horas
Rodrigo	9 horas
Lindão	6 horas
David	não tem horário fixo
Mariane	não tem horário fixo
Antônio	10 horas
Danilo	8 horas
Larissa	7 horas
Jonathan	8 horas
Wallace	12 horas

Mesmo com a sensação de liberdade e suposta autonomia, os ambulantes se submetem a muitas horas de trabalho, para vender mais e obter um possível lucro. As dinâmicas de horas trabalhadas pelos jovens ambulantes evidenciam uma contradição desse trabalho, que perpassa sua vida cotidiana. Analisamos que os jovens ambulantes vivenciaram um longo tempo de precariedade no seu cotidiano, que são refletidas em diversas nuances de suas vidas, por exemplo, no trabalho.

A sensação de liberdade e autonomia exacerbada evidenciam um sonho empreendedor dos entrevistados. A partir das ideias de Barbosa (2010), consideramos que a precariedade promove uma carência de aprendizagem crítica por parte dos sujeitos que a vivenciam. Desse modo, podem acabar acreditando em falsas promessas que visem ascensão financeira e melhores condições de vida.

Em relação aos rendimentos, há uma grande variação. A Tabela 4 – Tabela Mercadoria e Rendimentos - descreve que a partir das horas trabalhadas e a mercadoria os rendimentos semanais aumentam. O ambulante que vende água, refrigerante, cerveja e possui ponto fixo tem rendimentos mais altos do que o restante, chegando a R\$ 1000,00 semanais em dias de maior demanda, como por exemplos dias de jogos de futebol.

Tabela 4. Tabela Mercadoria e Rendimentos.

Nome	Mercadoria vendida	Rendimento semanal
Ricardo	Brinquedos	R\$ 750,00
Rodrigo	Água/refrigerante/cerveja	R\$ 950,00
Lindão	Água/refrigerante/cerveja	R\$ 650,00
David	Água/refrigerante/cerveja	R\$ 850,00
Mariane	Chocolate/amendoim/doces/bolo de pote	R\$ 550,00
Antônio	Produtos Eletrônicos	R\$ 600,00
Danilo	Água/refrigerante/cerveja/biscoito/pele/pipoca de saco rosa	R\$ 800,00
Larissa	Salgado/suco	R\$ 200
Jonathan	Película de vidro	R\$ 400,00
Walace	Água/refrigerante/cerveja/biscoito/pele/pipoca de saco rosa/balas- Ponto fixo.	R\$ 1.000,00

Sobre os custos referentes à mercadoria, tomamos muito cuidado para não cruzar o limite e não ficar à mercê de uma má interpretação sobre a pesquisa. Atentamos a mencionar a relação tênue entre a venda do produto e a ilegalidade. Ilegalidade só por estarem naquele espaço. Não perguntamos diretamente a respeito da mercadoria, pois não era o objetivo saber a procedência e sim se os custos com a mercadoria influenciavam no trabalho do jovem ambulante.

Os ambulantes que já possuem um tempo de trabalho na ferrovia possuem maior agilidade em relação ao enfrentamento da resistência da concessionária e também maior domínio de reservar a mercadoria caso aconteça algum imprevisto, como por exemplo, o impedimento da venda. O jovem ambulante Rodrigo nos informou que, em uma experiência anterior também como ambulante, outros que realizavam a mesma atividade guardavam a mercadoria em um depósito em Madureira Figura 17 - Acervo Pessoal - Depósito para mercadorias em geral. Fomos até o lugar mencionado pelo jovem e continua em funcionamento. O depósito divide espaço com uma pensão atualmente.



Figura 17. Acervo Pessoal - Depósito para mercadorias em geral.

Sobre a experiência de apreensão da mercadoria pela fiscalização, os jovens foram muito objetivos em suas respostas: dentre os 10 entrevistados, somente Larissa não havia tido experiência de apreensão. Mariane, ambulante entrevistada, não chegou a ter sua mercadoria apreendida, porém teve uma experiência desagradável com um guarda da Supervia. Wallace, responsável pelo ponto fixo, não teve sua mercadoria apreendida, porém foi impossibilitado de montar sua “barraca” na estação como de costume. Os outros sete ambulantes de forma violenta tiveram suas mercadorias apreendidas e foram conduzidos para fora da estação.

Outro dado importante na nossa pesquisa está relacionado à inscrição dos jovens em programas de transferência de renda. Todos os ambulantes com filhos estavam inseridos no antigo programa da Secretaria Nacional de Renda e Cidadania (Senarc) Bolsa Família (finalizado em 2021 pelo governo de Jair Bolsonaro) e já haviam recolhido a primeira parcela do atual Auxílio Brasil, resultado do fim do auxílio emergencial implementado na pandemia. A inscrição em programas de transferência de renda vai aproximar à família do acesso a informação. Os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) que estão situados na localidade de residência de cada ambulante possuem um papel importante para cadastramento das famílias, assim como as Clínicas da Família.

Observamos, no processo de pesquisa, que os trabalhadores não percebiam a extensa exploração a qual se submetiam, mesmo que fosse a única alternativa de sustento. A exaustão do trabalho era justificada pela “liberdade” do trabalho informal O trabalho por conta própria, na atual conjuntura ajudava a compor renda da família. A carga horária dos jovens ambulantes extrapolava até às 40 horas semanais propostas em um trabalho formal por exemplo. Outro aspecto importante diz respeito ao acesso as compras por parte dos trabalhadores usuários dos trens. O aumento da passagem dos trens da Supervia alterou o consumo dos usuários dos trens

para com o comércio ambulante local. Durante o processo de pesquisa havia uma discussão sobre o aumento da passagem para R\$ 7,00.

Vale sinalizar que as reclamações em relação aos trens da Supervia não são novidade e ocupam diariamente discussões no interior dos trens, a partir da observação sensível: ouvimos a usuária Joyce Araujo “caindo aos pedaços”, Tuani Oliveira “me sinto na lata de sardinha”, e Vagner Santos que disse “E ainda tem os camelôs”. Problemas como estes não são atuais como demonstra reportagem de 2014 (Figura 18 – Notícia O Globo – falta de manutenção) e que persiste nos dias atuais como demonstra a fala dos entrevistados. Há uma insatisfação por parte dos trabalhadores usuários do trem em relação aos ambulantes devido ao espaço e às situações constrangedoras iniciadas pelos mesmos. Em relação à influencia nas dinâmicas de trabalho, em dias de calor, o ambulante que vende água, refrigerante e cerveja obtém maiores lucros em certos horários de fácil movimentação.



Figura 18. Notícia O Globo – falta de manutenção.

Foi possível observar que na estação de Cosmos, que compõe o ramal Santa Cruz, a falta de manutenção ocasionou uma dilatação nos trilhos dos trens devido à sensação térmica do bairro. Problemas como calor e altas chuvas interrompem o funcionamento dos trens e desvelam a falta de manutenção da empresa gestora para escoamento das chuvas e manutenção relacionadas ao calor. A precarização do serviço coletivo de trens, segundo análises de Barbosa (2010) influenciam o processo de proteção social do trabalhador, pois o torna carente de recursos necessários para lidar com as contradições existentes no capitalismo, dentre elas o trabalho.

Outro problema que dificulta a rotina de trabalho dos jovens ambulantes e usuários dos trens são os roubos e furtos de cabos de conexão, que impedem o funcionamento dos trens. Casos que acontecem com frequência nos ramais da Supervia e são justificativas da empresa para paralização dos trens urbanos. É importante refletir que com essa justificativa a Supervia acaba por acionar e responsabilizar a segurança pública para enfrentamento dessas ações. Consideramos que o distanciamento do poder público para com os serviços da Supervia se apresenta de forma negligente. A ineficiência da qualidade na manutenção dos serviços resulta em um trabalho maior dos funcionários e aumento dos custos do serviço. Desse modo, a tendência é o sistema público tornar-se refém do concessionário privado (Mendes, 2011).

A venda dos produtos é afetada devido à circulação de pessoas serem inferior ao esperado. A inserção do trabalho por conta própria no mundo do trabalho nos dias atuais

materializa a partir da pesquisa de campo, um universo heterogêneo frente à multiplicidade das atividades desenvolvidas, à diversidade de mercadorias comercializadas, às formas de atuação e estratégias de venda utilizadas pelos jovens ambulantes.

Outro fator que apareceu na pesquisa diz respeito à permanência no ambiente de trabalho anterior ao informal. Dentre os dez jovens ambulantes oito nunca tiveram qualquer tipo de relação de trabalho com proteção social. Apenas dois já tiveram carteira assinada e contribuíram para previdência social, dois jovens estavam recebendo seguro desemprego e complementando a renda com o trabalho informal ambulante. Mariane teve uma experiência no ramo de consignado de dois anos e Danilo, que apresentou uma experiência de 4 anos como eletricitista.

Outro ponto importante na pesquisa é a heterogeneidade do campo da ferrovia. Uma idosa de aparentemente 75 anos nos chamou atenção quando estava trabalhando como ambulante naquele universo jovem. Mesmo inibida diante das mais criativas estratégias de venda, a senhora não hesitou em tentar vender suas balas. Desceu em uma estação do ramal Santa Cruz de volta a sua casa³⁶

Um ponto importante que reflete as condições de trabalho dos jovens ambulantes está relacionado ao acesso a banheiro durante o processo de trabalho. Considerando suas horas de trabalho, foi perguntado aos jovens sobre as necessidades fisiológicas. Os 10 jovens ambulantes não possuíam acesso a um banheiro, pois seu trabalho é considerado irregular naquele espaço. Tantos os jovens fixos quanto os itinerantes não possuem vínculo com os funcionários da Supervia.

Uma dinâmica interessante entre esses jovens é o revezamento quando é preciso ir ao banheiro. O jovem ambulante fixo, ao identificar um ambulante itinerante, pede para o mesmo ficar observando suas mercadorias enquanto ele arranja um lugar para fazer suas necessidades fisiológicas. A mesma ajuda se dá em direção contrária. As questões de gênero também são evidenciadas nesse aspecto, as duas jovens ambulantes entrevistadas relatam dificuldades em fazer suas necessidades fisiológicas, pois o número de homens na estação é maior do que o de mulheres. Diante desse universo de preponderância masculina, as duas jovens se veem a mercê do assédio e violência sexual.

Na entrevista foi questionado sobre o acesso ao banheiro das estações para usuários. As estações principais possuem banheiro na estação com acesso livre, o que impede o uso de acordo com as entrevistas é a forma discriminatória que os ambulantes são vistos pelos funcionários da concessionária SuperVia. Temendo a apreensão das mercadorias, preferem fazer suas necessidades fisiológicas na ferrovia: “se ninguém vê, não temos problemas com os guardas”. A partir dessa fala, percebemos que o risco da atividade ambulante perpassa todo o trabalho e não se restringe apenas às relações informais de trabalho especificamente.

Consideramos relevante também, perguntar sobre a questão da alimentação durante o trabalho, tendo em vista o longo período de atividade, que faz parte do cotidiano dos jovens ambulantes entrevistados. Nessa lógica, o gráfico a seguir evidencia, a partir da entrevista, as informações colhidas no processo de pesquisa.

Dentre os 10 entrevistados 9 compravam quentinha para se alimentar e consumiam na própria estação da SuperVia. Apenas Larissa consumia sua própria mercadoria. Como possui rendimentos menores, Larissa reserva um dos salgados que leva para vender para ela comer quando sentir fome.

³⁶ Informações da senhora ambulante abordada.

A precariedade do trabalho dos jovens ambulantes também é refletida no baixo grau de escolarização e acessos aos direitos previdenciários. Dos dez entrevistados apenas dois já haviam contribuído para Previdência Social, por meio da inscrição como microempreendedor individual – MEI, enquanto outros oito não conseguiam. Na atividade ambulante, todos os entrevistados alegaram dificuldade em regularizar as questões previdenciárias do trabalho, pois não sobrava dinheiro.

A pergunta relacionada ao desejo de trabalhar de carteira assinada nos chamou atenção, apenas Danilo e Mariane foram objetivos na resposta. O desejo dos dois em voltar para o mercado de trabalho formal era justificado pelas melhores condições e trabalho. Larissa alegava não poder trabalhar normalmente devido ao horário de trabalho, não tinha com quem deixar seus filhos. Segundo relatou, prefere trabalhar por conta própria. As respostas dos outros sete jovens foram contrárias e justificadas na flexibilidade do trabalho e não ter patrões. Wallace, que trabalha há 5 anos como ambulante, nos indagou: “como que vou voltar a ter carteira assinada?” “quem vai me contratar?” A sensação de insegurança e de um futuro sem sentido e incerto impediam os jovens de se atraírem pelo trabalho formal, tendo em vista os requisitos para vagas de emprego.

Uma fala de Wallace na entrevista:

Quem vai me contratar? Sou só ambulante colega. Minha experiência na padaria não serve de nada porque já passou maior tempão. Tenho filhos para criar e sustentar tenho que ganhar dinheiro, não dá para eu ganhar um salário mínimo não colega. Dá para ir no mercado? Pagar conta? Comprar roupa para crianças? Não dá não colega, tem amigo meu que quase passou fome no início da pandemia. Tudo fechado, os trens tavam pedindo carteira de trabalho, carta do patrão. Como que eu ia vender? Como que o parceiro ia vender? Agora as coisas melhoraram um pouco mais ainda está difícil, as coisas estão muito caras. O dinheiro vai rápido.

Diante das altas taxas de desemprego, muitos trabalhadores se sujeitam as precárias condições do trabalho. É o caso dos jovens ambulantes de nossa pesquisa, que trabalham nos trens urbanos do ramal Santa Cruz, concretiza a precariedade das dinâmicas de trabalhadores jovens ambulantes nos dias atuais. A taxa de desemprego entre os jovens em 2021 atingiu 23,8% segundo dados da Organização Internacional do Trabalho e cerca de 3 milhões de jovens deixaram uma força de trabalho na qual predomina a informalidade.

No próximo subtópico faremos uma reflexão sobre o cotidiano das dinâmicas de trabalho dos jovens ambulantes a partir da compreensão de SANTOS (2014), especialmente sobre o Circuito Inferior representado pelo trabalho informal de jovens ambulantes na ferrovia.

4.3 O circuito inferior representado pelo trabalho dos ambulantes na ferrovia.

Foram identificados pontos fixos ambulantes em seis estações, denominadas Estações Principais. No interior dos trens, de forma itinerante, os movimentos do circuito inferior, representado pelo trabalho dos jovens ambulantes, integram a estação. O grande número de ambulantes no ramal evidencia o movimento consumidor por parte dos usuários

Em relação às características dos Dois Circuitos da Economia Urbana proposto por Santos (2014), e considerando o recorte proposto na pesquisa, nosso último percurso de entendimento é caracterizar o trabalho ambulante, a partir das características do circuito inferior proposto por Santos (2014). Nesse sentido foi possível entender que:

- 1) Em relação ao desenvolvimento tecnológico e nível de organização no trabalho dos jovens ambulantes, compreendemos que a tecnologia utilizada pelos ambulantes é a voz. As estratégias de venda não são organizadas, mas sempre lúdicas e voltadas a chamar atenção do consumidor. Alguns ambulantes utilizam de microfones para ajudar no trabalho, outros não. Entretanto, o uso de tecnologia não se resume apenas ao método de venda, mas também envolve as formas atuais de pagamento. Foi possível identificar ambulantes aderindo ao PIX como forma de pagamento e as máquinas de cartão de crédito como recurso de trabalho. (Figura 19 – Acervo Pessoal - Ambulante aguardando PIX após colocar uma película de vidro). Dentre os 10 entrevistados todos utilizam PIX como pagamento.



Figura 19. Acervo Pessoal - Ambulante aguardando PIX após colocar uma película de vidro.

- 2) Como já foi mencionado, a organização do trabalho ambulante é mínima. A carga horária de trabalho é flexível, enfatizando a autonomia do trabalhador ambulante quanto aos seus rendimentos. Não há uma continuidade no trabalho, todo dia nasce uma nova oportunidade de melhores ganhos. Há uma organização primitiva do trabalho, onde os próprios ambulantes são seus chefes. O jovem abaixo (Figura 20 – Acervo Pessoal - Ambulante vendendo amendoim e criança consumindo) optou por vender amendoim temperado, logo se deparou com uma consumidora: A filha pediu para mãe comprar uma unidade. Logo foi atendida.



Figura 20. Acervo Pessoal - Ambulante vendendo amendoim e criança consumindo.

- 3) O capital inicial dos jovens ambulantes é reduzido. Os jovens trabalham para eles mesmos ou com familiares e amigos próximos. As despesas com as mercadorias são formas de investimentos para um lucro maior como é o exemplo de quem vende água, refrigerantes, cerveja, etc., (Figura 21 – Acervo Pessoal – Ambulante itinerante vendendo bebidas) mesmo dividindo espaço com quem possui menos rendimentos, eles sobressaem no universo ambulante pelos seus ganhos serem maiores. Maior ganho, maior investimento inicial. Nossos entrevistados sabiam da existência de depósitos para armazenar a mercadoria, porém não usufruíam do espaço. Não havia necessidade frente às mercadorias. Wallace, responsável pelo ponto fixo, relatou que armazena suas coisas em um espaço cedido por amigos, que fica próximo à sua casa e a estação de trem.



Figura 21. Acervo Pessoal – Ambulante itinerante vendendo bebidas.

Os preços da mercadoria são sempre negociáveis, tendo em vista a competitividade dos jovens ambulantes que acabam por vender o mesmo produto que outros. A margem de crédito é nula, iniciada como investimento individual sem valores altos. É possível investir 30 reais e ter de lucro um valor maior dependendo do dia e horário da venda. Em horários considerados do rush há uma venda maior, mesmo com a dificuldade de locomoção, devido a uma lotação dos trens. A reposição de mercadorias também pode ser feita por produção familiar. Como é o caso do jovem abaixo que vende canudinho de coco caseiro (Figura 22 – Acervo Pessoal - Jovem vendendo doces “canudinhos de coco”).



Figura 22. Acervo Pessoal - Jovem vendendo doces “canudinhos de coco”.

A partir das dimensões desenvolvidas por Santos (2014), nossa pesquisa resultou na seguinte tabela de características do trabalho de jovens ambulantes no circuito inferior representado pela ferrovia. As informações acima podem ser resumidas com a compreensão do Quadro 3 abaixo:

Quadro 3. Características do trabalho de jovem ambulante no circuito inferior.

Características do trabalho de jovem ambulantes no circuito inferior representado pela ferrovia.	
Circuito inferior Santos (2014)	Trabalho de Jovens ambulantes na ferrovia
Pouco ou quase nenhuma influência tecnológica	Tecnologias voltadas ao uso de celulares e aparelhos de auto falante. Pagamentos em PIX e uso de maquina de cartão de débito e crédito. Sem organização
Pouca influencia no mercado financeiro	Investimento individual
Sem vínculos	Trabalho pessoal individual, por conta própria.
Emprego volumoso	Atividade multifacetada
Informal	Informal
Atividades com pouco planejamento ou nenhum	Atividades sem organização e muitas vez com reutilização de bens frequente
Relações diretas de abordagem para venda	Estratégias de vendas lúdicas e com uso da voz. Com abordagem direta.
Instável	Trabalho incerto
Periférico	Periférico
Trabalho intermitente	Trabalho intermitente intensivo
Nenhuma proteção social	Sem proteção social
Comércio Informal, pequenos negócios familiares.	Negócios individuais, pequenos, sem estoque, não institucional, margem de lucro pequena
Trabalho Intensivo	Trabalho intensivo

Entender o cotidiano dos jovens a partir da entrevista foi um divisor de águas para compreender as especificidades diante da totalidade do mundo do trabalho. Percebemos, a partir de Milton Santos (2014) que as características do nosso campo de pesquisa se alinham às características do circuito inferior. Percebemos também que mesmo com essa aproximação, são as especificidades de cada ambulante que vão diferenciar o campo frente às novas transformações do mundo do trabalho.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE O TRABALHO

Nosso trabalho teve como objetivo compreender o trabalho ambulante e assim, refletir sobre como as dinâmicas de trabalho perpassam a vida cotidiana desses jovens, tendo em vista suas experiências de trabalho anteriores e suas perspectivas de ascensão profissional. Fomos instigados a compreender em outro estudo os sentidos do trabalho para os jovens, frente a uma diversidade de “possibilidades” do mundo do trabalho. Enfatizando as questões subjetivas do trabalho para estes jovens. Consideramos que os jovens ambulantes se beneficiam pouco do processo de modernização, pois lhes faltam recursos tecnológicos básicos.

O trabalho segue uma lógica subordinada de si mesmo e precisa ser intensivo para gerar algum tipo de lucro, tendo em vista a flexibilidade de preço e capital reduzido. Ele não é organizado, pois o campo de trabalho é incerto e instável. A organização é relacionada à relação de poder entre eles, que vai regular as relações do trabalho informal. Trata-se de regras que impõem limites sobre o trabalho e sobre as relações de venda, como por exemplo, respeitar a abordagem do outro no interior dos trens, respeitar a ordem de abordagem estabelecida entre eles e etc.

O ambulante se apropria de um espaço para comercializar mercadorias, porém, se vê a mercê da violência e do estigma da ilegalidade. O trabalho é prejudicado frente às apreensões da Supervia e da impossibilidade de acesso a estações. Consideramos importante mencionar que os ambulantes do ponto fixo possuem mais riscos de terem seus produtos apreendidos do que aqueles que trabalham de forma itinerante (Figura 23 Acervo Pessoal – Ambulante vendendo diversos produtos eletrônicos, e Figura 24 – Acervo Pessoal – Ambulante vendendo chocolates). O número de mercadorias apresentadas por esses ambulantes são maiores, os mesmos locomovem a mercadoria através de carrinhos ou similares ao de mercados. Os ambulantes dos pontos fixos não possuem tempo diante de abordagem surpresa da fiscalização para fuga, diferente dos que atuam de forma itinerante que carregam consigo toda a mercadoria.

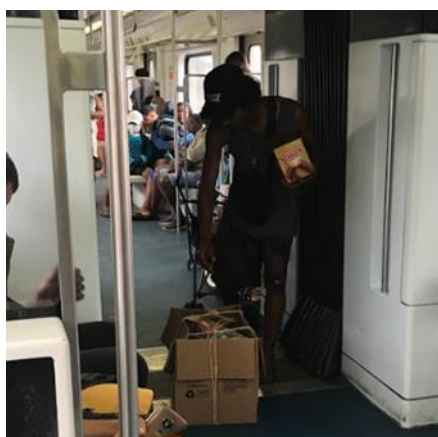


Figura 23. Acervo Pessoal - Ambulante vendendo diversos produtos eletrônicos.



Figura 24. Acervo Pessoal – Ambulante vendendo chocolates.

A população ambulante, diante da dialética entre os circuitos, resiste e reinventa sua capacidade de trabalho frente às condições impostas pelas relações desses sistemas. O que vai diferenciar esses circuitos não é a questão da informalidade, pois mesmo sendo mais estável o circuito superior emprega de forma informal. O que vai diferenciar os dois circuitos é a tecnologia e forma de organização do trabalho.

Nas imagens fotos abaixo (Figura 25 – Acervo Pessoal – Mercadoria – Circuito Superior e Figura 26– Acervo Pessoal – Jovem ambulante aguardando para vender bebidas no trem), temos a mercadoria de refrigerante para ser estocada e vendida em uma loja no mercadão de Madureira, enquanto o jovem ambulante revende o mesmo produto no isopor de forma itinerante e sem nenhum vínculo. A loja no Mercadão de Madureira possui funcionários, capital de investimento, estoque, e formas de tecnologia superior ao trabalho do jovem ambulante. O jovem ambulante de nossa pesquisa perpetua a ideia de “chefe-de-si-próprio e empregado-de-si-mesmo”, (ANTUNES 2018).



Figura 25. Acervo Pessoal – Mercadoria – Circuito Superior.



Figura 26. Acervo Pessoal – Jovem ambulante aguardando para vender bebidas no trem.

As contribuições das organizações do trabalho frente à reestruturação produtiva acompanharam o desenvolvimento do modo de produção capitalista e se estendem de forma permanente nos dias atuais com uma nova face. Consideramos a partir do diálogo com o referencial teórico, que há uma reformulação do trabalho, onde práticas anteriores de regulamentação do trabalho e proteção social, como direito conquistado, perdem espaço para novas práticas que fomentam uma classe trabalhadora sem relações formais e com vínculos de trabalho informais. Há uma lógica da alienação da própria subjetividade do jovem trabalhador em um processo de auto exploração.

As transformações do mundo do trabalho atuais nos colocam o desafio de pensar o futuro e reinventar um espaço de oportunidades e de saídas para juventude. O futuro jovem vem sendo ameaçado pela ausência de proteção social, falta de políticas públicas para a juventude e pelo fortalecimento de um espaço instável de relações de trabalho informal. A grande contradição percebida na pesquisa é que as instancias de governo, possuem programas de combate à informalidade³⁷, mas também possui programas de incentivo ao trabalho por conta própria, o chamado empreendedorismo³⁸.

As relações de trabalho informais permitem que o jovem tenha maior autonomia sobre suas decisões e isso foi apontado na pesquisa. Um dos entrevistados concretiza nosso pensamento, ao assinalar que possui maior flexibilidade para se encontrar com sua mãe depois do trabalho dela, o que não teria em um trabalho formal. Esse distanciamento da relação de empregador e empregado é considerado mais atrativo. Os ambulantes fazem seu próprio horário, não possuem um compromisso de carga horária, ou frequência de trabalho. O trabalho é assim, definido pelos lucros.

Consideramos importante mencionar alguns apontamentos que orientarão estudos futuros, que foram indagados transversalmente à pesquisa de mestrado:

1. Mesmo diante da heterogeneidade do trabalho informal, a maioria dos ambulantes dos trens é jovem. Esta observação evidencia os reflexos da falta de políticas públicas para a juventude e nos remete a reconstituir a trajetória das políticas publicas destinada aos jovens brasileiros a partir da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente. A afirmativa nos fez questionar qual o participação da

³⁷ Pode ser acessado a partir do site do Governo Federal. <https://www.gov.br/pt-br>.

³⁸ Tivemos acesso a partir do site do SEBRAE: <HTTPS://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae>.

juventude no controle social³⁹?

2. Observamos também que há um sistema falho de garantia de direitos que viola os direitos da juventude de nossa pesquisa e de suas famílias por gerações. Os jovens de nossa pesquisa segundo Frigotto (2004) tendem a conviver com o processo de adultização precoce, sendo forçados a se inserirem no mercado de trabalho, seja ele formal ou informal e na maioria das vezes com remunerações precárias.
3. Há uma falha na rede de proteção social básica e especializada que contempla o jovem em sua família que também perpassa gerações. Este fator pode ser evidenciado pela dificuldade de acesso a educação dos familiares dos jovens demonstrado pela baixa escolaridade do jovem e/ou de seus pais. Os ambulantes e suas famílias possuem baixa escolaridade. Isso nos faz questionar: qual o papel da escola nessas trajetórias? Alguns concluíram o Ensino Médio e quebraram um ciclo de falta de acesso à educação. Contudo, compreendemos que terminar o ensino médio não garante acesso ao mercado de trabalho, tendo em vista o número de exigências das empresas.
4. Um conjunto de ações (proteção social) para reduzir as vulnerabilidades daquelas famílias é ineficaz e possuem um impacto devastador e que é naturalizado pela sociedade. Dentre os impactos pode-se citar: dificuldade de acesso ao lazer, a serviços e equipamentos públicos, a informação, a moradia, etc.
5. O circuito inferior representado pela interação do comércio ambulante no espaço da ferrovia se apresenta como espaço de trabalho apropriado pelo jovem ambulante a partir do trabalho informal do comércio de mercadorias. Os jovens de nossa pesquisa evidenciaram que as questões previdenciárias ainda se apresentam como um desafio no cotidiano do trabalho informal. Diante disso acreditamos que se faz necessário a consolidação do acesso às questões previdenciárias. Esta ação não só respeitaria a autonomia e liberdade do indivíduo, quanto o protegeria em longo prazo dos fatores determinantes do trabalho informal que o distancia de direitos trabalhistas. Esta reflexão nos levou a pensar: Qual o impacto positivo da noção de empreendedorismo dos jovens que trabalham de forma informal?
6. As dinâmicas do trabalho ambulante e sua relação com o espaço de trabalho se orientam a partir de relações de trabalho informais, onde os ambulantes demarcam seu território de trabalho. Partimos do pressuposto de Raffestin (1993), que os ambulantes demarcam território a partir do seu processo de trabalho, pois cada grupo de ambulante segrega seu próprio espaço com regras e limitações impostas de forma invisível pelos próprios ambulantes. Há uma relação de poder a ser explorada e que foi observada no processo de pesquisa de campo. Diante disso Em que medida a modalidade de trabalho informal de jovens ambulantes demarca território?

Quando iniciamos nosso trabalho, ainda na graduação em Serviço Social, não prevíamos a grande relevância social da temática, frente às novas transformações do mundo do trabalho. Foi possível, com o desenvolvimento do trabalho acadêmico, apresentar uma reflexão do trabalho informal de jovens, articulados com algumas literaturas, para explicitar o mundo do trabalho atual. As percepções dos jovens acerca do mundo do trabalho nos faz

³⁹ Remete a participação da sociedade na gestão pública. Não só no caráter fiscalizatório, mas de monitoramento e controle das ações e recursos públicos. Por meio de Conselhos, reuniões grupos de trabalho e etc. (CFESS, 2011).

refletir sobre a grande estratégia do neoliberalismo em convencer o jovem trabalhador a acreditar no empreendedorismo e abrir mão dos direitos já conquistados. A nosso ver, a temática ainda precisa ser refletida e pesquisada, tendo em vista que o trabalho ambulante se constituiu em uma possibilidade efetiva de inserção de jovens, sobretudo das camadas populares, no mercado de trabalho. A pandemia foi um bombardeio de ameaças para juventude, tanto nos aspectos financeiros e de inserção no mercado de trabalho, quanto nas questões psíquicas e subjetivas que impactou a vida de um planeta inteiro. Marx nos mostra como a sociedade orienta nossas escolhas, mesmo possuindo elementos subjetivos esses elementos se associam as singularidades da sociedade. Há uma política de naturalização da super exploração e auto exploração oriundas da intensificação do trabalho ao longo dos tempos. Os jovens de nossa pesquisa compõem uma parcela da sociedade que possui um acesso residual das políticas públicas.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ABREU, Maurício de Almeida. **A evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IplanRio/Zahar, 1988.
- ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 12.ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- ANTUNES, Ricardo **As novas formas de acumulação de capital e as formas contemporâneas do estranhamento (Alienação)**. Caderno CRH, n. 37, Salvador. (2002).
- ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: O novo proletariado de serviço na era digital**. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2018.
- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.
- BARBOSA, Rosângela. **A precariedade na periferia do capitalismo**. Praia Vermelha. Rio de Janeiro: UFRJ. V. 20, nº 1, 2010.
- BATISTA, Gilda Alves. **Jovens e Jovens em conflito com a lei: o que pensam sobre a escola?** Rio de Janeiro, 2013. 167 p. Tese de doutorado-Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
- BELL, N. F.; BLANCHFLOWER, D. G. Youth Unemployment in **Europe and the United States**. IZA Discussion Paper Series, Institute for the Study of Labor, Bonn, n. 5.673, 2011.
- BIHR, Alain (1999). **Da grande noite à alternativa - o movimento operário europeu em crise**. São Paulo: Boitempo
- BRANDÃO, Margarida G. Andrade. **Impactos da perda do emprego e o papel da qualificação no processo de reinserção no mercado de trabalho**. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação – FACED. Programa de Pós graduação em educação. Tese de Doutorado. Salvador. 2002.
<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/11917/1/Brandao%2C%20Margarida.pdf>
- BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. Tradução: Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1987.
- CACCIAMALLI, M.C. **Política social e reforma laboral no Brasil. Os desafios dos sindicatos sob o governo Lula**. Trabalho apresentado no colóquio IRIS-CREDEP/CNRS-UP, CREDAL/CNRS-UP, PROLAM/USP, 2004.
- CACCIAMALI, Maria Cristina; TATEI, Fábio. Impacto do desemprego e da informalidade sobre a empregabilidade e a renda futura do jovem. *Boletim regional, urbano e ambiental*, Brasília, n. ja/ju 2017, p. 57-69, 2017.

- CARELLI, Rodrigo Lacerda. **Formas atípicas de trabalho**. São Paulo: LTr, 2004
- CARVALHO. Sandro Sacchet de. **Uma visão geral sobre a Reforma Trabalhista**. mercado de trabalho | 63 | out. 2017
- CASTEL. Robert. **A dinâmica dos processos de marginalização: da vulnerabilidade à “desfiliação”**. caderno crh, Salvador, n. 26/27, p. 19-40, jan./dez. 1997
- CASTEL. Robert. **As metamorfoses da questão sócia Um crônica do salário**. Editora Vozes. Tradução: Iraci D. Poleti. 12 ed. – Petrópolis, RJ.
- CRISPIM Kelly dos Santos; GODOY José Henrique Artigas de. **Juventude e a questão social no contexto das políticas públicas de trabalho e emprego** – Revista Eletrônica de Ciências Sociais, ano 3, ed. 8, set./dez. 2009.
- DIEESE. **Qualificação Profissional e Mercado de Trabalho: Reflexões e ensaios metodológicos construídos a partir da Pesquisa de Emprego e Desemprego DIEESE** - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos São Paulo – 2011.
- DEDECCA, Cláudio. **Desemprego e Regulação no Brasil Hoje**. Campinas: Cadernos do CESIT, n. 20, cap. 2, p.1-73. Ago. 1996.
- DUARTE. Bárbara Regina G. **Reestruturação produtiva, formação e identidade: O Projeto Escola de Fábrica e a construção identitária de jovens trabalhadores**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação. Universidade Federal de Pelotas.2008.
- EDUARDO. Márcio Freitas. **O conceito de território e o agroartesanato**. REVISTA NERA – ANO 11, N. 13 – JULHO/DEZEMBRO DE 2008
- SCOREL S. **Vidas ao léu: trajetórias de exclusão social**. Rio de Janeiro: Fiocruz; 1999.
- IBGE. **Economia Informa Urbana**. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. 2003.
- IBGE. **Indicadores Sociais**. 2003.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. O Enfoque da Dialética Materialista Histórica na Pesquisa Educacional. In: **Metodologia da Pesquisa Educacional** (Fazenda, I. et al) pp. 71-90, São Paulo: Cortez, 1986
- FRIGOTTO. G. **A produtividade da escola improdutiva**. Cortez. 8ª ed. São Paulo 2006.
- FRIGOTTO, G.. **Juventude, trabalho e educação no Brasil: perplexidades, desafios e perspectivas**. In R. Novaes, & P. Vannuchi, Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação (pp. 180-216). São Paulo: Fundação Perseu Abramo 2004

GONÇALVES, M. F.; MONTE, P. A. **Admissão por primeiro emprego e reemprego no mercado formal do Nordeste: Um estudo mesorregional.** Caxambu, MG: VI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2008

GONÇALVES, Marcelino Andrade. **Informalidade e precarização do trabalho no Brasil.** Revista FCT. 2000.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **As classes perigosas: banditismo urbano e rural.** Rio de Janeiro: Graal, 1981.

GUIMARÃES, Nadya Araujo; SOUZA, André Portela. **Emprego e heterogeneidade estrutural no Brasil: refletindo sobre tendências recentes.** [S.l.: s.n.], 2007.

GUIRALDELLI, Reginaldo. **Trabalho, trabalhadores e questão social na sociabilidade capitalista.** *Cad. psicol. soc. trab.* [online]. 2014, vol.17, n.1 [citado 2021-10-19]

GOUNET, Thomas. **Fordismo e toyotismo na civilização do automóvel.** Trad. Bernardo Joffili. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

GRAMSCI, A. Americanismo e fordismo. In: **A. Gramsci. Obras escolhidas** São Paulo, SP: Martins Fontes. 1976

HARVEY, David. **O enigma do capital e as crises do capitalismo.** Trad. João. Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos de 1844.** Editora Boitempo 2015.

KREIN, José Dari; PRONI, Marcelo W. **Economia informal: aspectos conceituais e teóricos.** Brasília: OIT Brasil, 2010. p. 11.

LIMA, Jacob; SOARES, Maria José. **Trabalho Flexível e o Novo Informal: Trabalho, Flexibilidade e Precarização.** Caderno CRH, Salvador, BA, n.37, p. 163-180, jul/dez, 2002

LIMA, Jacob Carlos. A nova Informalidade. In IVO, Anete, B. L. (coord.). **Dicionário temático Desenvolvimento e Questão Social: 81 problemáticas contemporâneas.** São Paulo: Annablume, 2013, pp 330- 336

MARQUES. Léa; HENRIQUE, Artur; TEIXEIRA. Daniel; ABÍLIO. Ludmila. **Informalidade: Realidade e Possibilidades para o mercado de trabalho brasileiro.** Fundação Perseu Abramo. 2018.

MATOS. Rogério Botelho de; RIBEIRO. Migue Angelo Campos. **Território da Prostituição nos espaços públicos da área central do Rio de Janeiro.** Boletim Goiano de Geografia. 1995.

MATSO. Myrian. **Trabalho Informal e Desemprego: Desigualdades Sociais.**

MASI, Domenico De. **Desenvolvimento sem Trabalho.** São Paulo: Ed Esfera, 1999

MENDES, Marcos. **Trem de alta velocidade: Novas informações para debater o projeto.** Centro de Estudos da Consultoria do Senado. 2011.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital.** São Paulo: Boitempo, 2009.
MONTENEGRO, Marina Regitz. **O circuito inferior da economia urbana na cidade de São Paulo no período da globalização.** 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

MONTENEGRO, Marina Regitz. **Globalização, trabalho e pobreza no Brasil metropolitano. O circuito inferior na economia urbana em São Paulo,** Brasília, Fortaleza e Belém. 2011. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011

MONTENEGRO, Marina Regitz. **Dinamismos atuais do circuito inferior da economia urbana na cidade de São Paulo: expansão e renovação.** GEOUSP – Espaço e Tempo, São Paulo, n. 34, 2013.

NERI Marcelo; CAMARGO José Márcio; REIS Maurício Cortez . **Mercado de trabalho nos anos 90: fatos estilizados e interpretações.** Ipea. 2000.

NETO, A.C., NEVES, M. A; JAYME, J. G. Setor informal: abrigo para o trabalho infantil. In: MARQUES, M.E., NEVES, M.A. & NETO, A.C. (org.) **Trabalho infantil: a infância roubada.** Belo Horizonte: Editora da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2002, p. 14-36.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007. .

NETTO, José. **Capitalismo monopolista e serviço social.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 2006

NIEDDERMEYER, Henrique Lacerda. **A educação e o conhecimento em Taylor.** PPGGCO - Programa de Pós-Graduação em Gestão do Conhecimento nas Organizações Educação e Conhecimento. Dissertação de mestrado. Maringá-PR: UNICESUMAR, 2017.

NORONHA, E. "**Informal**", **ilegal, injusto: percepções do mercado de trabalho no Brasil.** Rev. Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 18, n. 53, p. 111-129, 2003.

NYE Jr. Joseph s. **O futuro do Poder .** 2012.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **A OIT e a economia informal.** Versão Portuguesa, Lisboa, 2005.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Trabalho Decente e Juventude.** (Relatório OIT e Ipea). Brasília (DF) 2015.

- OLIVEIRA. Murilo. **Pós fordismo e reflexos nos contratos de trabalho**. Revista da Faculdade de Direito. UFPR. 2007.
- OLIVEIRA. Edilson Luis de. **Divisão do trabalho e circuitos da economia urbana em Londrina**. São Paulo Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. 2009.
- OLIVEIRA, N.S de; LIMA , C.F. **A Centralidade na Periferia: a centralidade de Campo Grande**. Congresso FoMerco. 2017.
- PINHEIRO. Armando C.; FUKASAKU Kiichiro. **A privatização no Brasil: o caso dos serviços de utilidade pública**. BNDS. 2000.
- PINTO. Eduardo Costa. **A crise Americana: Dívida, desemprego e política**. Boletim de Economia e Política Internacional. 2011.
- POCHMANN, Márcio. **Modernizar sem excluir**. In: **Emprego, Trabalho e políticas públicas/** Macambira Júnior e Liana Maria da Frota Carleial/ Organizadores. Fortaleza: Instituto de Desenvolvimento do Trabalho, Banco do Nordeste do Brasil, 2009
- POCHMANN, Marcio. **Situação do jovem no mercado de trabalho no Brasil: um balanço dos últimos 10 anos**. São Paulo, 2007.
- POCHMANN, Márcio. **A batalha pelo primeiro emprego: as perspectivas e a situação atual do jovem no mercado de trabalho**. São Paulo: Publisher Brasil, 2000
- PREVITALI. Fabiane S. e FAGIANI. Cilson César. **Organização e controle do trabalho no capitalismo contemporâneo: a relevância de Braverman**. Cad. EBAPE.BR, v. 12, nº 4, artigo 1, Rio de Janeiro, Out./Dez. 2014
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.
- RIBEIRO. Andressa de Freiras. **Taylorismo, Fordismo e Toyotismo**. Lutas Sociais, São Paulo, vol.19 n.35, p.65-79, jul./dez. 2015
- RIBEIRO, Gustavo Lins. **A globalização popular e o sistema mundial não hegemônico**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v.25, n.74, p. 21-38, 2010.
- REIS. Maurício. **Uma análise de transição dos jovens para o primeiro emprego no Brasil**. REB, Rio de Janeiro, n.69, v.1 - 12015.
- SAQUET Marcos Aurelio; Sueli Santos da Silva. **MILTON SANTOS: concepções de geografia, espaço e território**. Geo UERJ - Ano 10, v.2, n.18, 2º semestre de 2008.
- SANTAGADA. Salvatore. **A situação Social do Brasil nos anos 80**. Indicadores Econômicos FEE. V.45 n.1 2017.

SANTOS, Milton. **O Espaço Dividido: os Dois Circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos.** Myrna T. Rego Viana (Tradução). Edusp. 2004.

SANTOS, M. Por uma outra globalização. **Rio de Janeiro: Record, 2002.**

SANTOS, Milton. O espaço do cidadão. 6. ed. **São Paulo: Studio Nobel, 2002.**

SILVA, Luiz Antonio Machado. Da Informalidade à Empregabilidade(reorganizando a dominação no mundo do trabalho. **Caderno CRH, Salvador, n.37, p. 81-109. ju/dez/2002.**

SILVA, Anderson Moraes de Castro e. “Super-via”: transportando preconceitos, (in)criminando os excluídos. **Pensamento Plural | Pelotas [02]: 143 – 160, janeiro/junho 2008.**

SILVA Fábio José Ferreira da; PIRES Leandro Siani. Evolução do Desemprego no Brasil no Período 2003-2013: análise através das probabilidades de transição. **Departamento de Estudos e Pesquisas (Depep). Brasília. 2011.**

SILVEIRA, Maria Laura. São Paulo: os dinamismos da pobreza. In: CARLOS, A. F.;

SIMÕES, Alessandra Mathias. **Amadurecimento de Pequenas empresas de base tecnológica: O caso PipeWay.** Dissertação de Mestrado. Puc Rio. 2005

SIQUEIRA, Luana. **Pobreza e Serviço Social: diferentes concepções e compromissos políticos.** 1ª Ed. São Paulo: Cortez, 2013.

OLIVEIRA, A. U. de. (orgs). **Geografias de São Paulo: representação e crise da metrópole.** São Paulo: Contexto, 2004.

ORTIGOZA Silvia Aparecida Guarnieri. **Geografia e Consumo: Dinâmicas sociais e a produção do espaço urbano.** UNESP. 2009

SOARES, Cecília E.B. **O mapa do tesouro: O consumo de Pirataria no mercado popular Uruguaiana – Rio de Janeiro.** VI Encontro Nacional de Estudos do Consumo. Rio de Janeiro – 2012.

SOUTO, M.J. **Desestatização – privatização, concessões, terceirizações e regulação.** 4ªed. Editora Lúmen Júris. Rio de Janeiro, 2001.

SCHMIDT, Maria Luiza Gava; JANUÁRIO, Caio Augusto Rodrigues Martins e ROTOLI, Liliane Ubeda Morandi. **Sufrimento psíquico e social na situação de desemprego.** *Cad. psicol. soc. trab.* [online]. 2018, vol.21, n.1 [citado 2021-11-05], pp. 73-85. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-37172018000100006&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 1516-3717. <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1981-0490.v21i1p73-85>.

STAMPA, I. **Nos trilhos da privatização: ferrovias e ferroviários do Rio de Janeiro em questão.** São Paulo: Annablume, 2011.

TAYLOR, Frederick W. **Princípios de Administração Científica**. 8. ed. 14. reimpr. São Paulo: Atlas, 2009.

TOMAZINI, S. **Emprego informal e trabalho por conta própria: um estudo da diversidade de manifestação do problema da falta de emprego no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Economia), Unicamp, Campinas, 1995.

THOMAZ JÚNIOR. Antônio. **Por uma geografia do trabalho! (reflexões preliminares)** Scripta Nova Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona. Vol. VI, núm. 119 (5), 1 de agosto de 2002

_____. **O mundo do trabalho e as transformações territoriais: o os limites da "leitura" geográfica**. Ciência Geográfica, Bauru, v. 9, n.1, p. 96-103, jan/abr. 2003.

VELASCO, Erivã Garcia. Juventude e políticas públicas de trabalho no Brasil: a qualificação profissional e a tensão entre preferência e individualização. In: SILVA E SILVA, M. C. & YASBEK, M. C (orgs.). **Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Cortez, 2 ed, 2008, p. 187-201.

VIANA, Márcio Túlio. **Terceirização e sindicat um enfoque para além do jurídico**. São Paul LTr, julho/2002;

ZAMBELLI. Paulina Helena Lima. **O trabalho Informal dos camelôs na região central de Belo Horizonte e a transferência para os shoppings populares**. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de pós graduação em Ciências Sociais. Dissertação de Mestrado. BH. 2006.

ANEXOS

A - Roteiro de entrevista - para descrever as dinâmicas de vida e trabalho dos indivíduos que desenvolvem atividade laboral de ambulante nos trens do ramal santa cruz no município do rio de janeiro nos dias atuais

Parte I - Caracterização do ambulante

Registrar informações que descrevam “quem é este jovem?” de forma aparente como saber a idade, a cidade de nascimento, o local de moradia, sua escolaridade, religião, gênero.

Parte II - Ambulante e dinâmicas de trabalho

Registrar a trajetória laboral do ambulante. Questionar sobre a questão do trabalho informal. Perguntar suas percepções sobre a situação de trabalho sem proteção. Resgatar, junto a ele, sua trajetória de trabalho até se tornar ambulante. Perguntar se o mesmo tem profissão. Questionar sobre sua relação com a mercadoria. Perguntar sobre as horas de trabalho diário. Questionar qual é o público alvo da sua mercadoria. Questionar sobre conflitos com passageiros. Questionar sobre conflitos com a fiscalização e trabalhadores terceirizados da Supervia. Perguntar sobre estratégias de venda ou para driblar a fiscalização. Se o mesmo contribui para Previdência Social. Apontar se a pandemia alterou a jornada de trabalho ou renda. Pedir informações sobre rendimentos mensais e diários. Questionar se o ambulante possui outro tipo de renda. Questionar sobre participação política em sindicatos.

Parte III - Ambulante e relações familiares.

Registrar a composição familiar do ambulante, quantos filhos e sua escolaridade, se atualmente estão estudando ou em casa. Se há cônjuge, perguntar sua idade, qual sua escolaridade, se trabalha. Se a família participa de algum programa de transferência de renda do governo e/ou auxílio emergencial.

Parte IV - Ambulante e moradia.

Registrar as informações sobre a situação de moradia do ambulante. E o que diz respeito à infraestrutura, despesas de casa. Pedir informações sobre o acesso a serviços públicos deste trabalhador.

B - Questionário.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



MESTRANDA: MARIA JULIA BATISTA DE OLIVEIRA REIS
ORIENTADOR: MAURÍLIO LIMA BOTELHO

Parte I - CARACTERIZAÇÃO DO AMBULANTE:

1. Nome: _____(Opcional)
2. Gênero: () Feminino () Masculino () Outro. Qual?
3. Idade: _____
4. Cidade de Nascimento: _____.
5. Bairro onde Reside: _____.
6. Qual sua religião
7. Raça/cor:
8. Escolaridade: () Fundamental Incompleto () Fundamental Completo () Ensino Médio incompleto () Ensino Médio incompleto () Ensino Superior incompleto () Ensino Superior Completo
9. Já fez algum curso profissionalizante? () Sim () Não Se sim, voltado a qual setor?
10. Possui profissão? () Sim, _____ () Não

Parte II - AMBULANTE E TRABALHO:

11. O trabalho como ambulante no trem é o primeiro emprego? () Sim () Não
12. Já trabalhou de carteira assinada? () Sim () Não
13. Contribui atualmente para Previdência Social () Sim () Não
14. Considera sua atual ocupação como desemprego? () Sim () Não
15. Trabalha quantas horas por dia: () de três a quatro horas () Entre 6 e 8 horas () Entre 8 e 12 horas () Acima de 12 horas
16. Tem facilidade de acesso a banheiro no trabalho? () Sim Não ()
17. Como é sua alimentação durante o trabalho?
18. A mercadoria que esta comercializando faz parte de qual categoria: () Cigarros () Doces () Aparelhos eletrônicos () Brinquedos () Acessórios () comida e bebidas.
19. O ambulante considera o trabalho como ambulante como um trabalho com viés de exploração? () Sim () Não () Talvez.
20. Em relação ao trabalho de ambulante o que acha da fiscalização?
21. Sabe se possui algum mecanismo para tornar seu trabalho legal? () Sim () Não
22. Já teve sua mercadoria apreendida? () Sim () Não
23. Já viu alguém tendo? () Sim, uma vez () Sim, algumas vezes () Não
24. Alguma vez em seu trabalho já teve conflito com os passageiros dos trens? () Sim, uma vez () Sim, algumas vezes () Não

25. De onde surgiu a ideia de vender esta mercadoria?
-
26. Possui alguma estratégia para vender o produto? () Sim () Não
27. Existem estações específicas para melhor venda? () Sim () Não.
28. Quanto ganha por semana aproximadamente?
29. Sentiu alguma diferença no exercício da atividade ambulante antes e durante a pandemia?
() Sim () Não
30. Você paga passagem para utilizar os trens no dia a dia de trabalho?
() Sim () Não () As vezes
31. Possui algum vínculo ao sindicato dos ambulantes? () Sim () Não () Não conhecia
() Sim () Não
32. O ambulante vislumbra futuramente estar fora do mercado formal de trabalho?
() Sim () Não
33. Se tivesse oportunidade de trabalhar com carteira assinada, seria uma escolha?
() Sim () não.
34. Se o trabalho como ambulante fosse legalizado faria diferente em sua vida?
() Sim () Não
35. Quais estações tem preferencia para trabalhar, Por quê?
- | | | | |
|--------------------------------------|---|---|--|
| <input type="radio"/> Santa Cruz | <input type="radio"/> Benjamin do Monte | <input type="radio"/> Bangu | <input type="radio"/> Vila Militar |
| <input type="radio"/> Tancredo Neves | <input type="radio"/> Campo Grande | <input type="radio"/> Guilherme da Silveira | <input type="radio"/> Deodoro |
| <input type="radio"/> Paciência | <input type="radio"/> Augusto Vasconcelos | <input type="radio"/> Padre Miguel | <input type="radio"/> Madureira |
| <input type="radio"/> Cosmos | <input type="radio"/> Santíssimo | <input type="radio"/> Realengo | <input type="radio"/> Silva Freire |
| <input type="radio"/> Inhoaíba | <input type="radio"/> Senador Camará | <input type="radio"/> Magalhães Bastos | <input type="radio"/> São Francisco Xavier |
| <input type="radio"/> Maracanã | <input type="radio"/> São Cristóvão | <input type="radio"/> Central do Brasil | |

Parte III – AMBULANTE E ESTRUTURA FAMILIAR:

36. Possui Filhos? () Sim, um () Sim, dois () Sim, três () Sim, mais de três () Não
37. Idade dos filhos? _____.
38. Escolaridade dos filhos? () Fundamental Incompleto () Fundamental Completo () Ensino Médio incompleto () Ensino Médio completo () Ensino Superior incompleto () Ensino Superior Completo
39. Atualmente estão estudando? () Sim () Não
40. Possui Espos@/Conjuguê? () Sim () Não
41. Idade: _____
42. Escolaridade: () Fundamental Incompleto () Fundamental Completo () Ensino Médio incompleto () Ensino Médio completo () Ensino Superior incompleto () Ensino Superior Completo
43. Participam de algum programa do governo? () Sim, qual? _____ () Não
44. Recebeu o auxílio emergencial? () Sim () Não de quanto? _____
45. Está recebendo atualmente o auxílio Brasil? () Sim () Não

Parte IV – AMBULANTE E MORADIA

46. Sua moradia é: () Alugada () Cedida () Financiada () Própria () Outros
47. Você considera os serviços públicos em sua localidade: () ótimo () Bom () Regular () Ruim. Quais?
48. Pega o trem para trabalho em qual estação?

- | | | | |
|--------------------------------------|---|---|--|
| <input type="radio"/> Santa Cruz | <input type="radio"/> Benjamin do Monte | <input type="radio"/> Bangu | <input type="radio"/> Vila Militar |
| <input type="radio"/> Tancredo Neves | <input type="radio"/> Campo Grande | <input type="radio"/> Guilherme da Silveira | <input type="radio"/> Deodoro |
| <input type="radio"/> Paciência | <input type="radio"/> Augusto Vasconcelos | <input type="radio"/> Padre Miguel | <input type="radio"/> Madureira |
| <input type="radio"/> Cosmos | <input type="radio"/> Santíssimo | <input type="radio"/> Realengo | <input type="radio"/> Silva Freire |
| <input type="radio"/> Inhoaíba | <input type="radio"/> Senador Camará | <input type="radio"/> Magalhães Bastos | <input type="radio"/> São Francisco Xavier |
| <input type="radio"/> Maracanã | <input type="radio"/> São Cristóvão | <input type="radio"/> Central do Brasil | |